

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

Mestrado em Filosofia – Ética e Filosofia Política

O Totalitarismo em Hannah Arendt

Vítor Emanuel Dias da Silva

Orientação: Professor Luís de Araújo

Setembro/2010

Resumo

Contrariamente às abordagens que haviam sido feitas na sua época e que consideravam o Totalitarismo uma outra forma autoritária de governo, Arendt aborda a questão totalitária encarando o Totalitarismo como algo sem precedentes, resultado de um processo que teve início após o julgamento de Sócrates e que viria a marcar a separação entre a Filosofia e a Política e consequente descredibilização da última. Este trabalho visa demonstrar o fundamento, a importância e a singularidade da reflexão arendtiana sobre o fenômeno totalitário assim como do mal que dele resulta, procurando destacar as consequências que resultaram da experiência totalitária e entender até que ponto somos ainda hoje afetados pelas mesmas. Com base nas noções arendtianas de Ação e Liberdade tentaremos também refletir sobre a forma pela qual será possível ao ser humano o retorno a si mesmo, isto é, à sua condição de ser naturalmente político.

Palavras-Chave: Hannah Arendt; Totalitarismo; Mal Radical; Modernidade; Política.

Índice

Prelúdio	3
Capítulo I – Separação entre Filosofia e Política	8
A experiência política grega	9
A experiência política romana	17
A esfera social	22
Capítulo II – O Totalitarismo	26
Anti-semitismo	28
Imperialismo	39
Totalitarismo	58
Capítulo III – A Herança Totalitária	86
Do Mal Radical à Banalidade do Mal	87
O Retorno à Política	95
Epílogo	100
Referências Bibliográficas	103

Prelúdio

A politóloga Hannah Arendt nasceu em Linden, nos arredores de Hannover, Alemanha a 14 de Outubro de 1906, filha única do engenheiro Paul Arendt e de Martha Cohn. Embora fosse proveniente de uma família de origens judaicas, Arendt professou sempre a sua fé em Deus de uma forma livre e não convencional. Iniciou os seus estudos em Filosofia e Teologia por volta do ano de 1922 na Universidade de Berlim e em 1924 transferiu-se para a Universidade de Marburgo onde conheceu Martin Heidegger que viria a influenciar a sua vida não só no campo intelectual mas também a nível passional. Arendt muda-se posteriormente para Heidelberg onde sob a orientação de Karl Jaspers conclui os seus estudos, realizando uma dissertação acerca do conceito de amor em Santo Agostinho.

Com a subida de Hitler ao poder em 1933, Hannah Arendt impossibilitada de prosseguir carreira na Alemanha pela sua condição de judia e temendo a perseguição do movimento nazi foge para Paris onde viria a conhecer os intelectuais Walter Benjamin e Raymond Aron. Durante o tempo em que residiu na capital francesa trabalhou como secretária da baronesa Rotschild e ajudou vários grupos de emigrantes judeus, preparando-os para viver na Palestina. Em 1940 após se ter divorciado do filósofo judeu Gunther Stern com quem havia casado em 1930, casa-se com o refugiado político alemão Heinrich Blücher. Com o desenrolar da guerra Arendt e o seu marido escapam de um campo de concentração francês para os Estados Unidos da América em Maio de 1941 com a ajuda do jornalista americano Varian Fry, responsável pelo escape de aproximadamente quatro mil judeus e anti-nazis de campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial.

Em Nova Iorque foi directora de pesquisas da Conferência sobre as Relações Judaicas, apoiou organizações humanitárias judaicas e trabalhou como jornalista apátrida para diversas revistas de Nova Iorque entre elas a célebre publicação judaico-alemã *Aufbau* de onde se destacam os colaboradores Albert Einstein, Thomas Mann, Theodor Adorno e Stefan Zweig. Neste período Arendt manifesta o desejo em ver formado um exército judeu capaz de fazer frente a Hitler juntamente com os países Aliados. Hannah Arendt desejava não só que os judeus passassem a ter um meio de defesa face a ameaças externas podendo defender-se politicamente mas também que tal acção pudesse significar uma redução da dependência do povo judaico de reis, líderes nacionais ou governos. Seria a possibilidade de dar ao povo judeu uma representação política independente. Esta posição viria a ser bastante contestada pelos grupos judeus que viam no auxílio dos Aliados uma esperança para o povo judeu assim como pelos Sionistas, que consideravam esta hipótese desenquadrada da Palestina e da sua ideologia da “unidade orgânica do povo” (*organischer Volkseinheit*). Em 1944 adquire a cidadania americana e é convidada para integrar profissionalmente a vida académica em diversas

universidades norte-americanas onde leccionará até ao fim da sua vida em 1975. Arendt considera que as suas obras assentam na aceitação de uma ruptura com a tradição que remonta aos clássicos gregos. A autora partilha das previsões de Nietzsche e Heidegger acerca do fim da metafísica e visa explicitar as suas implicações políticas.

A sua primeira grande obra publicada em 1951 surge como uma resposta aos trágicos eventos do seu tempo nomeadamente a ascensão dos regimes Nazi e Soviético e a metodologia de terror e extermínio adoptada por cada um destes regimes que conduziram ao extermínio de milhões de judeus e de uma grande parte da população russa. Para Arendt estes regimes significavam algo de novo que rompia com tudo aquilo que se havia feito até então no quadro dos sistemas políticos e como tal deveriam ser estudados de uma perspectiva inteiramente nova. Com base nesta ideia a autora irá procurar estudar as causas do fenómeno totalitário e descrever os seus padrões de funcionamento. Segundo Hannah Arendt as sequelas da Primeira Grande Guerra, a Grande Depressão e os movimentos revolucionários que clamavam por uma ruptura com a tradicional ordem social que se manifestava nos países europeus viram nas ideologias totalitárias a resposta para a mudança que desejavam. Este período fica marcado pela descredibilização sofrida por parte dos sistemas e instituições políticas democráticas devido à administração imperialista e à sua gestão de colónias, assim como a usurpação por parte da burguesia do Estado que passa a ser visto como um instrumento de defesa aos seus interesses de classe. Os movimentos totalitários viram neste clima de instabilidade a oportunidade para se instalarem através da ideia de que seriam eles a resposta histórica que conduziria o mundo a um futuro ideal segundo a ordem natural. Com *Origens do Totalitarismo* Hannah Arendt conquista o respeito e a admiração dos círculos intelectuais do seu tempo e deixa já transparecer alguns traços e temáticas que viriam a definir o trabalho da autora tais como a preocupação com as esferas do público e do privado e o modo como elas se relacionam dentro da sociedade, a questão da possibilidade de uma vida pública verdadeiramente democrática, o impacto da intensificação da produção e do consumo e a crescente importância da economia no mundo em geral e na esfera política em privado.

Em *A Condição Humana*, obra publicada em 1958, Hannah Arendt realiza uma análise histórica da evolução dos conceitos de acção e discurso desde a antiguidade grega até à sua aplicação na era moderna. No seu percurso a autora realiza uma crítica à tradicional filosofia política e aos perigos que ela representa à esfera política enquanto prática humana autónoma. Segundo Arendt desde a Antiguidade que a Política se encontra subjugada à Filosofia. A autora entende que com Platão irá ter início uma tradição filosófica que privilegia a contemplação em detrimento da Experiência e da Acção. Platão em *A República* desvaloriza na Alegoria da Caverna o mundo das aparências subordinando-o à vida contemplativa onde se terá um contacto mais próximo com as essências e o eterno. Esta hierarquização que torna a Acção e a Experiência inferiores à Ideia vai moldar todo o pensamento político fazendo com que o filósofo

se preocupe de uma forma quase exclusiva com o campo teórico. Arendt começa por nos apresentar o conceito de *vita activa* que corresponde às actividades humanas fundamentais do labor, trabalho e acção. Em primeiro lugar é-nos apresentado o labor que corresponde à necessidade mais básica da existência humana, a própria vida, não só do indivíduo mas da própria espécie, é a condição necessária para a sua manutenção, “o labor é a actividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida”¹. Não depende da presença de outros seres humanos e o seu consumo é quase imediato à sua produção o que significa que contrariamente ao trabalho não deixa no mundo algo de permanente. É definido como o aspecto que menos reinterpreta a natureza humana no sentido em que é próximo não só do ser humano mas também das outras espécies animais. Tendo origem na necessidade pode ser entendido como o aspecto que caracteriza a ausência de liberdade. Para Arendt é precisamente por esta razão que os gregos da antiguidade excluíam o labor das condições humanas da vida e introduziram a escravatura como uma das suas bases sociais. Segundo a distinção feita por Aristóteles entre a esfera pública e esfera privada da vida humana, Arendt entende que a passagem do labor para o domínio público é um entrave à liberdade e à própria actividade política.

O trabalho, cuja condição humana é a mundanidade, é o segundo aspecto da condição humana, é a actividade “correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último”². O resultado do trabalho embora seja consumido e desgastado pelo uso que lhe damos é algo que ultrapassa a mortalidade humana, sobrevive à vida no sentido individual atribuindo desta forma um carácter de permanência e durabilidade à efemeridade do tempo humano. O *homo faber* é apresentado como o construtor, o arquitecto, o artesão, o artista ou o legislador. Os frutos do trabalho permitem estabelecer uma separação entre o reino da Natureza e o domínio do Homem e a construção de uma base para que a vida humana possa decorrer com segurança e estabilidade, é a pré-condição para o estabelecimento de uma comunidade política. Enquanto o labor é determinado pela necessidade e pelos aspectos biológicos que partilhamos com as espécies animais, o trabalho interfere com a própria natureza mediante as necessidades humanas o que o torna exclusivamente humano. Sendo uma actividade determinada pelo ser humano, o trabalho acaba por se revelar uma expressão de liberdade e da vida colectiva no sentido em que responde aos planos dos seres humanos. Embora exista já no trabalho uma noção de liberdade esta não é completamente independente da necessidade no sentido em que o trabalho não é um fim em si mesmo, é algo determinado por

¹ Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1ª Edição, Lisboa, Relógio d’ Água Editores, 2001, p. 19.

² Idem, *Ibidem*, p. 19.

causas antecedentes e pela sua finalidade que fazem com que seja um instrumento ou um propósito para um fim.

No terceiro e último estágio da *vita activa* Hannah Arendt apresenta a acção que marca a passagem ao *homo sapiens* e o momento em que a liberdade atinge uma dimensão inalienável pois quando o ser humano age esta a provar a sua liberdade. Contrariamente ao trabalho a acção vale como fim em si mesmo e não como meio num processo. Um dos mais importantes aspectos que Arendt destaca na acção é a sua dimensão pública, trata-se da actividade que “corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”³. A liberdade entendida como algo que se manifesta activamente no mundo, revela-se no nosso contacto com os outros e daí derivará o nosso sentimento interior de liberdade. Esta relaciona-se com a acção na medida em que cada homem é um início em si mesmo, por outras palavras o ser humano é livre enquanto age. A capacidade da criação que se encontra patente na acção tem em si a condição de que o que inicia é necessariamente algo de novo, de único o que leva a que esta não possa ser comparada com a mera conduta ou com a rotina visto que não contem em si qualquer tipo de antecedente causal. Assim sendo a capacidade humana da acção introduz no mundo aquilo que é original, indenunciável e imprevisível. Arendt considera que a acção encontra justificação apenas no reconhecimento público e nas regras de uma comunidade política. A acção é uma categoria pública que sem a presença e reflexão dos outros seres humanos se tornaria inútil. O reconhecimento de cada individuo como ser único esta ligado à pluralidade e ao discurso que para Arendt é indissociável da acção. O significado da acção e a revelação da identidade do actor que a desempenha só pode ser estabelecida no contexto da pluralidade humana. É através da acção enquanto discurso que os indivíduos se estabelecem como seres únicos perante os outros, para tal é necessário existir um espaço público onde esta relação possa ter lugar. Arendt considera que o melhor exemplo que existiu na história da espécie humana é a *polis* Ateniense onde os cidadãos se reuniam para discutir os assuntos da vida pública através do discurso e da persuasão, a política é o exercício da liberdade.

Em *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a Banalidade do Mal* (1963) Hannah Arendt propõe-se a realizar um relato do julgamento de Karl Adolf Eichmann (1906-1962), membro do regime Nazi e responsável pela logística de extermínio de milhões de pessoas durante o Holocausto. Na perspectiva geral do trabalho de Arendt esta obra encerra uma mudança significativa no pensamento da autora visto que até então a principal preocupação de Arendt seria a natureza da acção política, no entanto a partir do seu testemunho do julgamento e da análise feita em termos políticos às acções e decisões de Eichmann durante o exercício das suas funções como *Obersturmbannführer* das SS, Arendt irá passar a ter em conta as faculdades

³ Idem, Ibidem, p. 20.

que determinam a natureza da acção política, isto é, as actividades com ela inter-relacionadas de *julgar* e de *pensar*. Esta obra é também marcada pela utilização da expressão “banalidade do mal” para caracterizar as acções de Eichmann ao serviço do regime Nazi enquanto executor da “solução final” (*Endlösung*). Arendt revela que Eichmann não revela um comportamento violento nem um ódio particular ao povo judeu, não se revela um sádico, um homem perverso ou mesmo maléfico, invés disso a sua personalidade revela uma completa superfluidade, uma banalidade perante o que lhe era ordenado fazer. Eichmann realizava as suas ordens com completa naturalidade sem ter em conta os efeitos futuros que tal acção poderia vir a ter na vida de qualquer outra pessoa, não atribuía dimensão humana aos alvos afectados pelas suas directrizes de forma a que o extermínio de judeus passou a ser entendido como um efeito burocraticamente realizado por ele e pelos seus associados nazis. Arendt considera que Eichmann não exercia qualquer tipo de julgamento que lhe permitisse atribuir ao sofrimento das vítimas uma dimensão real, ele não realizava um diálogo interior que lhe permitisse ver o carácter malévolo das suas acções, resultado disto é a ausência a nível intelectual de uma capacidade para questionar as ordens que lhe eram dadas assim como para procurar colocar-se mentalmente no lugar das suas vítimas. Se por um lado este é um efeito dos regimes totalitários que “mecanizam” o ser humano, Arendt procura deixar claro que existiram dentro do regime Nazi vários casos de membros que se recusaram participar nos planos nazis e renunciaram às suas funções, assim como exemplo de elementos da máquina totalitária que tomaram consciência da abominável natureza das suas ordens e que conscientemente ajudaram ao escape de judeus durante a realização da “solução final”.

Influenciada por uma grande variedade de pensadores desde Aristóteles a Jaspers passando por Santo Agostinho, Montesquieu, Nietzsche e Kant, é-nos difícil encontrar em Hannah Arendt um modelo de filosofia sistemática, invés disso encontramos nas suas obras um pensamento metodologicamente orientado para responder a diversas questões de natureza Política que tocam as esferas da Ética, Filosofia, História e Ciência. O método com que aborda estas questões é claramente influenciado pela Fenomenologia do Ser de Martin Heidegger. Hannah Arendt não se limita a uma análise conceptual segundo a tradição da filosofia política nem realiza uma mera recolha empírica de dados relativos à ciência política. O seu método tem por base uma inversão do objecto que a leva a analisar em primeira instância o fenómeno em si, isto é, a estrutura fundamental da experiência política. Exemplo disto mesmo é a sua análise feita em *A Condição Humana* onde Arendt explica as diferentes constituintes da *vita activa* segundo uma concepção fenomenológica das estruturas básicas da acção humana e da experiência humana sem recorrer a concepções abstractas ou generalizações empíricas.

Capítulo I

A Separação entre a Filosofia e a Política

“Quem deseja ter razão de certo a terá com o mero facto de possuir língua”
Johann Wolfgang von Goethe

O fenómeno totalitário marcará uma ruptura com a tradição política no sentido em que os regimes totalitários constituem no conjunto da história dos sistemas políticos algo de novo até então desconhecido, nas palavras de Maria José Cantista o totalitarismo representa “a ruptura sem precedentes, ele é a ausência de tradição, o total devastamento”⁴. Já Popper apresenta posição discordante de Arendt considerando que o fenómeno totalitário representa uma forma de governo possível de ser representada desde as origens da organização política do homem e da oposição resultante entre aquilo que considera ser a sociedade aberta e os seus inimigos. “Aquilo que, hoje, chamamos de totalitarismo pertence a uma tradição que é tão velha ou tão jovem quanto a nossa própria civilização.”⁵ De forma a entendermos a “novidade totalitária”, assim como todos os mecanismos e processos inerentes ao movimento totalitário será necessário entendermos não só as bases dos sistemas totalitários mas também o fundamento político em que estes se sustentam. Este estudo visa a realização de uma análise do Totalitarismo segundo a perspectiva de Hannah Arendt, como tal será necessário proceder a uma análise ainda que sumária da evolução da tradição política até à denominada era moderna para que seja possível entender o desenvolvimento e a aceitação do totalitarismo enquanto fenómeno político.

Hannah Arendt acredita que a separação platónica entre o ser e a aparência marca um passo histórico não só para a vida dos gregos mas para todo o caminho posterior da civilização. A desvalorização da aparência e a afirmação do ser são os aspectos da

⁴ Cantista, M.J. – O Político e o Filosófico no pensamento de Hannah Arendt, Revista de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II serie Volume XV-XVI Porto 1998-99, p. 52.

⁵ Popper, Karl R. – *The Open Society and its Enemies*, vol. 1, tr. It., di Renato Pavetto a cura di Dario Antiseri, La Società Aperta e i suoi Nemici, Roma, Armando Editore, 2002, p 15.

*reviravolta na vida dos gregos e do Ocidente europeu. Com isso, tem início uma específica tirania da razão e dos nossos padrões de vida.*⁶

Partindo da *pólis* grega considerada como “o mais loquaz dos corpos políticos”⁷, passando pela experiência política romana berço de algumas das mais significativas alterações políticas terminando na ascensão da sociedade na era moderna, este primeiro tema procurará explicitar de forma clara e sucinta o fundamento por detrás da separação entre a Filosofia e a Política, assim como as principais consequências, alterações e influências resultantes desta ruptura para a Política como hoje a conhecemos.

A experiência política grega

Hannah Arendt considera que o modelo da *pólis* da Grécia Antiga, e a experiência ateniense em particular, são o palco da separação entre Filosofia e Política que viria a trazer consequências determinantes para o desenvolvimento dos sistemas políticos e para o desenrolar da História até aos nossos dias. “Com o desaparecimento da antiga cidade-estado (...) a expressão *vita activa* perdeu o seu significado especificamente político e passou a denotar todo o tipo de envolvimento activo nas coisas deste mundo”⁸. A actividade política praticada na Grécia Antiga era marcada pelo debate de ideias e pela tentativa de persuasão por parte dos cidadãos das audiências no espaço público. A base da *pólis*, nome dado às cidades-estado gregas, assentava numa “comunidade de cidadãos” e não em factores como o território ou o aglomerado urbano de tal modo que a própria *pólis* pudesse em teoria ser transferida de lugar sem que o seu modelo ou a sua essência se extinguisse, o seu espaço era uma pré-condição para o seu funcionamento. Nas palavras da autora a *pólis* “é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam”⁹.

Da sua população faziam parte os escravos, as mulheres, os estrangeiros e os cidadãos. Os escravos não possuíam qualquer tipo de liberdade e estavam impedidos de participar da vida pública, a estes cabia a função de realizar as tarefas básicas do quotidiano, eram vistos como um instrumento propriedade do seu senhor. Eram o pilar da vida da cidade uma vez que eram eles

⁶ Milovic, Miroslav – Arendt. O optimismo pensando a dignidade da política, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 206, São Leopoldo, 27 de Novembro de 2006, p. 4.

⁷ Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1ª Edição, Lisboa, Relógio d’ Água Editores, 2001p. 41.

⁸ Idem, Ibidem, p. 27.

⁹ Idem, Ibidem, p. 248.

os principais responsáveis pela sustentabilidade dos outros habitantes. As suas funções permitiam aos restantes elementos da cidade a realização das suas tarefas completamente despreocupados das mais básicas actividades de subsistência. As mulheres eram vistas como simples reprodutoras, encarregues da vida doméstica e de cuidar dos filhos. Enquanto solteiras eram mantidas junto da mãe ou da avó e impossibilitadas de estabelecer contacto com elementos do sexo masculino, as mulheres casadas por sua vez deveriam servir como organizadoras de toda a vida familiar. A sua educação, embora tivessem estudos limitados em cálculo, leitura e música, tinha como finalidade a vida doméstica. Embora fossem livres não podiam participar da vida pública, era-lhes permitido participar em alguns jogos e actividades mas mesmo estes tinham como finalidade melhorar a sua capacidade enquanto reprodutoras dada a crença de que quanto mais fortes fossem os pais, mais fortes seriam os filhos. Julga-se que as mulheres espartanas teriam uma maior participação na vida da pólis, pois estas podiam voltar a casar depois de viúvas e até receber algum treino militar, no entanto continuavam impossibilitadas de realizar qualquer actividade no domínio da política. Os estrangeiros formavam um grupo heterogéneo dentro da cidade estado grega. Partilhavam com as mulheres a condição de habitantes livres sem que lhes fosse permitido participar da vida pública. Em termos gerais os estrangeiros tanto podiam servir os cidadãos através do seu trabalho como poderiam ajuda-los graças à sua riqueza de tal forma que alguns historiadores cheguem mesmo a afirmar que ser estrangeiro na Atenas da Grécia Antiga tanto poderia significar “ser quase um escravo” como “ser quase um cidadão”. Existem vários relatos de ambas as situações assim como exemplos de excepções onde os impedimentos legais que coíbiavam estrangeiros a aceder à vida pública eram levantados. Já aos cidadãos era permitido o acesso a toda a actividade da cidade desde a própria participação política à produção cultural, à participação na academia e o direito de se dedicarem ao pensamento filosófico encarado como o “caminho do saber”. A partir do momento em que nascem os cidadãos estão envolvidos num constante e dinâmico processo de evolução e aprendizagem promovido pelo conjunto de tradições existentes e pela legislação que desde logo o envolvem e formam não só em carácter mas também em espírito. Para se ser cidadão e ter acesso à “vida boa” entendida na antiguidade grega como a vida livre dos processos e necessidades biológicas, a cidadania na cidade-estado grega requer que em primeiro lugar o Homem seja capaz de se governar a si mesmo. “Sem a vitória sobre as necessidades da vida na família, nem a vida nem a “boa vida” é possível; a política, porem, nunca visa a manutenção da vida”¹⁰. A pólis enquanto organismo vivo é o exemplo máximo de harmonia entre o homem e a cidade, de tal forma que a cidade-estado constitui o mais nítido reflexo do que era o homem grego da antiguidade.

¹⁰ Idem, Ibidem, p. 51.

Os gregos tendo “plena consciência do facto de que a *pólis*, com a sua ênfase na acção e no discurso, só poderia sobreviver se o número de cidadãos permanecesse restrito”¹¹, consideravam que a forma de governo da cidade-estado deveria assumir a forma de uma administração de cidadãos tendo por base o respeito pela lei. A lei segundo a qual os habitantes se regiam era considerada condição pré-política que deveria ser respeitada por todos principalmente pelos cidadãos. A actividade exercida por quem as formulava era considerada como um artifício, isto é, uma tarefa “elementar” pré-condição da política.

*Para os gregos as leis, como os muros em redor da cidade, não eram produto da acção, mas da fabricação. Antes que os homens comessem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro da qual se pudessem exercer todas as acções subsequentes; o espaço era a esfera publica da polis e a estrutura era a sua lei; legislador e arquitecto pertenciam à mesma categoria.*¹²

A estrutura da *pólis* é marcada pela sua *esfera privada*, cuja função é garantir a sobrevivência dos seus habitantes através da satisfação das suas necessidades mais básicas, aqui impera a desigualdade, é a esfera da família onde quem governa de forma autoritária é o chefe de família; e pela *esfera pública* onde as necessidades básicas da vida humana já não se encontram em discussão e onde a principal preocupação já não é como viver mas sim como viver bem, é a dimensão da igualdade entre os cidadãos onde o principal objectivo é procurar o bem comum. Na sua estrutura geral, a cidade-estado encerra em si a economia, a cultura, a arte, a política e ainda a religião. A participação política é feita pelos cidadãos através da retórica e sem o recurso ao uso da violência que consideravam pré-política e “bárbara”. Os gregos entendiam que o ser humano diferia dos restantes seres pela sua capacidade para comunicar para além das básicas manifestações sonoras de dor ou de prazer, isto é, através da linguagem. Com isto para além da sua dimensão básica que partilhava com as restantes espécies estando sujeito aos elementos e a uma constante luta por satisfazer as condições necessárias à sua sobrevivência, o homem difere por apresentar também uma dimensão cultural revelada através da comunicação que é capaz de estabelecer com os seus pares. Desta forma os gregos estabelecem o discurso, centro da actividade política exercida no domínio da *pólis*, como a actividade humana capaz não só se manifestar as mais básicas emoções mas também de aceder ao conteúdo moral desenvolvido pelos cidadãos. É através desta capacidade de distinguir entre o “bom” e o “mau”, o “justo” e o “injusto”, o “belo” e o “feio” que se poderá estabelecer um meio

¹¹ Idem, Ibidem, p. 57.

¹² Idem, Ibidem, p. 244.

capaz de conduzir os homens até ao objectivo da sua formação enquanto cidadãos, o bem comum. Daqui podemos concluir que é na esfera pública, o campo da actividade política, que os cidadãos se revelam como Homens, através da sua participação na vida da pólis. A esfera pública representava também o campo onde os homens tinham a possibilidade de se destacarem através das suas capacidades de persuasão e da sua eloquência. A actividade política representava uma forma dos homens superarem a sua própria mortalidade através dos seus feitos públicos, existia na mentalidade grega a convicção de que a “fama imortal” era possível através da renúncia ao medo da morte.

*A polis tinha como função multiplicar as oportunidades dos homens se distinguirem, revelando em actos e palavras a sua identidades singular e distinta. Através da vida na polis havia também a possibilidade de que um acto digno de fama fosse imortalizado.*¹³

Arendt considera que esta mentalidade que estava na base da comunidade grega realçava a importância da vida colectiva uma vez que mesmo os grandes feitos necessitavam que alguém os contasse para que estes pudessem ser imortalizados. É possível que esta mentalidade fosse influência das grandes obras e mitos que marcavam o seu tempo cujos heróis, como Aquiles ou Hércules, optavam por uma vida curta e por uma morte prematura que no entanto marcaria o destino de toda uma civilização e das gerações vindouras.

Hannah Arendt utiliza a expressão *vita activa* para caracterizar as três actividades que considera fundamentais no ser humano: o labor, o trabalho e a acção. Segundo Maria J. Cantista Arendt pretende com o conceito de vida activa realçar a importância de pensar a acção, “Arendt propõe-se “pensar o acontecimento”, porque o pensamento não é senão a compreensão da experiência do que temos em mãos”¹⁴. Existe uma relação entre a *vita activa* e a própria condição humana, isto é, à medida em que nos vamos libertando das necessidades impostas pela natureza vamos aproximando daquilo que define a condição do homem enquanto tal, a acção. O labor diz respeito às necessidades básicas da vida humana, ao próprio processo biológico da vida em si. Na estrutura das cidades-estado gregas, o labor é do domínio da esfera privada, é aos escravos que cabe a tarefa de dar resposta à satisfação das necessidades biológicas da pólis. O trabalho diz respeito ao artificialismo, ao artifício do mundo humano, implica já uma tentativa em estabelecer um domínio sobre a natureza. Por último encontramos a acção, actividade exclusiva dos homens que se realiza, contrariamente ao que sucede com o labor e o trabalho, sem qualquer mediação. A acção está directamente relacionada com a esfera pública, é a possibilidade que cada ser humano trás ao mundo de iniciar algo de único e

¹³ Idem, Ibidem, p. 247.

¹⁴ Cantista, M.J., op. cit., p. 53.

inesperado, por esta razão Arendt considera a acção “a actividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade pode constituir a categoria central do pensamento político em contraposição ao pensamento metafísico”¹⁵. Para Aristóteles a *vita activa* era a vida do homem enquanto animal político desligada do labor e do trabalho, é a vida dedicada aos assuntos públicos.

Para os gregos a retórica era a técnica política por excelência. O seu objectivo consistia na tentativa de persuasão da audiência através do discurso o que levava a que os cidadãos mostrassem para além das habituais disciplinas um grande interesse pela aprendizagem da arte da oratória. Desta forma era frequente o recurso aos serviços dos sofistas que circulavam de cidade em cidade apresentando-se como mestres do saber político. O seu saber tinha por base a gramática, a retórica e a poesia, ainda que tivessem em consideração a importância em aprender outras disciplinas, tais como a Matemática, a Astronomia, ou a Geometria, de forma a poderem tornar-se mais instruídos e conseqüentemente mais eficazes na sua tentativa de persuasão. O facto de os sofistas não demonstrarem preocupação pela manutenção da verdade na mensagem, uma vez que o seu principal objectivo estaria concentrado na eficaz persuasão dos receptores, levou a que estes acabassem por muitas vezes enveredar por uma deturpação de factos para que fossem aceites as suas ideias e opiniões na esfera pública, fazendo com que fossem com frequência alvo de críticas por parte de alguns filósofos como são exemplo Platão ou Aristóteles. A separação entre Filosofia e a Política irá ter lugar após o julgamento e a condenação de Sócrates à morte, acusado de corromper a juventude ateniense e de profanar as divindades. Para Platão será este o momento em que a persuasão triunfou sobre a verdade, condenando injustamente o seu mestre à morte. Daí em diante Platão procurará demonstrar a fragilidade e imprevisibilidade da opinião e do discurso submetendo-os daí em diante à *verdade* acessível pela actividade contemplativa da filosofia. Reacção semelhante terá tido Aristóteles que realça a importância do uso da retórica segundo a verdade dos argumentos utilizados sem no entanto nunca a submeter totalmente ao domínio da filosofia, Aristóteles defende um uso responsável do discurso.

Segundo Arendt após o julgamento de Sócrates, a *acção* e o discurso que marcavam toda a actividade política na cidade-estado grega será relegada para segundo plano. A filosofia política de Platão irá proceder a uma reestruturação de toda a hierarquia existente na pólis de maneira a tentar eliminar o carácter *imprevisível* e *irreversível* da acção e do discurso. O uso irresponsável da acção e do discurso irão levar a que Platão considere que a actividade política resulta num processo cujo resultado final é o erro enquanto for susceptível de ser manipulada pela opinião e pela vontade das massas. Como reflexo do julgamento do seu mestre, Platão passa a considerar a *teia de relações e negócios humanos* perigosas para o homem na medida

¹⁵ Arendt, Hannah, op. cit., p. 21.

em que a imprevisibilidade a que este se submetia no seu meio faziam com que pudesse ser comparado a uma marioneta controlada por uma mão invisível nos bastidores. Procurando contrariar esta tendência estabelece a *contemplação* como sendo hierarquicamente superior à acção.

*Conduto a enorme superioridade da contemplação sobre qualquer outro tipo de actividade inclusive a acção, não é de origem cristã. Encontramo-la na filosofia política de Platão, onde toda a reorganização utópica da vida na pólis é não apenas dirigida pelo superior discernimento do filósofo, como não tem outra finalidade senão tornar possível o modo de vida filosófico.*¹⁶

A vida contemplativa passa a estar associada à liberdade e ao belo, pois no seu entender apenas retirando-se de qualquer actividade relacionada com a vida mundana estaria o homem em condições de se aproximar da liberdade, da beleza e sobretudo da verdade. O modo de vida contemplativo é o único que permite a liberdade.

*O primado da contemplação sobre a actividade baseia-se na convicção de que nenhum trabalho de mãos humanas pode igualar em beleza e verdade o kosmos físico, que se resolve em torno de si mesmo, em imutável eternidade, sem qualquer interferência ou assistência externa, seja humana ou divina. Esta eternidade só se revela a olhos mortais quando todos os movimentos e actividades humanas estão em completo repouso.*¹⁷

A acção adquire uma conotação pejorativa passando a estar associada às actividades básicas e à “inquietação” da vida. O próprio pensamento sofre uma mudança no seu objecto, passando a estar associado ao abstracto, à própria *ideia*, segundo a perspectiva da autora há um retiro da esfera da experiência. O filósofo tal como é apresentado por Platão na Alegoria da Caverna observa o mundo de um modo único, fora da própria caverna entendido como o mundo dos filósofos onde estes possuem um contacto com o “eterno”. No interior estão os homens “comuns” presos por correntes a um mundo de aparências e de sombras. A grande dificuldade que se apresenta ao filósofo ocorre no seu regresso a este mundo onde estão os não-filósofos visto que marcado pelo que lhe foi revelado no exterior da caverna, o filósofo encontra na linguagem o seu maior desafio visto que não possui palavras para descrever o seu saber. Platão

¹⁶ Idem, Ibidem, p. 26.

¹⁷ Idem, Ibidem, p. 27.

tenta assim libertar o Homem da “fragilidade dos negócios humanos” introduzindo no pensamento a noção de *verdade* acessível pelo pensamento filosófico. Daqui em diante a política passa a ser entendida não como uma actividade de “todos” mas sim como a actividade dos mais aptos e mais sábios, os filósofos. Ainda que o seu objectivo fosse o de eliminar o mau uso da política Platão acaba assim, ao definir a actividade política como a actividade dos mais capazes, por criar a justificação para o “não pensar” que viria a caracterizar os sistemas totalitários pois apenas ao soberano passa a caber a gestão dos assuntos públicos, os restantes habitantes passam a preocupar-se unicamente com os seus assuntos privados. Influenciado pela estrutura domestica da polis, Platão passa a conceber toda a actividade política mediante o modelo familiar onde quem sabe não precisa executar e quem executa não precisa pensar ou conhecer. Desta forma é possível retirar a dependência das decisões políticas dos homens fazendo com que as massas acabassem por ter uma posição de executores da vontade política dos seus governantes. A acção política é comparada daqui em diante a uma fabricação construída pelo “rei-filósofo”. Como qualquer fabricação a acção passa a ser alvo da violência sem a qual nenhuma fabricação pode ter lugar.

Para a autora Platão possui uma visão pessimista da actividade política quando refere que os homens vivem juntos por necessidade, como forma de sobreviverem enquanto espécie, posição desvalorizada por Arendt que considera que os homens vivem juntos porque a pluralidade faz parte da sua condição enquanto homens e não apenas por uma necessidade de subsistência. No entender de Arendt o maior desrespeito cometido por Platão no que ao pensamento do seu mestre diz respeito passa pelo descrédito dado ao papel do discurso. A maiêutica socrática assentava no discurso não só entre interlocutores mas entre o próprio homem, no diálogo consigo mesmo através do qual as suas próprias concepções pessoais eram abaladas e reestruturadas. Este “conhece-te a ti mesmo” era capaz de lançar os homens na procura de verdade e no caminho para a virtude. É curioso verificar no entanto que para Platão a verdade inserida no discurso e no pensamento não seria suficiente para exercer a persuasão. Como tal o pensamento platónico recorre com frequência à utilização de meios que anteriormente eram considerados pelos gregos como pré-políticos como a violência. Exemplo disso mesmo é a frequente utilização dada ao mito que muitas vezes concluía o seu raciocínio, com isto Platão procurava persuadir o receptor através do medo das consequências que viriam do incumprimento da verdade filosófica.

No entender de Hannah Arendt, com base nesta ruptura entre o político e o filosófico, qualquer sistema de pensamento criado desde Platão até Kant poderá ser utilizado com fins totalitários. “Para Arendt, há pois, um permanente conflito entre política e filosofia desde Platão a Heidegger, que se prende em grande parte com a “deformação profissional do filósofo e a

tendência para a tirania e a ditadura dela decorrentes”¹⁸. A supremacia da *ideia* sob a experiência, irá conduzir a uma desvalorização dos aspectos sensíveis da existência humana enquanto são privilegiados os aspectos abstractos e imutáveis do pensamento. A toda a dimensão prática será aplicada o modelo de pensamento filosófico assente nesta tradição, cuja base será a verdade como concepção do intelecto, numa tentativa de a reduzir a uma “fabricação” de maneira que a sua falibilidade seja controlada. Esta tradição terá esquecido que a própria base do pensamento está na experiência. Segundo a autora é pelo *espanto* que resulta do contacto entre o homem e o mundo que tem início a actividade de pensamento filosófico, desta forma Platão acabou por destruir o próprio pensamento no sentido em que o pensamento político não pode estar desligado do mundo ao qual se destina caso contrário não será mais do que uma construção abstracta, irreal ou fictícia. Exemplos disso mesmo são as utopias que representavam sistemas políticos ideais. Os seus autores procuravam realizar uma reflexão acerca da realidade política em que estavam inseridos, no entanto estes sistemas políticos eram fruto de uma construção intelectual que pretendia apresentar uma solução para os problemas do seu tempo, a aplicação concreta dos sistemas de ideias que deles resultava não foi colocada em prática até ao momento em que as ideias atingiram o seu ponto máximo de prestígio social e político. Com o desenvolvimento das ideologias encaradas como “um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública tendo como função orientar os comportamentos políticos colectivos”¹⁹, assistiu-se a uma crescente aplicação do abstracto ao campo da política chegando-se mesmo ao ponto de encarar as limpezas étnicas como uma solução política. Já Karl Marx considerava que as ideologias funcionavam como um instrumento de dominação aplicado pelas classes dominantes às classes dominadas, através de uma falsa consciência.

Com o desaparecimento das cidades-estado gregas, todo o conceito de *vita activa* perde o seu significado político passando a denominar todas as actividades mundanas. Daqui em diante a contemplação ocupará o lugar de destaque, sendo a *vita activa* relegada para um plano secundário. Arendt considera que tal situação se irá manter mesmo durante a era moderna com a inversão hierárquica de Marx e Nietzsche. A autora deixa claro em *A Condição Humana* que o que ela deseja colocar em questão não são as razões desta ruptura entre Filosofia e Política que possivelmente se manifestariam como mais antigas do que o momento em que esta se deu, mas sim a tradição que desta resulta e da hierarquia aí patente.

¹⁸ Cantista, M.J., op. cit., p. 43.

¹⁹ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. – *Dicionário de Política* Vol. 1, 11ª Edição, Brasília, Editora UnB, 2007, p. 1248.

A experiência política romana

Fortemente influenciada pela cultura e pelo pensamento grego, a *civilização romana* cujas transformações políticas deram origem a uma série de mudanças significativas no âmbito da actividade política são, a par da tradição de pensamento político grego, as principais responsáveis pela política moderna. O seu contributo para o desenvolvimento da actividade Política revela-se desde logo na Monarquia Romana vista como o “governo do mais forte”, passando pela República Romana que marca o surgimento da noção de *autoridade*, até ao desenvolvimento do Império Romano cujo fim assinalará, segundo Arendt, o início do processo que irá conduzir a uma confusão entre as esferas pública e privada culminando na era moderna com a ascensão da noção de *sociedade*. Hannah Arendt considera mesmo a república romana como o último marco histórico onde se podem distinguir com clareza as duas esferas, segundo a autora após o período pós-clássico apenas Maquiavel em *O Príncipe* foi capaz de reconhecer a distinção entre o privado e o público. Para Arendt toda a actividade política romana podia ser comparada à política grega exercida na esfera pública enquanto acção reveladora do homem em si, isto para além da importância que atribuíam à justiça e à lei entendidas como condições essenciais para o bom funcionamento da comunidade política.

*Pois a polis era para os gregos, como a res publica para os romanos, antes de mais a garantia contra essa futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais.*²⁰

Rodeada por um véu de misticismo e envolta na mitologia do seu tempo que apontava a fundação de Roma a Rómulo e Remo, estima-se que a cidade tenha sido fundada no século VII a.C. resultado da mistura de gregos, etruscos e itálicos que habitavam a Península Itálica. O historiador grego Políbio considera o primeiro governo da cidade de Roma, a monarquia, como um seguimento do mundo animal onde o mais forte domina os demais. Tal como o leão domina o seu bando, o rei domina o Senado e a Assembleia Curial exercendo o seu poder sobre toda a cidade. O Senado ou Conselho de Anciãos consistia num conselho formado pelos cidadãos idosos responsáveis pela chefia das principais famílias romanas. Já a Assembleia Curial era representada por cidadãos com idade suficiente para desempenhar as funções de soldados no exército de Roma. Ambos os órgãos possuíam como principais funções formular, aprovar e

²⁰ Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1ª Edição, Lisboa, Relógio d’ Água Editores, 2001, p. 71.

vetar as leis e fiscalizar as actividades da cidade. O rei exercia o poder executivo, judicial e religioso sendo o seu poder limitado no campo legislativo pelas funções anteriormente referidas do Senado e da Assembleia Curial.

No período monárquico os habitantes de Roma podiam dividir-se em quatro categorias, Patrícios, Clientes, Plebeus e Escravos. Os Patrícios eram cidadãos romanos e detinham o poder económico e político. Proprietários de terras, rebanhos e escravos, gozavam de direitos políticos e podiam desempenhar funções públicas no exército, na religião na justiça e na administração. Os Clientes eram homens livres que se associavam aos patrícios prestando-lhes serviços pessoais em troca de auxílio económico e protecção social. Já os Plebeus eram homens livres que se dedicavam a actividades comerciais, ao artesanato e à agricultura. Durante todo o período monárquico não possuíam direitos de cidadão como tal não podiam exercer cargos públicos. Os Escravos eram recrutados entre os derrotados na guerra. Eram considerados instrumentos do seu senhor que tinha o direito de o castigar, alugar os seus serviços, vender e decidir da sua vida ou morte. Não possuíam qualquer tipo de direito político. Desempenhavam as mais variadas actividades como serviços domésticos, e trabalhos agrícolas, podiam servir de professores, artesãos e capatazes. Num período inicial da Monarquia os reis contribuíram favoravelmente para o desenvolvimento de Roma através de uma serie de leis que favoreciam as actividades do artesanato e do comércio elevando a reputação da cidade e a sua importância, no entanto à medida que os reis se iam sucedendo, foram surgindo monarcas violentos e tirânicos que cada vez mais desprezavam a vontade e a opinião do Senado romano.

Segundo os historiadores a passagem da Monarquia para a República será resultado da insatisfação sentida pelos patrícios contra o rei etrusco e as suas medidas em favor dos plebeus, assim como do medo que as famílias patrícias que formavam o Senado tinham em perder o seu poder diante da tirania dos reis. Desta feita numa tentativa de controlar o poder em Roma, os patrícios que representavam o Senado rebelam-se contra o rei expulsando-o, dando assim origem à República. Esta nova organização política assentava no Senado, nos magistrados e nas assembleias. Com o nascimento da República que marcará também o início da expansão militar, os patrícios passam a controlar a grande maioria dos altos cargos de Roma. Na chefia da República os cônsules eram auxiliados pelo Senado, composto por trezentos destacados cidadãos romanos. Havia ainda, a Assembleia dos Cidadãos, manobrada pelos ricos patrícios. Neste período podemos assistir a um distanciamento entre os governantes efectivos da cidade e a sua população. Será neste momento que Arendt considera ter surgido o conceito de autoridade.

Para Hannah Arendt a autoridade é de facto uma herança romana, tanto a própria palavra como o conceito que deriva do verbo *augere* entendido como aumentar ou acrescentar e que estaria associado à vontade do criador, isto é, desenvolver ou preservar a vontade do antepassado. A autoridade pode aqui ser definida como a expansão natural que o processo iniciado pela acção humana toma, pois a dada altura no processo político terão de ser escolhidos

argumentos em detrimento de outros. Trata-se contudo de um conceito bastante complexo que desde o seu aparecimento se associou à actividade política. Duas das questões que se encontram envoltas na sua complexidade residem nas noções de obediência e poder.

David Easton considera existir a respeito deste conceito uma distinção entre a autoridade “coercitiva” e a autoridade “legítima” sendo esta última noção a que iremos abordar. A autoridade rejeita desde logo a coerção, pois o recurso à violência destrói a autoridade no seu sentido legítimo, mas ao mesmo tempo define-a como noção que hierarquizará a actividade política já que a autoridade encerra em si a necessidade de que um dos intervenientes da acção política seja passivo face à mensagem aceite opondo-se assim à persuasão, que até Platão era vista como a principal relação de poder. A autoridade baseia-se na capacidade de ordenar sem que quem manda se veja forçado a coagir ou persuadir o subordinado para cada ordem dada. Para tal é necessária a existência de respeito por parte de quem é ordenado aos mandantes das ordens dadas. Esse respeito tem origem no poder estabelecido e assemelha-se mais a um consentimento estabelecido entre os membros de uma mesma comunidade que reconhecem legitimidade na autoridade de quem manda do que propriamente a uma obediência cega e total. A violência poderá ser aqui entendida como o completo oposto do poder pois onde um se apresenta o outro não se manifesta, o mesmo para a autoridade visto que esta é o elemento capaz de conferir estabilidade e durabilidade ao poder enquanto “as tácticas da violência e da subversão somente funcionam para os objectivos a curto prazo”²¹, daí Arendt considerar que nenhum governo assente na violência enquanto método possa aspirar a resultados duradouros. No que toca à relação com o poder Arendt considera que autoridade e poder não são a mesma coisa, a autora considera que o poder é um fim em si mesmo que não pode ser instrumentalizado pois este não visa a mera submissão da vontade dos elementos da mesma comunidade mas sim o estabelecimento de uma vontade comum. Arendt parece aqui distanciar-se de Max Weber quando este considera que o poder resulta “das relações de mando e de obediência (...) que se encontram tipicamente na política, tendem a se basear não só em fundamentos materiais ou no mero habito de obediência dos súbditos, mas também e principalmente num específico fundamento de legitimidade”²². Para Weber “A fonte de Poder é portanto a lei, à qual ficam sujeitos não apenas aqueles que prestam obediência (...) mas também aquele que manda”²³. Na perspectiva de Arendt o poder é fruto da pluralidade humana, “passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam”²⁴, é no entanto incapaz por si só de atribuir permanência à comunidade estabelecida.

²¹ Arendt, Hannah – *Da Violência*, trad. Maria Drummond, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985, p.51.

²² Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. – *Dicionário de Política* Vol. 1, 11^a Edição, Brasília, Editora UnB, 2007, p. 940.

²³ Idem, *Ibidem*, p. 940.

²⁴ Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1^a Edição, Lisboa, Relógio d’ Água

*H. Arendt separa radicalmente o poder e a violência, afastando-o da concepção tradicional, onde ele aparece associado ao binómio mando – obediência, e considera-o uma forma de agir colectivo, insusceptível, portanto, de se manifestar como constrangimento exercido sobre alguns membros da sociedade.*²⁵

É responsável pela preservação da esfera pública pois segundo Arendt o que destrói as comunidades políticas é a “perda de poder é a impotência final”²⁶. Este constitui a base dentro da qual resultará a autoridade, entendida por Arendt como a capacidade de garantir a durabilidade e a estabilidade que o poder por si só carece. Os romanos foram inovadores não só na criação do conceito de autoridade mas também finalidade política que lhe atribuíram, destacando desta forma a importância à fundação da comunidade política e vida às suas instituições. Tanto a noção de autoridade como a noção de poder em Arendt parecem-nos dizer respeito não a uma “obediência” aos homens, mas às leis entre os homens, uma relação comprometida em atribuir às comunidades políticas permanência e estabilidade. A autoridade é a institucionalização do poder.

Independentemente das lutas de poder que perduraram mais de um século entre a população de patrícios que possuía de forma quase exclusiva o poder de Roma e os plebeus que constituíam a maioria dos habitantes de soldados do exército romano, o período da República Romana fica ainda marcado pelo início das conquistas militares que viriam a ter um papel determinante não só na história romana mas em todo o mundo ocidental. Culturalmente os romanos marcam um grande número de civilizações, maior parte delas chega mesmo a adoptar o modo de vida romano sem que este seja imposto. Este fenómeno seria também uma inovação romana que consistia em fazer com que as cidades e povos que procuravam conquistar se submetessem ao domínio romano sem que fosse necessária uma intervenção militar para os submeter pela força. Nesta altura Roma torna-se o centro comercial e financeiro do mundo. A arquitectura, o vestuário, os hábitos alimentares e a organização romana passam a circular entre as cidades conquistadas com grande frequência, mas o contrário também se verifica, sobretudo no caso grego que influencia o pensamento e a cultura romana de uma forma significativa. O modo de vida romano passa a ser marcado pelo luxo e pela riqueza provenientes das conquistas militares. Tudo isto contribui para alargar ainda mais o fosso existente entre o povo e os grandes proprietários. Com o aumento da tensão existente entre os habitantes e fracassadas as reformas sociais dos irmãos Tibério e Caio Graco, surge uma onda de contestação às instituições romanas

Editores, 2001, p.251.

²⁵ Aurélio, Diogo Pires – *Razão e Violência*, 1ª Edição, Lisboa, Editora Prefacio, 2007, p. 109.

²⁶ Arendt, Hannah, op. cit., p. 250.

e cria-se um clima de desordem e de grande agitação social que viria a dar origem a uma luta pelo poder entre os grandes chefes militares romanos que haviam enriquecido nas suas campanhas e ganho influencia junto dos seus soldados e do povo. Seria o início do processo de transição da República para o Império Romano que se viria a instalar com a subida de Octávio após o fim do segundo Triunvirato. A partir de 27 a.C. Octávio passa a acumular vários poderes entre os quais o de Augusto e o de Imperador enquanto mantinha as principais instituições romana aparentemente em funcionamento, no entanto o poder efectivo do Império encontrava-se nas suas mãos. Octávio foi também capaz de trazer estabilidade ao Império através de uma série de reformas que permitiram atenuar as desigualdades não só entre a população mas também entre Roma e as suas províncias. Daqui seguir-se-á um período de grande prosperidade a que os historiadores normalmente chamam de Pax Romana.

O fim do Império Romano resulta da dificuldade em governar e proteger o imenso território controlado que cada vez mais se via sob ataque por parte de povos bárbaros. A decadência do Império seria resultado de uma serie de crises e problemas que tiveram início na discussão do escravagismo que havia iniciado no reinado dos últimos Antoninos, nas dificuldades sentidas na principal actividade de subsistência das cidades, na crise da agropecuária e na interrupção da expansão militar no Ocidente que significava o fim de uma perda das receitas e dos lucros do Império. Grande parte dos recursos que eram normalmente empregues na construção pública e manutenção das cidades passa a ser dirigido para a defesa das mesmas. O grande exército romano até então conhecido pela sua superioridade táctica e organização militar vê-se impotente para travar os ataques bárbaros assentes numa estratégia de pilhagem e de saque. A todos estes aspectos junta-se também o aumento da influência do cristianismo no Império que levou a que grande parte da população se desligasse das actividades públicas, principalmente da política o que levou a que a gestão dos assuntos públicos se revelasse na maioria dos casos insuficiente ou ineficaz. Aquando das invasões surge uma crescente preocupação com a defesa da propriedade que alterará a sua concepção clássica e a noção de privado. Em 476 d.C. o imperador Rómulo Augusto abdica do seu trono marcando o fim do Império Romano no Ocidente uma vez que o fim do Império no Oriente terminaria apenas no século XV com a conquista de Constantinopla por parte dos turcos otomanos.

A esfera social

Embora ainda existisse durante toda a Idade Média uma divisão entre a esfera pública e privada, será com o fim do Império Romano que este fosso que separa os dois domínios começará a diminuir dando origem na era moderna a uma esfera híbrida conhecida pela esfera social. Indícios desta separação poderiam já ser encontrados na hierarquização utópica da pólis por Platão cuja forma de governo se comparava à gestão da vida familiar dos habitantes. Na fase de declínio do Império Romano a procura de defesa por parte dos seus habitantes das suas propriedades em função do crescente número de invasões bárbaras, assim como a adopção do cristianismo como religião oficial por Constantino I que se viria a traduzir politicamente numa significativa perda de importância da actividade pública em favor do privado e de uma crescente espiritualidade e preocupação extraterrena. Em consequência disto mesmo todo o domínio privado dos habitantes do Império passará a ter uma maior relevância na vida pública, elevando desta forma o plano do privado à condição de assunto público, a própria organização política será moldada segundo as bases de gestão familiar. A este respeito Arendt é ainda mais radical considerando que o impacto da Igreja na antiguidade influenciou mais do que a esfera privada, e na verdade foi mesmo responsável pela “absorção de todas as actividades para a esfera do lar (onde a importância dessas actividades era apenas privada) e, consequentemente a própria inexistência de uma esfera pública.”²⁷ A Igreja Católica oferecia um substituto para a cidadania. Podemos daqui concluir que para Hannah Arendt o plano do social será uma extensão da esfera privada à esfera pública, a sociedade será o espaço no qual interesses privados atingem uma dimensão pública. As próprias actividades humanas que ocorriam durante o período da Idade Média seriam marcadas pela sua influência na estrutura familiar. Neste sentido os *guilds*, *confrèries* e *compagnons* que Arendt refere teriam por base um “bem comum”²⁸ no qual os indivíduos que lhes pertenciam assumiam, isto é, os interesses privados em comum.

A sociedade como hoje a conhecemos será uma evolução desta perspectiva, que para Arendt pode ser definida como uma gestão doméstica comum marcada não pela pluralidade que caracterizava toda a actividade política do pensamento antigo, mas sim pela uniformização. “A sociedade é a forma na qual a dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual as actividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas na praça pública.”²⁹ A própria acção será relegada para segundo plano visto que

²⁷ Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1ª Edição, Lisboa, Relógio d’ Água Editores, 2001, p.49.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 49.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 61.

dos indivíduos que habitam a sociedade seja esperado um comportamento dentro dos padrões “normais” socialmente aceites, rejeitando desta forma o carácter imprevisível e espontâneo da acção.

*Um factor decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de acção, que antes era exclusiva do lar doméstico. Em vez de acção, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a acção espontânea ou a reacção inusitada.*³⁰

Prova disto mesmo é o surgimento da estatística, instrumento da economia, que visa o estudo dos padrões sociais limitando cada vez mais o número de anomalias ou “desvios”³¹ existentes nas sociedades. Tudo isto será resultado do conformismo, uma invenção niveladora das sociedades modernas, contra a qual Arendt sempre se mostrou adversa. Para Arendt o conformismo é “característico do último estágio da evolução moderna”³², a sua base assenta na substituição da acção pelo comportamento responsável e pela igualdade entre os homens. Esta não pode de forma alguma ser comparada à igualdade no sentido clássico onde apenas os homens iguais tinham o direito de participar na vida pública e de aí se revelarem enquanto homens excepcionais, a igualdade proporcionada pelo conformismo será uma construção de estereótipos do homem inserindo-o em padrões sociais. A igualdade como hoje a entendemos está intrinsecamente associada à justiça, segundo Arendt “é apenas o reconhecimento político e jurídico do facto de a sociedade ter conquistado a esfera pública”³³. “Esta igualdade moderna (...) só é possível porque o comportamento substituiu a acção como principal forma de relação humana, difere, em todos os seus aspectos, da igualdade dos tempos antigos, e especialmente da igualdade na cidade-estado grega”³⁴. Com a ascensão do social, a excelência e a distinção que o homem clássico podia atingir pela superação das necessidades básicas da vida e da sua exaltação enquanto ser humano serão aspectos do foro privado nas sociedades modernas. Na perspectiva de Arendt a sociedade da era moderna, responsável pela absorção da família em grupos sociais, é marcada pela igualdade dos elementos dos diversos grupos e que segundo a autora pode ser comparada à “igualdade dos membros da família perante o poder despótico do

³⁰ Idem, Ibidem, p. 55.

³¹ Idem, Ibidem, p. 57

³² Idem, Ibidem, p. 55.

³³ Idem, Ibidem, p. 55.

³⁴ Idem, Ibidem, p. 56.

chefe da casa”³⁵. Esta absorção será de certa forma o culminar de séculos de desenvolvimento e traduzir-se-á num fenómeno que hoje conhecemos por *sociedade de massas*. Segundo a autora a sociedade de massas será o estágio em que a esfera social passa a controlar de igual forma e com a mesma força todos os grupos sociais de uma comunidade como um todo. Para demonstrar a evolução de todo este processo Arendt utiliza o exemplo da transformação da sociedade em sociedade de classes, a passagem desta para a sociedade de massas dá-se com a absorção por parte da sociedade de todas as classes e grupos culminando com uma sociedade única.

Também a noção de privado viria a sofrer alterações com a era moderna. Com a criação do moderno individualismo, a esfera privada perde o carácter de privação que possuía na antiguidade para passar a dizer respeito à protecção do carácter íntimo do ser humano. A privacidade moderna apresenta-se oposta não só da esfera política mas também da própria esfera social. Arendt considera Jean-Jacques Rousseau o grande teorizador desta evolução quando no seu estudo considerou necessário alertar para os perigos da corrupção do coração humano por parte da sociedade. Para Rousseau todo o processo terá início com a rebelião existente em cada ser humano, esta será uma rebelião do coração originada pelo facto de que segundo Rousseau o homem não é capaz de se sentir completamente integrado na sociedade mas também não é capaz de viver completamente desligado dela. A arte que se desenvolveu durante esta época, e em particular o desenvolvimento do romantismo, será marcada pela tentativa de aproximação do social e do íntimo. A acção e o discurso passaram para o domínio do privado e do íntimo como competências ou capacidades de desenvolvimento humanístico em geral, perdendo assim o carácter político ou público que tiveram na antiguidade. A persuasão perde também o seu lugar na esfera pública passando o *consumo* a ser o objectivo último ou a meta a atingir na sociedade.

Com a elevação do doméstico ao nível público, a economia, e o labor passam a fazer parte dos assuntos de todos. Tal seria de todo impensável no pensamento grego visto que a economia fazia parte da gestão privada de cada um logo seria impossível sequer associar o termo economia à política como nos tempos modernos.

A economia – que até à era moderna não constituía parte excepcionalmente importante da ética e da política, e que se baseia na premissa de que os homens agem em relação às suas actividades económicas como agem em relação a tudo mais – só veio a adquirir carácter científico quando os homens se tornaram seres sociais e passaram a seguir unanimemente certas normas de conduta, de modo

³⁵ Idem, Ibidem, p. 54.

*que aqueles que não seguissem as regras podiam ser considerados
associais ou anormais.*³⁶

A economia passa a ser a ciência política cuja organização é o estado, é a gestão colectiva dos interesses individuais ou a administração doméstica colectiva. A sua principal função é administrar a uma escala nacional os negócios das famílias “economicamente organizadas”³⁷. Arendt considera que a economia é a “ciência das primeiras fases de desenvolvimento das sociedades”³⁸, altura em que os padrões comportamentais ainda encontravam limitações e podiam ser aplicados a apenas algumas partes da sociedade e onde se tenta substituir a acção pelo comportamento, o governo pessoal pela burocracia definido como o governo de ninguém. Com o posterior desenvolvimento da sociedade dar-se-á o aparecimento das *ciências do comportamento* como estágio final da evolução que ocorre com a passagem à já referida sociedade de massas quando o social atinge toda a nação e as suas regras passam a ditar o modelo de vida dos seus habitantes. As ciências do comportamento procuram reduzir o homem a um todo independentemente da actividade em questão, a um animal que se comporta de forma condicionada.

Para que a finalidade última da sociedade de garantir a sobrevivência da espécie possa ser atingida, o labor será introduzido como a única actividade necessária para manter a vida libertando-se desta forma da esfera privada onde residira até então. A passagem do labor ao domínio público irá centrar a sociedade em torno da actividade necessária para a manutenção da vida o que se irá traduzir numa sociedade constituída por operários e assalariados. Enquanto processo o labor está em constante crescimento reflexo da sua inserção na esfera social o que tornam o político e o privado incapazes de resistir ao seu domínio. Com esta alteração do labor da esfera privada para a esfera social, a excelência que antigamente se encontrava associada à actividade política passa a estar associada ao labor, dado que até aqui nunca tal se havia verificado pois a excelência apenas faz sentido no domínio público. Segundo Arendt “Nem mesmo a esfera social (...) pôde aniquilar completamente a conexão entre a realização pública e a excelência”³⁹.

³⁶ Idem, Ibidem, p. 56.

³⁷ Idem, Ibidem, p. 44.

³⁸ Idem, Ibidem, p. 60.

³⁹ Idem, Ibidem, p. 63.

Capítulo II

O Totalitarismo

A era moderna apresentará o culminar de um processo marcado pela crescente importância da verdade filosófica em directa oposição com a cada vez mais diminuta e fragilizada credibilidade política sob a imagem dos regimes totalitários herdeiros da tradição que privilegia a abstracção e o não-pensar em detrimento da acção e da participação na vida pública. “A verdade da filosofia mata a *significação* do pensamento, já não deixa mais pensar, instaurando o mundo do sem-sentido, ou, se se quiser, o não-mundo, o absurdo, a não pensabilidade. Tal é o terror do regime totalitário”⁴⁰. Contrariando as tendências da época que optavam por estudar o sistema totalitário à luz da tradição política comparando-o com os sistemas tirânicos e ditatoriais, Arendt considera que estamos perante algo de novo e que como tal requer uma abordagem completamente diferente.

*Segundo Hannah Arendt, o Totalitarismo é uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu.*⁴¹

De forma a poder explicar e desenvolver a questão totalitária Arendt irá recorrer a uma abordagem histórico-política do fenómeno totalitário utilizando como base o panorama político em que este se irá desenvolver. Neste segundo capítulo tentaremos desenvolver a perspectiva da autora acerca da origem e desenvolvimento dos sistemas totalitários, assim como procurar apresentar as suas principais características, semelhanças e divergências existentes entre o regime totalitário nazi e o regime totalitário estalinista.

Escrita em 1951 com o objectivo de revelar as bases que sustentam os regimes totalitários, *Origens do Totalitarismo* constitui até hoje uma das mais completas obras feitas

⁴⁰ Cantista, M.J. – O Político e o Filosófico no pensamento de Hannah Arendt, Revista de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II serie Volume XV-XVI Porto 1998-99, p. 49.

⁴¹ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. – *Dicionário de Política* Vol. 1, 11^a Edição, Brasília, Editora UnB, 2007, p. 1248.

tendo em vista um rigoroso e imparcial estudo do fenómeno totalitário. Ainda que esta tenha sido a obra que viria a colocar em destaque o pensamento da autora foi bastante criticada visto que a abordagem histórica feita por Arendt no seu estudo do totalitarismo como algo de diferente dos tradicionais sistemas políticos constituía até então uma novidade. Golo Mann, conceituado escritor e historiador alemão, seria um dos seus críticos considerando que a obra de Arendt abordava acontecimentos históricos que não tinham relevância imediata para o estudo do fenómeno totalitário.

As duas primeiras partes da obra tratam da pré-história do Estado total. Mas aqui o leitor não encontrará aquilo que está acostumado a encontrar em trabalhos semelhantes, isto é, pesquisas sobre as peculiaridades históricas da Alemanha ou da Itália ou da Rússia (...). Pelo contrário, Hannah Arendt dedica dois terços de seu esforço ao anti-semitismo e ao imperialismo e, sobretudo, ao imperialismo de matriz inglesa.(...) Somente na terceira parte, em vista da qual todo o resto foi escrito, Hannah Arendt parece realmente abordar o tema.⁴²

Para Hannah Arendt o totalitarismo não pode ser estudado com base em nenhum outro sistema político desenvolvido até então por considerar que este marca uma total desenraizamento com a tradição política. Nesta obra a autora procura não só descrever o seu processo e as suas origens, procura também analisar os fenómenos que o desencadearam e que tornaram possível a sua adopção no seio das sociedades. Relativamente a esta última questão Arendt considera que ainda que a implementação dos regimes totalitários tenha originado de um conjunto de alterações políticas e sociais que ocorreram por altura do final da Primeira Guerra Mundial, será devido à divinização das ideologias por parte da filosofia que conduziu a uma tirania das ideias e ao culminar do processo iniciado na antiguidade que se traduziu em última instância na soberania do abstracto sobre o concreto que se possibilitará a implementação dos sistemas totalitários. Na perspectiva da autora o Totalitarismo tem por base três principais figuras: o *anti-semitismo* entendido como a “privação da pátria”⁴³, o *imperialismo* que se traduzirá num “afundamento dos Estados-nação europeus com os milhões de apátridas que aparecem e percorrem a Europa”⁴⁴ e o *totalitarismo* visto como a “privação total,

⁴² Mann, Golo – *Vom Totalen Staat*, in *Die Neue Zeitung-Die amerikanische Zeitung in Deutschland*, Nr. 247, 20/21 de Outubro, 1951, p.14.

⁴³ Cantista, M.J., op. cit., p. 51.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 51.

desenraizamento de tudo e de todos, inclusive de si mesmo, massificação do homem, tornado obediência impensante”⁴⁵.

Anti-semitismo

Hannah Arendt considera que o tema do anti-semitismo não foi tratado com a seriedade e imparcialidade que merece quer por parte dos historiadores judeus quer por parte dos investigadores anti-semitas. Assim pretende realizar um estudo neutro desligado do senso comum assente em mitos e estereótipos, assente nos factos por mais chocantes e inconvenientes que estes possam ser. Para tal adopta uma interpretação histórica do anti-semitismo destacando a separação existente entre a Idade Média e a Modernidade (ainda que estes se possam relacionar como veremos). “Na verdade, não se pode considerar de modo unitário, o Anti-semitismo antigo e medieval e o anti-semitismo moderno, que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX, em relação com o nascimento do nacionalismo”⁴⁶. Arendt começa por deixar claro existem diferenças entre o anti-semitismo como ideologia desenvolvida no século XIX e o anti-semitismo como ódio religioso embora seja questionável a importância da influência do primeiro no desenvolvimento do anti-semitismo da era moderna. “Pode-se discutir até que ponto o primeiro deve ao segundo os seus argumentos e a sua atracção emocional”⁴⁷. O nascimento do anti-semitismo deveu-se ao momento em que os judeus, em resultado da sua relação com os gentios, passaram a entender que as diferenças entre o seu povo e todos os outros seriam de origem principalmente étnica. Deste momento em diante o judaísmo passa a ser um movimento fechado, não só face ao mundo mas também dentro do próprio povo judaico, é o nascimento da identidade judaica. Historicamente este atingirá maior relevância com o ódio que se desenvolverá aos judeus emancipados e assimilados. Os judeus no entanto encararam esta situação assumindo um papel “messiânico” relativamente a todas as perseguições e discriminações que sofreram desde a Idade Média. Na verdade esta adopção de um carácter profético enquanto povo contribui para um maior isolamento do povo judaico e um aumento do rancor e antipatia dos outros povos para com estes. Tudo isto foi ainda agravado pela sua vulnerabilidade dado o facto de os judeus não possuírem desde o ano 70 um território próprio o que sempre levou a que o povo judaico dependesse de autoridades não judaicas. Para além disto todas as catástrofes e dificuldades que os judeus tiveram de ultrapassar eram entendidas

⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 51.

⁴⁶ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. – *Dicionário de Política* Vol. 1, 11ª Edição, Brasília, Editora UnB, 2007, p. 39.

⁴⁷ Arendt, Hannah – *Origens do Totalitarismo*, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 17.

segundo a sua condição de “povo escolhido”, logo eram vistas como um obstáculo histórico no seu caminho pré-destinado.

Tendo por base a obra de Tocqueville, *L’ Ancien Regime et la Révolution*, Arendt considera fulcral para o desenvolvimento do movimento anti-semítico a separação entre poder e riqueza referida por Tocqueville ocorrida por altura da Revolução Francesa. “Segundo Tocqueville, o povo francês passou a odiar os aristocratas no momento em que perderam o poder, porque essa rápida perda de poder não foi acompanhada de qualquer redução nas suas fortunas”⁴⁸. Esta situação será também verificada com o período marcado pela ascensão Nazi altura esta em que os judeus haviam perdido a maioria das posições de destaque que previamente ocupavam. “O que mantém unidas as pessoas depois de ter passado o momento fugaz da acção (aquilo que hoje chamaríamos “organização”) e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder”⁴⁹. Desprovidos do poder que até então lhes servia de protecção e de meio de integração social, os judeus passam a estar sujeitos ao mesmo sentimento de ódio que os aristocratas descritos por Tocqueville.

*O que faz com que os homens obedeçam ou tolerem o poder e, por outro lado, odeiem aqueles que dispõem da riqueza sem o poder é a ideia de que o poder tem uma determinada função e certa utilidade geral. (...) Só a riqueza sem o poder ou o distanciamento altivo do grupo que, embora poderoso, não exerce actividade política são considerados parasitas e revoltantes, porque nessas condições desaparecem os últimos laços que mantêm ligações entre os homens.*⁵⁰

Toda esta situação seria severamente agravada pelo facto de os judeus não estabelecerem uma organização capaz de garantir uma defesa face ao crescente clima de contestação político-social, no regime nazi os judeus foram o alvo perfeito para o efeito do “bode expiatório”, característica da metodologia de terror dos sistemas totalitários. De forma a poderem fazer valer a sua ideologia os nazis procuraram canalizar as hostilidades para os judeus através da fraude dos “Protocolos dos Sábios do Sião”, uma falaciosa teoria política segundo a qual os judeus procuravam aspirar ao domínio mundial. Do ponto de vista histórico-político a conspiração segundo a qual os judeus planeavam uma conquista à escala global era totalmente desprovida de fundamento já que durante toda a história, nas suas relações com os governos, os judeus jamais

⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 24.

⁴⁹ Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1ª Edição, Lisboa, Relógio d’ Água Editores, 2001, p. 252.

⁵⁰ Arendt, Hannah – *Origens do Totalitarismo*, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 25.

exerceram “senão suaves pressões para fins subalternos de autodefesa”⁵¹. Arendt entende que a escolha dos judeus como bode expiatório não foi de todo arbitrária já que para que uma ideologia seja aceite é necessário que esta encontre admissão nas massas.

*Em outras palavras, se o número de pessoas que acreditam na veracidade de uma fraude tão evidente como os “Protocolos dos sábios do Sião” é bastante elevado para dar a essa fraude o foro do dogma de todo um movimento político, a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude.*⁵²

Se esta teoria se revelar popular a história será colocada ao serviço da ideologia fazendo com que os factos se adaptem à teoria em questão. “Os eruditos, políticos e poetas do século XIX não falsificaram simplesmente o passado: basearam-se em tradições, fontes escritas, lendas e convicções, mesmo que as tenham utilizado de uma maneira inovadora para forjar uma unidade ou autonomia política.”⁵³

Outro dos métodos utilizados pelo regime nazi foi a teoria do “anti-semitismo eterno” despontado pelo anti-semitismo moderno. Este consistia na interpretação feita por parte dos judeus dos processos de dissolução e exterminação. “Os judeus confundem o moderno anti-semitismo com o antigo ódio religioso antijudaico”⁵⁴. Uma vez mais parece estar aqui patente o carácter “messiânico” próprio da espiritualidade judaica, isto é, perante os novos condicionalismos do anti-semitismo moderno os judeus entendem existir na adversidade uma continuidade de um sentimento antigo contra o seu povo que poderia, no seu entender, contribuir para a unificação do povo judaico. A história iria, no entanto, provar-lhes em contrário uma vez que estas técnicas de terror acabaram por conduzir a uma crescente hostilidade e ao extermínio de grande parte da população judaica da Europa. Em vez de contribuir para a união e defesa do povo judaico estes métodos passam a servir de defesa para os crimes contra os judeus, sobre esta questão Arendt considera que a teoria do eterno anti-semitismo se revela extremamente eficaz neste sentido pois apresenta o argumento da “eterna hostilidade”⁵⁵.

⁵¹ Idem, Ibidem, p. 44.

⁵² Idem, Ibidem, p. 27.

⁵³ Geary, Patrick – *O Mito das Nações – A Invenção do Nacionalismo*, 1ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2008, p. 24.

⁵⁴ Arendt, Hannah, op. cit., p. 27.

⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 28.

No plano histórico o judeu poderia ser definido quanto ao seu papel nas sociedades como “superprivilegiado – por receber protecção especial do governo – ou subprivilegiado, privado de certos direitos e oportunidades, negados aos judeus para impedir a sua assimilação”⁵⁶. O povo judeu sempre se mostrou interessado em impedir uma assimilação por parte da sociedade, garantindo não só a sobrevivência da identidade judaica mas também evitando um contacto directo com as massas e com a hostilidade destas para com o seu povo. Desta forma foi visível ao longo de toda a história uma preocupação por parte dos diversos governos em oferecer aos judeus uma protecção que se traduzia em termos legais, o que permitia que estes se estabelecessem como grupo à parte. No que à evolução do estatuto dos judeus nas sociedades diz respeito Arendt considera existirem quatro momentos chave que permitem explicar o desenvolvimento da relação entre os judeus e governo. Num primeiro instante a autora destaca os “judeus-da-corte, que financiavam os negócios do Estado e administravam as transações financeiras dos seus soberanos”⁵⁷. Seria esta ascensão nos séculos XVII e XVIII que iria dar início às relações entre os judeus e os governantes e ao período de maior notoriedade e reconhecimento do papel dos judeus na sociedade.

*Nesta época, na verdade, se verifica, para eles a máxima prosperidade. Únicos a disporem de reservas monetárias, podem também começar a associar à actividade de troca a actividade de empréstimo: tanto que, bem rapidamente, a sua presença é considerada, em toda a Europa ocidental como indispensável.*⁵⁸

Com o aparecimento dos Estados-nação os judeus viam a sua estabilidade abalada na sociedade em grande parte devido ao facto dos investimentos requererem um capital que ultrapassava a dimensão dos “judeus-da-corte”. Assim na tentativa de se adaptarem a esta nova situação serão visíveis na maioria dos países Europeus um movimento de organização de judeus em colectividades de forma a poderem combinar capitais como resposta às novas exigências comerciais. Arendt salienta que nesta época “foi concedida aos judeus a emancipação em todos os Estados-nações, exceto naqueles países em que os judeus, devido ao seu grande número e ao atraso social (como na Rússia), não conseguiram organizar-se como grupo especial”⁵⁹. Esta segunda fase que marca o relacionamento entre governo e judeus viria a conhecer o seu fim no instante em que se dá o aparecimento do imperialismo em finais do século XIX. Esta época marcaria o fim da influência dos judeus no Estado enquanto principais investidores visto que estes perdem a exclusividade dos negócios com o Estado para outros investidores que surgem

⁵⁶ Idem, Ibidem, p. 34.

⁵⁷ Idem, Ibidem, p. 34.

⁵⁸ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, op. cit., p. 41.

⁵⁹ Arendt, Hannah, op. cit., p. 35.

devido à mentalidade imperialista que se desenvolvia. Até então a burguesia havia mostrado pouco ou nenhum interesse nas finanças e negócios do Estado visto que estes se apresentavam até então como improdutivos, como tal a relação entre judeus e governo nunca havia sofrido alterações significativas. O imperialismo viria a provocar alterações não só na mentalidade comercial e no estatuto dos judeus como principais investidores do Estado, traria também consequências sociais para os judeus. Embora ainda existissem judeus em posições de destaque na sociedade, como o caso dos “consultores financeiros e mediadores intereuropeus”⁶⁰, estes já não se encontravam associados a qualquer tipo de comunidade judaica, na verdade procuravam até isolar-se destas. Mesmo a actividade que até então caracterizava a participação judaica nos destinos do Estado e que realçava a sua importância para o seu funcionamento, o empréstimo e o financiamento, vão trazer profundas alterações para a reputação dos judeus e influenciar as suas relações com as massas. Graças ao desenvolvimento económico e às consequentes transformações sociais que abalavam esta época, a pequena classe média, sob a ameaça de cair para o nível do proletariado caso não seja capaz de competir economicamente, vê-se forçada a desenvolver a sua actividade para que possa aspirar a uma posição social segura.

*Aquela que inicialmente era apenas uma actividade complementar tornou-se agora uma das principais fontes de sustentação; e enquanto nos séculos da alta Idade Média os empréstimos hebreus eram destinados, em grande parte ao financiamento do rei e da nobreza, agora se desenvolve o pequeno empréstimo, concedido ao camponês e à arraia miúda das cidades.*⁶¹

Esta nova situação irá inflamar as relações dos judeus com o povo que passa a depender financeiramente dos primeiros e “que vê, erroneamente, neles, a causa da sua própria miséria”⁶². O declínio da nobreza com quem os judeus sempre haviam demonstrado maior afinidade e a ascensão da burguesia irão agravar a posição social dos judeus. Independentemente do país onde o efeito do anti-semitismo se expressou com maior intensidade, foi na França que surgiram as primeiras manifestações anti-semitas.

Além disso, o anti-semitismo francês é mais antigo que os seus similares europeus. Para os representantes da Era do Esclarecimento, que preparam a Revolução Francesa, era normal o

⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 35.

⁶¹ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, op. cit., p. 41.

⁶² Idem, Ibidem, p. 41.

*desprezo aos judeus: olhavam-nos como sobreviventes da Idade Média e como agentes financeiros da aristocracia.*⁶³

Nesta época são frequentes os relatos de judeus expulsos dos principais focos populacionais e que se vêem forçados a encontrar refugio na guarda de proprietários ou nobres locais.

Para Arendt o quarto e último momento de evolução do anti-semitismo, normalmente denominado de moderno, chegará com o “declínio dos Estados-nação nas décadas que precederam a deflagração da Primeira Guerra Mundial”⁶⁴, altura em que a riqueza dos judeus passa a ser vista como inútil o que desde logo destrói por completo a necessária relação de equilíbrio entre poder e riqueza. Sobre esta questão há também que referir o facto de que os judeus, ao longo de toda a história, terem sido vistos como elementos “intereuropeus”, isto é, como não possuíam território ou governo próprio careciam de defesa própria e como tal viam na defesa proporcionado pelos governos com quem se relacionavam financeiramente. Este estatuto era visível sobretudo em tempos de guerra visto que os judeus jamais enveredavam por qualquer tipo de interferência nos conflitos mesmo que existisse um investimento da sua parte. “Quando os conflitos cresceram e se tornaram guerras nacionais, eles continuaram mantendo a característica de grupo internacional, cuja importância e utilidade decorriam precisamente do facto de nunca se terem ligado a qualquer causa nacional.”⁶⁵ Impossibilitados de se manterem como investidores exclusivos do Estado a sua condição de grupo internacional e neutralidade permitiu-lhes desempenhar um papel importante no estabelecimento de tratados de paz. Arendt realça que com a introdução das ideologias no panorama político, o próprio conceito de guerra e o papel que os judeus possuíam na sua conclusão seria afectado. “Mas, quando as guerras tornaram-se ideológicas, visando a completa aniquilação do inimigo, os judeus deixaram de ser úteis.”⁶⁶ Na verdade o facto dos judeus se revelarem como um povo sem qualquer tipo de tradição política acabou por os conduzir a uma situação paradoxal. Se por um lado não se associavam a qualquer Estado, a sua neutralidade era-lhes extremamente favorável na condução dos tratados de paz e nos investimentos estatais; no entanto do ponto de vista social eram vistos como “traidores” pelo seu total alheamento das questões políticas do Estado-nação. Esta circunstancia não foi ignorada pelas ideologias anti-semitas que desde muito cedo se procuraram apoiar em teorias nacionalistas. “Os anti-semitas, que se diziam patriotas, introduziram essa nova espécie de sentimento nacional, que consiste primordialmente no completo encobertamento dos defeitos de um povo e na ampla condenação dos que a ele não pertencem.”⁶⁷ Encontramos exemplo disso mesmo nas tentativas de construção de “sociedades

⁶³ Arendt, Hannah, op. cit., p. 67.

⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 35.

⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 40.

⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 41.

⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 121.

imaginadas” como as que marcaram o século XX. Com base numa comparação entre o processo de criação e disseminação dos movimentos anti-semitas com o desenvolvimento das ideologias nacionalistas descrito por Patrick Geary e Ivo Banac, consideramos existir aqui uma forte semelhança entre os dois sistemas ideológicos que explicam a facilidade com que estes foram aceites.

Elas incluem, em primeiro lugar, o estudo da língua, da cultura e da história de um determinado povo por um pequeno grupo de intelectuais “iluminados”; em segundo lugar, a propagação das ideias formuladas pelos eruditos através de um grupo de “patriotas” que as divulgam na sociedade; e, finalmente, a fase em que o movimento nacional atinge o seu auge pelo apoio das massas”.⁶⁸

Dada a sua capacidade de motivar e apelar às massas de forma a servirem as mais variadas finalidades políticas, esta ligação entre o anti-semitismo e o nacionalismo externo assente no racismo constitui um marco importante no processo que viria a ditar o trágico destino do povo judeu.

Com a crise que viria a afectar os Estados nacionais a frágil condição que os judeus partilhavam na Europa passa a evidenciar-se. Desde a segunda metade do século XIX que os judeus se encontram inseridos na sociedade de um modo igualitário, isto é, partilham dos mesmos direitos e possuíam as mesmas oportunidades. Se por um lado esta nova categoria revela-se como um factor equalizador da sociedade no sentido em que os privilégios são de certa forma atenuados por este novo estatuto, para o povo judeu tal significaria uma diminuição do seu estatuto social e político assim como um risco para a sua entidade própria.

Mas, paradoxalmente, exatamente no momento em que todo o antagonismo real caiu, a falta de uma função específica na economia torna os hebreus não absolutamente necessários à sociedade: a sua eliminação, que na Idade Média ou na Polónia feudal teria sido indispensável, pode agora ser discutida e proposta de forma concreta.⁶⁹

Neste instante os judeus perdem a protecção do Estado que adquiriram na Idade Média e que se havia revelado como essencial para a sua sobrevivência, passam agora a estar sujeitos ao contacto com o povo. A tensão que viria a abalar a relação existente entre Estado e sociedade

⁶⁸ Geary, Patrick, op. cit., p. 25.

⁶⁹ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, op. cit., p. 42.

viria a tornar-se o elemento catalisador para a entrada do anti-semitismo na mentalidade da grande maioria das sociedades europeias. Assim todo o descontentamento que existia para com o Estado seria também reflectido no povo judeu já que estes eram encarados como presumíveis representantes do Estado. Em consequência disso mesmo a contestação feita aos judeus torna-se mais visível e atinge uma maior dimensão em países como a Áustria, onde as relações entre judeus e o Estado são mais notórias. Para Arendt este seria o momento que “a discriminação se transformava em argumento político”⁷⁰, ou seja, através do sentimento de revolta contra o Estado teria origem o factor de unidade da opinião pública, consequentemente os judeus passariam a partilhar do mesmo tipo de contestação por serem vistos como naturais defensores do Estado.

Com o desenvolvimento do capitalismo surge um conflito de interesses entre os objectivos capitalistas dos governos e a população judaica que rejeitava o modelo capitalista. Os judeus eram o único grupo com capacidade para desenvolverem funções produtivas, no entanto optavam por não o fazer o que se traduzia num atraso comparativamente a outros países onde o capitalismo se encontrava já em pleno desenvolvimento. Desta forma passaram a ser um entrave à industrialização e ao capitalismo o que leva a que em vários países europeus os judeus vejam as suas posses e a sua importância económica destituída. Por esta razão podemos concluir nesta fase que aos factores políticos do anti-semitismo moderno juntam-se aspectos de natureza económica. Sem qualquer tipo de protecção os judeus passam a ser alvo não só das classes que sempre nutriram uma grande antipatia mas também da própria nobreza que até então sempre fora aliada dos judeus. A sua intenção seria a de conseguir despertar simpatia entre as classes devido ao seu sentimento comum pela questão judaica, assim as primeiras camadas sociais a adoptarem um discurso anti-semita foram a nobreza e a pequena burguesia. A mensagem teria por base a posição que os judeus ocupavam na sociedade enquanto financiadores de investimentos, na perspectiva anti-semita estes empréstimos, independentemente da sua dimensão, seriam uma forma dos judeus adquirirem gradualmente poder e importância política. Dada a facilidade com que as massas adoptavam a propaganda e os *slogans* anti-semitas, foi apenas uma questão de tempo até que esta acabasse por encontrar representação política. Os partidos anti-semitas que se desenvolveram desde então caracterizavam-se pelas suas pretensões supranacionais, para tal deveriam colocar-se “acima de todos os partidos”⁷¹. Da mesma forma que os judeus eram um grupo supranacional os partidos anti-semitas assumiam uma aspiração que ultrapassasse o Estado de forma a poder combater o pretenso problema em todas as suas vertentes. Devemos aqui ter em conta que todas estas mudanças surgem numa época em que existia não só um sentimento de insatisfação das populações face ao seu Estado nacional mas também uma ânsia em ver estabelecida uma nova organização europeia capaz de dar resposta às

⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 45.

⁷¹ Arendt, Hannah, op. cit., p. 59.

novas exigências políticas e económicas. Será com base neste desejo que a propaganda dos partidos anti-semitas irá assentar, conseguindo posteriormente no caso do anti-semitismo francês, o apoio não só da Igreja e de industriais mas também de um grande número de intelectuais entre os quais se destaca Louis Ferdinand Céline, autor de um célebre ensaio onde culpabiliza os judeus pelo seu suposto incentivo a todas as guerras que decorreram na Europa.

*Mas, neste ponto, entram em jogo outras forças sociais: os grupos dirigentes, tanto políticos como industriais, além de grupos de extrema, compreendem a importância que pode ter o Anti-semitismo como objectivo capaz de desviar as atenções da classe pequeno-burguesa e potencialmente do próprio proletariado; esforçam-se, por isso, em apoiar-lo e generalizá-lo. Em seu flanco, cabe toda uma multidão de intelectuais que, condicionados também por essa insegurança e precariedade, e pelo temor da concorrência hebraica, se prestam a dar uma cobertura “cultural” ao movimento anti-semita.*⁷²

O principal resultado que adviria do anti-semitismo francês seria a implementação da xenofobia na sociedade em geral, resultando num agravamento da já em si frágil posição social que os judeus então ocupavam.

Durante todo o período que antecedeu a Primeira Grande Guerra irá assistir-se a um enfraquecimento do movimento anti-semita o que levará os judeus a considerar que teria agora início uma nova época de prosperidade e de que as maiores dificuldades estariam já ultrapassadas. “O anti-semitismo parecia pertencer ao passado; quanto mais os governos perdiam poder e prestígio, menos atenção davam aos judeus.”⁷³ Nesta suposta época de segurança o crescente número de grandes investidores nos negócios do Estado e o aumento do capital necessário para intervir nestes últimos irão causar alterações significativas na posição dos judeus na economia nacional, estas alterações colocariam mesmo em causa a existência dos bancos judeus.

O primeiro sinal do declínio dos bancos judeus foi a perda de prestígio e poder dentro das comunidades judaicas. Já não eram bastante fortes para centralizar e, ate certo ponto, monopolizar a

⁷² Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, op. cit., p. 42.

⁷³ Arendt, Hannah, op. cit., p. 72.

*riqueza geral judia. Os judeus abandonavam cada vez mais as finanças estatais em favor de negócios independentes.*⁷⁴

Tal não significava que as relações entre estado e judeus tivessem chegado abruptamente ao fim, o que se verificava assemelhava-se com uma situação anterior onde apenas alguns judeus, mantinham a sua importância relativamente ao Estado e a sua independência face à comunidade judaica. Neste período há ainda a destacar, para além da passagem de uma grande parte dos judeus à actividade comercial independente, o surgimento de uma nova geração de judeus, normalmente descendentes de banqueiros e negociantes bem sucedidos, que se dedicavam a profissões liberais ou à actividade intelectual. Esta nova geração viria a fazer despontar não só velhos receios que previam o aparecimento de uma vertente judaica dedicada ao trabalho intelectual, viriam a fazer surgir também uma necessidade de aproximação entre judeus e a sociedade não-judaica. Para que tal fosse possível teriam de lidar com a discriminação social que afectava também os seus pais. Assim de forma a alcançarem o seu objectivo e tendo plena consciência da importância da fama na sociedade moderna, almejavam viver em torno de tudo o que consistisse alvo de admiração na sociedade, desta forma uma grande parte desta geração optava por tornar-se “críticos, comentaristas, coleccionadores e organizadores de tudo que era famoso”⁷⁵.

No plano social toda esta época é marcada pela assimilação judaica na sociedade. De forma a serem aceites na sociedade os judeus teriam de apresentar a peculiar característica de serem judeus diferentes dos judeus, isto é, vistos como um povo “exótico” a sociedade nutre por estes um fascínio demonstrado na aceitação dos judeus que se revelem cultos e educados mediante os padrões ocidentais. Esta condição requeria que o judeu intelectual se portasse como um não-judeu ainda que estivesse sempre presente o preconceito, sob o título de “judeu excepção”. Daqui podemos concluir que não existia na verdade uma aceitação no sentido literal da palavra mas sim uma certa satisfação de uma curiosidade antiga já que os preconceitos para com o povo judeus não são de forma alguma ultrapassados. Tudo isto fez surgir uma divisão dentro do próprio povo judaico entre os judeus ricos e os judeus intelectuais. Os judeus ricos procuravam governar as comunidades judaicas através da sua posição de destaque junto às autoridades e governo, estes entendiam a sua herança cultural como uma distinção; já os judeus intelectuais aspiravam a uma sociedade diferente onde não houvessem divergências sociais assentes na religião, etnia ou herança cultural, como tal procuravam afastar-se da sua tradição enquanto povo. Não devemos aqui entender este afastamento dos judeus intelectuais como a completa ruptura com a tradição judaica. De forma a esclarecer esta situação Arendt refere que “o judeu educado, que era “um homem na rua e um judeu em casa” – todos eles conseguiram

⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 73.

⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 74.

converter uma qualidade nacional em assunto privado”⁷⁶. O conflito será despertado pela revolta sentida pelos judeus intelectuais dados os privilégios atribuídos aos judeus ricos enquanto os primeiros passavam dificuldades e não obtinham o reconhecimento social que consideravam justo. Para Arendt este factor fez com que os judeus intelectuais se tornassem críticos do Estado e ferozes opositores dos “representantes oficiais do seu próprio povo”⁷⁷. No que toca aos judeus que não faziam parte nem de um grupo nem de outro a sua posição relativamente a este conflito é incerta visto que não assumiam uma posição firme em favor de nenhuma das partes. Esta situação de conflito acabará por se traduzir numa maior abertura do povo judeu às sociedades europeias, que até então nunca havia tido grande contacto com os pequenos grupos de judeus protegidos pelos governos. Em outras palavras os judeus intelectuais viriam a fascinar a sociedade e as elites culturais da época da mesma forma que qualquer outro acontecimento ou revelação singular como é exemplo a admiração demonstrada na época sobre a homossexualidade. Embora fosse sua intenção introduzir-se na sociedade desligando-se dos padrões de comportamento judaicos, os judeus intelectuais não tiveram plena consciência do perigo que os circundava. O facto da sociedade ser incapaz de estabelecer uma cisão concreta no que toca ao preconceito do judeu, no sentido em que mesmo os judeus intelectuais serem vistos como judeus independentemente das suas convicções, associado aos hábitos dos judeus ricos que se recusavam a renunciar à sua tradição irá fazer ressurgir com maior expressão a ideia de que a “condição judaica” assentava sobretudo no nascimento. Embora este tivesse perdido importância religiosa com o passar dos tempos, volta assim a assumir uma posição de destaque na vivência dos judeus, desta vez sob o plano da relevância social que teria particular importância nos posteriores estratagemas que viriam a afectar os destinos povo judaico.

Um dos primeiros sinais do perigo que ameaçava a estabilidade e segurança do povo judaico foi o clamoroso Caso Dreyfus no qual Alfred Dreyfus, oficial judeu do Estado-Maior francês, se vê acusado e posteriormente condenado pelo crime de traição após fraudulento julgamento conduzido a portas fechadas. Para além de toda a complexidade que envolveu todo este julgamento são os efeitos e repercussões que deste resultam que merecem o principal destaque. Todo o processo revelou-se como um elemento catalisador capaz de inflamar toda a Europa colocando a França em plano de destaque, dividindo a sua sociedade em duas facções distintas. De um lado encontramos os partidários de Dreyfus, entre os quais há necessariamente a destacar a presença de Émile Zola, no oposto os *antidreyfusard*, vertente antidemocrática e anti-semita que pretendia ver executada a condenação a Albert Dreyfus. O conflito entre estas duas partes representava mais do que a defesa de um militar judeu, era o resultado de um conflito que opunha a crença na democracia, na liberdade e no Estado frente-a-frente contra o lado mais reaccionário da sociedade. O decorrer do processo acabará por abalar não só os

⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 106.

⁷⁷ Idem, Ibidem, p. 87.

alicerces da sociedade, trará também consequências para a própria organização política francesa.

*O Caso Dreyfus, em suas implicações políticas, pôde sobreviver porque dois de seus elementos cresceram em importância no decorrer do século XX. O primeiro foi o ódio aos judeus; o segundo, a desconfiança geral para com a república, o Parlamento e a máquina do Estado. (...) O que provocou a queda da França foi o fato de que ela não tinha mais nenhum verdadeiro partidário de Dreyfus, ninguém que acreditasse que a democracia e a liberdade, a igualdade e a justiça pudessem ser defendidas ou realizadas sob a república.*⁷⁸

A importância do Caso Dreyfus não se limita apenas aos seus parâmetros judiciais ou políticos, este foi o factor responsável por fazer emergir à superfície da sociedade moderna as mais sérias formas de discriminação e os mais graves preconceitos que se encontravam até então em fase de incubação. Nas palavras da autora o Caso Dreyfus pode ser entendido como um “prelúdio ao nazismo”⁷⁹, daí em diante ninguém poderia tomar como desconhecida a propaganda anti-semita que ia ganhando importância camuflando-se com o título de ideologia científica.

Imperialismo

Embora a sua origem possa ser apontada a vários momentos diversos ao longo de toda a história, o Imperialismo como hoje o entendemos enquanto “expansão violenta dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua influência ou poder directo, e formas de exploração económica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados”⁸⁰ remonta à tentativa britânica de constituir a *imperial federation* na década de 1870. No que à questão totalitária diz respeito, a experiência imperialista ficará marcada por constituir o “tubo de ensaio” dos sistemas totalitários, no entender de Domenico Losurdo, o totalitarismo pode mesmo ser entendido como um “estágio supremo do imperialismo”⁸¹. Ainda que os procedimentos que acompanham toda a

⁷⁸ Arendt, Hannah – *Origens do Totalitarismo*, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 115.

⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 117.

⁸⁰ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. – *Dicionário de Política* Vol. 1, 11ª Edição, Brasília, Editora UnB, 2007, p. 611.

⁸¹ Losurdo, Domenico – *Para uma crítica da categoria de totalitarismo*, Revista Crítica Marxista, Nr. 23, Brasília, 2003, p.58.

expansão imperialista sejam visíveis desde o período da República Romana, o Imperialismo dos Estados-nação evidencia-se pela sua motivação económica, distinguindo-se desta forma do primeiro que assentava num princípio unificador.

Para Hannah Arendt a emancipação política da burguesia representa o factor determinante para a passagem ao período do Imperialismo que marcou a corrida dos países europeus para África. Segundo a autora a burguesia enquanto classe dominante destaca-se pelos seus interesses económicos dando ao Estado total autonomia no que concerne a questões de âmbito político. Esta representa no entanto uma influência determinante na evolução do imperialismo, já que como classe predominante do sistema capitalista desejava ver superadas as barreiras económicas que as fronteiras nacionais representavam. Apenas através da adopção do imperialismo como política externa seria satisfeita a máxima capitalista de constante crescimento económico. Uma das grandes questões que parecem surgir com o imperialismo prende-se com o problema da determinação dos interesses de estado com as necessidades económicas. Até então as decisões de cariz económico haviam sido subordinadas às deliberações políticas, com o imperialismo a situação parece alterar-se. Neste momento a economia passa a deter grande relevância no plano político. Arendt considera que surge assim uma preocupação até então desconhecida pelo governo dos vários estados nacionais. “Vários governos nacionais viam com apreensão a crescente tendência de fazer dos negócios uma questão política e de identificar os interesses económicos de grupos, mesmo pequenos, com os interesses nacionais.”⁸² Com isto não devemos considerar o imperialismo como um mero desenvolvimento do capitalismo, pois ainda que o primeiro tenha sido influenciado pelo segundo, o que aqui merece ser alvo de destaque é a importância que a soberania dos Estados-nação atingiram durante toda esta época e o problema das suas restrições que viriam a constituir o suporte das suas decisões internacionalistas. “O imperialismo deve ser considerado o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo.”⁸³

Este período ficará marcado pela contradição existente entre a dimensão dos Estados-nação e as exigências económicas por mercados cada vez mais vastos, fruto do desenvolvimento da produção em massa.

Contrariamente à estrutura económica, a estrutura política não pode expandir-se infinitamente, porque não se baseia na produtividade do homem, que é certo modo ilimitada, pelo menos teoricamente. De todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode

⁸² Arendt, Hannah, op. cit., p. 166.

⁸³ Idem, Ibidem, p. 168.

*ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados.*⁸⁴

Nesta época os Estados nacionais encontravam-se no seu auge político, no entanto as sucessivas falhas para o estabelecimento de uma limitação da sua soberania levaria ao estabelecimento de medidas proteccionistas como forma de alargar o campo territorial controlado. Aqui reside em parte a explicação para a agressividade presente nas políticas imperialistas dada as limitações territoriais que se revelavam um entrave não só ao aumento do poder político mas sobretudo do domínio económico.

No que toca ao imperialismo como política externa este revelou ser um duplo problema para os Estados-nação que rapidamente viram as limitações políticas da expansão imperialista. Por um lado ficou demonstrado que o Estado-nação não pode ter por base a criação de novos corpos políticos assentes na sua lei já que esta é dirigida para si mesmo o que significa que não terá aplicação válida em outros. Por outro lado a tentativa de conquistar povos revelava-se também um obstáculo difícil de se superar pois a opressão parecia fazer surgir a “consciência Nacional e o desejo de soberania no povo conquistado”⁸⁵. Exemplo disso mesmo foi o surgimento do nacionalismo alemão como resposta às conquistas francesas.

*O nacionalismo político alemão surgiu, um pouco hesitante, na época napoleónica, como reacção às vitórias francesas sobre a Prússia e à ocupação da Renânia. Uma das forças principais por detrás da mobilização da resistência geral contra os Franceses, que acabaria por estimular o espírito de insurreição nas massas populares, foi Freiherr vom Stein, ministro de estado da Prússia (1804-1808). Stein urgia poetas e escritores a contribuírem para a imagem de uma nação alemã unificada com a expulsão dos Franceses.*⁸⁶

Tendo em mente os anteriores insucessos os imperialistas irão procurar estabelecer um alargamento do poder político e económico como forma de dar resposta às necessidades do seu tempo, sem que no entanto tal implicasse a criação de novos corpos políticos. Politicamente colocava-se o problema da necessidade em alargar o seu poder além fronteiras, do ponto de vista económico a questão centrava-se no proteccionismo e na super-produção dos Estados-nação que viriam a resultar em capital excessivo ou “supérfluo” que não encontrava

⁸⁴ Idem, Ibidem, p. 156.

⁸⁵ Idem, Ibidem, p. 157.

⁸⁶ Geary, Patrick – *O Mito das Nações – A Invenção do Nacionalismo*, 1ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2008, p. 30.

investimento rentável dentro das suas fronteiras. Ao capital supérfluo aliar-se-á outro subproduto do capitalismo, a mão-de-obra supérflua que se tornava cada vez mais abundante sobretudo entre a ralé. A expansão económica passa então a ser necessária. Entendida como um fim e não como algo temporário, esta era o centro do modelo imperialista. “A expansão como objectivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo.”⁸⁷ Os judeus viram aqui uma oportunidade para se libertarem das limitações que o sistema capitalista representava para eles e optaram por exportar a sua riqueza, no entanto o seu sucesso foi limitado já que as barreiras que os limitavam no Estado-nação acompanharam o seu dinheiro. Desta forma foi apenas uma questão de tempo até a burguesia assumir uma posição de destaque dentro do sistema imperialista. O objectivo da burguesia consistia em ver os seus rendimentos aumentar com as novas oportunidades de investimento externo. No entanto os países onde os seus investimentos se centravam eram países atrasados em termos políticos e económicos que apresentavam à partida um esforço financeiro infrutífero. No entender da autora o que tornou possível rentabilizar o investimento efectuado nesta expansão foi a exportação do poder e dos meios de violência, que até então haviam servido como auxiliares controlados do poder político. Para Arendt “a força é a essência de toda a estrutura política”⁸⁸ imperialista e será com base nesta que as leis capitalistas puderam viabilizar os investimentos feitos apoderando riqueza. “Somente o acúmulo ilimitado de poder podia levar ao acúmulo ilimitado de capital.”⁸⁹ O desenrolar da expansão imperialista, constituída pelo capital e pela mão-de-obra supérflua, assemelhar-se-á a uma aliança entre a obtenção de lucro e a velha noção de caça ao tesouro.

O que no entender da autora torna este modelo de gestão inovador não é o uso dos meios de violência ou da força pois estas sempre foram associadas à política, ainda que em último recurso, ao longo de toda a história.

*O poder é realmente parte da essência de todo governo, mas o mesmo não se dá com a violência. A violência é, por sua própria natureza instrumental; como todos os meios, esta sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca.*⁹⁰

O governo de gestão imperialista é inovador no sentido em que violência e força se tornam alvos conscientes da finalidade política. Estas tornam impossível quer a criação, quer o desenvolvimento de corpos políticos. Arendt vai ainda mais longe referindo que o modelo imperialista representa uma ameaça não só ao oprimido como também ao opressor dado que

⁸⁷ Arendt, Hannah, op. cit., p. 155.

⁸⁸ Idem, Ibidem, p. 167.

⁸⁹ Idem, Ibidem, p. 166.

⁹⁰ Arendt, Hannah – *Da Violência*, trad. Maria Drummond, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 32.

qualquer limitação política que se lhe levante seja naturalmente encarada como um impedimento ao seu propósito.

Toda esta estrutura assente na força será baseada no pensamento político de Thomas Hobbes. “A justificação do estado em termos de “monopólio da violência legítima”, tal como ela é realizada por Thomas Hobbes, representa porventura o fundamento mais sólido e coerente daquilo que é a arquitectura política da modernidade.”⁹¹ Politicamente, e Arendt faz questão de o referir, o pensamento hobbesiano é caracterizado pelo pessimismo realista com que encara a passagem do estado de natureza ao estado de sociedade. Hobbes considera que inserido no estado de natureza o ser humano está totalmente aberto às paixões e que através do contacto com os seus pares estas irão conduzir à “disputa pela vantagem, a desconfiança pela segurança, a glória pela reputação”⁹² e em último caso a um estado de guerra. Em Hobbes o estado de natureza é definido “negativamente pela ausência de um poder legal, constituído por contrato, capaz de controlar e obrigar os membros da sociedade, caracterizado, portanto pela falta de monopólio legal da força.”⁹³ A passagem deste estado “primário” marcado pela igualdade e liberdade do ser humano, onde não existe nem súbdito nem servo, dá-se pela relação existente entre a necessidade de satisfazer os seus apetites e paixões e os meios para o fazer. “O homem troca assim a independência e a liberdade originais (...), pela segurança e pela paz (diferindo e limitando a satisfação do próprio prazer) mediante a instauração legal de um poder irresistível, mais forte que o indivíduo.”⁹⁴ Esta teoria assenta no contrato realizado com a sociedade, através do qual o Homem sacrifica parte da sua liberdade em troca da estabilidade, paz e segurança proporcionados pelo Estado, reconhecendo neste poder, força e autoridade. “O contrato consiste, pois, numa renúncia ao direito que cada um tem a tudo e por todos os meios.”⁹⁵ O direito coincidirá com a força no sentido em que a sanção se torna fundamental para o estabelecimento da ordem e da obediência ao Estado.

*Só o direito positivo sabe desalojar as paixões humanas e impedi-las positivamente através de sanções (...) não é mais do que um mergulho necessário, artificial e racional, dentro do direito natural, cujas leis eram continuamente violadas, no Estado de natureza pelas paixões.*⁹⁶

⁹¹ Aurélio, Diogo Pires – *Razão e Violência*, 1ª Edição, Lisboa, Editora Prefacio, 2007, p. 103.

⁹² Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, op. cit., p. 274.

⁹³ Idem, Ibidem, p. 275.

⁹⁴ Idem, Ibidem, p. 276.

⁹⁵ Aurélio, Diogo Pires, op. cit., p. 89.

⁹⁶ Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, op. cit., p. 6.

O que torna possível o estabelecimento de um corpo político é o interesse comum, este é o princípio da comunidade referida por Hobbes, o *Commonwealth*, que não dilui a dimensão individual do ser humano. “O *Commonwealth* é baseado na delegação da força, e não do direito. Adquire o monopólio de matar e dá em troca uma garantia condicional contra o risco de ser morto.”⁹⁷ Ao Estado cabe-lhe a função de zelar pela defesa e segurança dos seus súbditos que delegam nele a capacidade para o fazer, tornando força e violência monopólio do Estado. A protecção que emana do Estado baseia-se unicamente em padrões racionais, rejeitando desde logo concepções básicas ou primárias tais como os conceitos de “certo” e “errado”, a sua necessidade assenta na eficiência da realização do seu propósito. Em exemplo disto mesmo, caso o Estado se apresente como derrotado num conflito não é exigida aos seus súbditos qualquer tipo de demonstração de lealdade ou obediência. Situação semelhante ocorre com os criminosos, mendigos e os fracassados já que a responsabilidade de velar por estes cabe ao Estado e não aos indivíduos que vivem sob a sua alçada, caso o Estado não seja capaz de os cuidar passam a depender inteiramente deles próprios.

*Hobbes isenta os que são excluídos da sociedade – os fracassados, os infelizes, os criminosos – de qualquer obrigação em relação ao Estado e à sociedade, se o Estado não cuida deles. Podem dar rédea solta ao seu desejo de poder, e são até aconselhados a tirar vantagem de sua capacidade elementar de matar, restaurando assim aquela igualdade natural que a sociedade esconde apenas por uma questão de conveniência.*⁹⁸

Com isto Arendt tenta deixar claro que a estrutura defendida por Hobbes assente na força carece em si mesma das condições necessárias para que possa representar um corpo político capaz de governar durante um grande período de tempo. Um corpo político baseado na força e violência, encontram na estabilidade e na paz o seu maior obstáculo, desta forma para que possa permanecer em funcionamento terá necessariamente de proceder a uma tentativa de aumento sistemático do seu poder (que no pensamento de Hobbes constitui a condição de guerra perpétua). Pelo que já aqui vimos da definição de poder no pensamento arendtiano, em função da estrutura assente na violência e no poder, o *Leviathan* devorará todo o que lhe for possível devorar até ao momento em que, à falta de mais inimigos para conquistar, passará a devorar-se a si mesmo. Para a burguesia apenas pelo acúmulo e constante expansão de poder estarão criadas as condições para satisfazer as novas leis económicas. Noções como progresso e sucesso passam a dominar a vida em sociedade e quem não encarasse estes dois como os objectivos a seguir é

⁹⁷ Arendt, Hannah – *Origens do Totalitarismo*, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 170.

⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 171.

imediatamente encarado como um opositor e um presumível obstáculo à máquina imperialista. Nas palavras da autora, “Hobbes foi o verdadeiro filósofo da burguesia, porque compreendeu que a aquisição de riqueza, concebida como processo sem fim, só pode ser garantida pela tomada do poder político pois o processo de acumulação violará (...) os limites territoriais existentes.”⁹⁹. Arendt entende que embora não exista em Hobbes nenhum apelo que se possa reportar às ideologias assentes no racismo, os seus pré requisitos podem ser de lá extraídos pela “exclusão em princípio da ideia de humanidade como o único conceito regulador da lei internacional.”¹⁰⁰.

O imperialismo enquanto elemento capaz de unificar a população através do objectivo económico e demográfico comum viria a ter dois poderosos aliados, o nacionalismo e o racismo. Ainda que nacionalismo e imperialismo se apresentem à partida como opostos dado que o imperialismo se preocupa não com a nação em si mas com a expansão externa e o nacionalismo seja (no âmbito geral) desenvolvido de forma interna como factor unificador, cada um destes viu no outro uma solução para os seus problemas. Por um lado os nacionalistas ficaram adeptos do imperialismo dada a sua capacidade de unir nações, já os imperialistas concluíram que a sua aceitação política seria facilitada sob a premissa de movimento unificador (ainda que não existisse uma preocupação unitária concreta). “A expansão deu nova vida ao nacionalismo e, portanto, foi aceite como instrumento de política nacional.”¹⁰¹ Relativamente às ideologias, estas atingirão maior importância com o período da expansão altura em que duas ideologias passam a destacar-se de todas as anteriores. Uma destaca-se pela sua interpretação da história como luta económica de classes, a outra interpreta a história como uma luta natural entre raças. Ambas terão uma aceitação extraordinária e moldaram desde logo o pensamento político. O que torna as ideologias tão relevantes, e ao mesmo tempo tão perigosas, é a facilidade com que estas são aceites e apelam aos desejos e necessidades das massas. Enquanto instrumento político o seu perigo passa justamente pela facilidade com que são recebidas e a dificuldade com que são refutadas. As ideologias optam por enveredar pelos principais motivadores das massas e transformá-los em armas políticas, assim à vontade das populações juntam posteriormente a ciência, elemento necessário para conferir validade à sua teoria. Sobre esta questão Patrick Geary considera que tal contribuirá para que o seu domínio e influência sejam mais difíceis de contestar. “Contudo, isso não a torna efémera. Pelo contrário, o resultado que daí advém é real e poderoso. Como criação da vontade humana, resiste a uma mera refutação racional.”¹⁰²

Quanto ao papel das ideologias enquanto armas políticas a história viria a provar que o racismo, enquanto princípio motivador de uma ideologia política, é capaz de resultar num

⁹⁹ Idem, Ibidem, p. 175.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem, p. 187.

¹⁰¹ Idem, Ibidem, p. 184.

¹⁰² Geary, Patrick, op. cit., p. 46.

demolidor elemento capaz de destruir estruturas políticas. A teoria da unidade racial, desenvolvida inicialmente na França pelo conde de Boulainvilliers como tentativa de unir os gauleses contra os invasores germânicos que no seu entender constituíam as classes governantes, viria a revelar-se mais eficaz para os movimentos unificadores do que a proposta de emancipação nacional. Contrariando o natural, dinâmico e constante movimento dos povos, os historiadores ao serviço das ideologias de unidade racial optam por desenvolverem as suas teorias mediante uma perspectiva estática da história dos povos europeus. Como tal estes optam por realizar as suas conjecturas tendo em conta apenas o momento em que o seu “povo”, após ter aparecido nas ruínas do Império Romano, estabeleceu o seu território e a sua identidade nacional. Para Patrick Geary métodos como a etnoarqueologia e a filologia serviriam para conceder o título de científico às mais variadas tentativas de unidade racial que se revelaram neste período. “Este tipo de reivindicação de uma etnicidade cultural baseada na língua sobreviveu amplamente ao descrédito em que caíram as formas mais primitivas do nacionalismo pseudo-histórico.”¹⁰³ Este tipo de ideologia permitiria ainda superar a barreira da tradicional estrutura das nações dado que apelavam a todo um “povo”. No caso alemão a unidade racial foi promovida através do trabalho de toda uma série de intelectuais que desenvolveram o conceito de “personalidade inata”. Arendt salienta que este viria a ser particularmente importante durante a difusão do ódio aos judeus como arma política. “A “personalidade inata”, exatamente como o título de herdeiro de uma família antiga, passou a decorrer do nascimento, sem ser adquirida pelo mérito.”¹⁰⁴ Através deste conceito passou a ser possível competir com os direitos e qualidades de nascimento que caracterizavam as classes superiores, assim como ficou desde logo demonstrado a sua capacidade discriminatória para com os outros povos visto que apenas alguns elementos do seu “povo” possuíam este dom.

No entender de Hannah Arendt pela mão do conde francês Arthur Gobineau o desenvolvimento da unidade racial como factor unificador de povos associado à teoria da personalidade inata desenvolvida pelos românticos viria a finalizar a fundamentação da ideologia racista. “Enquanto essas tendências evoluíam paralelamente, representavam apenas meios temporários de fuga da realidade política. Mas, fundidas numa só, constituíam a própria base do racismo como ideologia plenamente desenvolvida.”¹⁰⁵ Passará a ser possível não só justificar a origem e pureza de determinado povo mediante justificações pseudo-históricas, será também realizável uma encenação histórica a partir da qual determinado povo possui o destino de conquistar e dominar o mundo. Vários historiadores entendem que estas considerações passaram a tornar justificável toda uma série de reivindicações territoriais tendo por base a origem e o direito natural do seu povo. “Desta maneira, a expansão para oriente (...) do Terceiro

¹⁰³ Arendt, Hannah, op. cit., p. 40.

¹⁰⁴ Idem, Ibidem, p. 199.

¹⁰⁵ Idem, Ibidem, p. 200.

Reich no século XX, podia ser justificada não como um *conquista*, mas como um mero *regresso*.”¹⁰⁶ O pensamento de Gobineau centrava-se no declínio das civilizações sem jamais procurar desenvolver a temática da sua ascensão.

*Em lugar de príncipes, propunha uma “raça de príncipes, os arianos, que, segundo dizia, corriam o risco de serem engolfados, através do sistema democrático, pelas classes não-arianas inferiores. O conceito de raça tornava possível organizar as “personalidades inatas” do romantismo alemão e defini-las como membros de uma aristocracia natural, destinada a dominar tudo e todos.*¹⁰⁷

No seu entender a humanidade estaria condenada a cair devido à “degenerescência da raça”, isto é, pela mistura entre raças que levaria a que as raças superiores acabassem por se tornar extintas pela sua mistura com as raças inferiores. Esta noção de aristocracia racial viria a relegar o patriotismo e a lei para segundo plano, daqui em diante passará a estar subjacente na sociedade um profundo sentimento antinacional.

Relativamente à unidade racial inglesa esta viria a ser influenciada pelos princípios de hereditariedade (eugenia) e pela selecção natural de Darwin. O caso inglês é profundamente marcado pela importância que a eugenia atinge em matéria de pensamento político desenvolvido a partir da noção de que é possível determinar quem serão os mais aptos. Desenvolvida por Francis Galton que em 1865 publica a obra “Hereditary Talent and Genius” onde defende a ideia de que a partir do estudo genético é possível determinar certas características humanas tais como a inteligência ou a má formação que até então haviam sido consideradas fruto de factores ambientais. A eugenia passa ser entendida como a disciplina a partir da qual é possível determinar o melhoramento ou a decadência da raça humana. Através da eugenia tornava-se possível às altas sociedades e membros da aristocracia não só determinar as raças inferiores e superiores mas também realizar um aperfeiçoamento da raça humana. Com isto o processo de selecção natural tornar-se-ia um “instrumento racional conscientemente empregado”¹⁰⁸. A par do que sucedeu no caso alemão, este determinismo hereditário é também resultado de uma tentativa de emancipação da classe média face à aristocracia, ainda que numa dimensão inferior visto que a aristocracia britânica havia a dada altura assimilado parte da população burguesa.

Com o decorrer da expansão imperialista e com o estabelecimento das colónias nos países ocupados pelos Estados europeus a raça e a burocracia tornam-se as principais linhas orientadoras da política externa. A burocracia apresenta-se como a extensão do domínio do

¹⁰⁶ Geary, Patrick, op. cit., p. 42.

¹⁰⁷ Arendt, Hannah, op. cit., p. 203.

¹⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 209.

Estado no país explorado. Esta torna-se fundamental para que exista um controlo efectivo quer dos explorados quer dos próprios exploradores. Estes últimos funcionam como administradores ao serviço do Estado, encarregues de zelar pelos interesses da nação num país estrangeiro. “Foi a burocracia a base organizacional do grande jogo da expansão, no qual cada zona era considerada um degrau para investimentos futuros, e cada povo era um instrumento para futuras conquistas.”¹⁰⁹ Já a raça atinge aqui uma dimensão política concreta permitindo diferenciar com perfeita exactidão as raças superiores destinadas a dominar o mundo e as raças inferiores que seriam conquistadas.

*A raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana.*¹¹⁰

Com base nesta ideologia racial e organização política toda a crueldade e brutalidade demonstradas para com os povos conquistados se tornariam perfeitamente justificadas. O colonialismo torna-se assim não só uma expansão da produção e tentativa de vencer a corrida dos mercados e investimentos de capital dos países europeus como rapidamente se torna num método de exploração dos recursos e submissão dos povos locais. Relativamente a este último aspecto são salientes as marcas históricas cravadas pela expansão e pelo colonialismo. Ao encarar os povos nativos como algo primitivo, diferente deles mesmos, os exploradores, aventureiros e caçadores de fortunas não revelaram qualquer tipo de empatia humana para com os povos conquistados. Exemplos disso mesmo são o total desinteresse pela história dos povos dos países colonizados e a transformação dos mesmos na principal “matéria-prima” através da escravatura. Os bóeres, colonos provenientes dos Países Baixos, rapidamente entenderam que fazendo uso da grande população nativa seria possível libertarem-se do trabalho levando uma vida senhorial. “O racismo como instrumento de domínio foi usado nessa sociedade de brancos e negros antes que o imperialismo o explorasse como ideia política.”¹¹¹ Tal não significa contudo que a escravatura lhes tenha permitido arrecadar grandes fortunas por si só visto que o trabalho desempenhado pela população escrava apresentava todos os sinais da sua condição, ou seja, trabalho marcado pelo mais puro desinteresse, completamente indiferente à qualidade e à abundância da sua produção. Esta condição de senhores do homem primitivo, iria em última instância confirmar os princípios nos quais as ideologias raciais assentavam, isto é, seriam eles

¹⁰⁹ Idem, Ibidem, p. 216.

¹¹⁰ Idem, Ibidem, p. 215.

¹¹¹ Idem, Ibidem, p. 225.

os escolhidos e os detentores do direito divino de governar as outras raças. Esta conclusão revelar-se-ia mais consistente, e ao mesmo tempo mais perigosa, do que o carácter messiânico de qualquer outro povo visto não se basear em qualquer profecia ou escritura mas na actual e tangível realidade.

Durante a corrida ao ouro que atraía cada vez mais colonos e aventureiros empenhados em enriquecer rapidamente, os bóeres fazem uso do estilo nómada que adoptaram com os povos africanos abandonando frequentemente as suas casas e produções. Temendo uma industrialização dos países africanos e uma formação e qualificação da mão-de-obra local, o que nunca viria a acontecer, os bóeres irão desenvolver um ódio pelos directos representantes de todo o movimento expansionista, os judeus. Com o desenvolvimento da expansão para África os judeus haviam-se tornado financistas servindo como representantes dos donos do capital supérfluo. O seu proveito financeiro não dependia directamente do aumento do capital ou das trocas mercantis visto receberem à comissão. Enquanto todos os outros exploradores eram vistos como caçadores de fortunas que mal houvessem atingido o seu objectivo regressariam para o seu país de origem, para os bóeres tal não aconteceria pois tal como os judeus estes não possuíam um país para onde voltar. Assim todos os fantasmas que haviam assombrado o povo judaico, tal como a sua pressuposta pretensão de domínio e conquista mundial, regressariam com renovada energia. Os judeus rapidamente se tornaram objecto do ódio e do rancor dos bóeres que, muito antes do movimento nazi, haviam dado início a um movimento anti-semita conscientemente planeado. Arendt considera que esta antipatia demonstrada para com o povo judeu pode ter por base o próprio carácter messiânico patente na espiritualidade judaica. “A violência desse ódio era em parte devida à suspeita de que os judeus, com a sua pretensão messiânica mais antiga e mais autêntica, dificilmente aceitariam a ideia de serem os bóeres um povo eleito por Deus.”¹¹²

Sem um país que garantisse a defesa dos seus interesses os judeus viram-se forçados a trocar a sua posição enquanto financistas por qualquer garantia de defesa dos seus interesses. Quando se viram destituídos das suas funções enquanto representantes do capital junto à indústria do ouro, os judeus optaram por se instalarem definitivamente na África do Sul, contrariando assim a normal conduta do movimento expansionista e dando razão aos receios dos bóeres. Tudo isto viria a ser agravado pelo facto da população judaica tornada residente na África do Sul optar profissionalmente pela criação de indústrias e de outras actividades que motivavam o aumento da produtividade e da competitividade. Tal situação viria como é compreensível a afectar toda a estrutura social e política cuja base assentara até então no uso da população nativa como principal matéria-prima. Com isto o próprio modo de vida que os bóeres e a restante ralé passou a estar em causa pela ameaça da produtividade e da indústria que os

¹¹² Idem, Ibidem, p. 233.

judeus adoptaram como forma de subsistência. Os judeus passaram a constituir a representação real dos receios que previam o fim do modo de vida assente na raça e no ouro e como tal passaram ser alvo do ódio não só dos bóeres mas também da ralé.

O anti-semitismo que deflagrou na África do Sul neste período difere do anti-semitismo que marcaria toda a ideologia nazi pelo facto de ter por base não a mensagem política mas o actual estado das coisas, isto é, o “racismo e o anti-semitismo da África do Sul são consequências naturais do *status quo*.”¹¹³. A grande influência que daqui resulta para tudo o que viria posteriormente a suceder com a subida ao poder do movimento nazi reside no facto de que a ralé passa a tomar consciência de que associando-se ao poder e através do uso dos meios de violência é capaz de criar grupos inferiores a si mesma. Da mesma forma passa a ter noção da oportunidade que os povos atrasados ou conquistados representam na obtenção desse mesmo objectivo.

*As possessões coloniais africanas tornaram-se o solo mais que fértil para que florescesse o grupo que viria a ser mais tarde a elite nazista. Viram ali como era possível transformar povos em raças e como, pelo simples facto de tomarem a iniciativa desse processo, podiam elevar o seu próprio povo à posição de raça dominante.*¹¹⁴

Por outras palavras, será este o primeiro momento em que o racismo se torna um meio viável e eficaz de conquista e domínio. Para que as suas aspirações se tornassem possíveis, falava unicamente à ralé um meio para conseguir cativar as elites e persuadi-las da importância da obtenção dos seus objectivos, transformando assim estes últimos em interesses de um povo. Sobre este aspecto Arendt considera que a ralé consciente do fascínio que as lendas exercem sobre as elites intelectuais, da mesma forma que ideologias atraem os homens comuns e as conspirações atraem a ralé, irá apelar a factos antigos e realizar uma construção narrativa do passado moldando-o em função dos seus desejos.

Uma das lendas que surgiram durante este período foi a lenda do homem imperialista de Rudyard Kipling, segundo a qual seria o homem britânico o natural conquistador do mundo. Lendas como a de Kipling permitiram moldar na juventude a mentalidade imperialista, fazendo com que os jovens por sua livre vontade embarcassem em nobres demandas para países sob o domínio do Império Britânico. Desta forma era possível não só enviar os maiores defensores dos ideais imperialistas em serviço para países estrangeiros como também era garantido um equilíbrio ou até uma estagnação da nobreza no país de origem.

¹¹³ Idem, Ibidem, p. 236.

¹¹⁴ Idem, Ibidem, p. 237.

O maior exemplar deste tipo de mentalidade terá sido lorde Cromer considerado o primeiro administrador imperialista pelos serviços prestados ao Império Britânico no Egito. Cromer terá sido também o primeiro a reflectir acerca dos mecanismos e procedimentos da gestão burocrática. O conceito de burocracia explorado por Cromer realça a utilidade da autonomia existente entre os funcionários encarregues em cumprir a vontade do seu governos, dado que qualquer problema poderia assim ser solucionado de uma forma mais rápida e eficaz. Outro aspecto defendido por Cromer seria a importância do sigilo e da imparcialidade política no exercício das suas funções, pois apenas desta forma poderiam servir fielmente o seu país. A sua abordagem à temática da gestão burocrática difere essencialmente do modelo de descentralização política inicialmente proposto por Vincent de Gournay ou mesmo enquanto metodologia antidemocrática dos partidos ou do Estado apontada pelos seguidores do marxismo, invés disso Cromer realça o aspecto técnico da sua gestão privilegiando não a sua polémica mas sim a sua eficácia enquanto técnica da administração pública. O que estará aqui em destaque será aparelho o administrativo perfeitamente hierarquizado, onde cada elemento tem plena consciência das suas funções e das normas pelas quais se deve reger de forma a poder exercer as suas competências.

Arendt considera que uma vez inserido no movimento expansionista, o homem torna-se uma peça controlada de uma gigantesca máquina de conquista que o reduz a nada mais do que um executor das funções lhe são atribuídas.

Não importam as qualidades ou defeitos individuais que um homem possa ter: uma vez mergulhado no turbilhão de um processo expansionista sem limites, cessa, por assim dizer, de ser o que era e obedece às leis do processo, identifica-se com as forças anónimas a que deve servir para manter o processo em andamento; concebe a si próprio como mera função e chega a ver nessa função, nessa encarnação da tendência dinâmica, a sua mais alta realização.¹¹⁵

Neste ponto e enquanto representante da máquina imperialista de um movimento que ultrapassa o próprio indivíduo, tudo passa a ser permitido. A única lei a seguir é a lei expansionista e tudo o que seja feito em função dessa lei passará a ser certo. O modo de dirigir os assuntos baseia-se no decreto uma vez que a sua flexibilidade torna possível controlar cada caso e situação isoladamente.

Com o decorrer do processo expansionista dos grandes países europeus para África, surgirá por toda a Europa um sentimento de contestação por parte dos países sem capacidade

¹¹⁵ Idem, Ibidem, p. 246.

para uma operação expansionista no ultramar. Estes reivindicavam possuírem os mesmos direitos enquanto povo de alargar o seu domínio e que se tal não lhes era possível numa dimensão intercontinental, teriam de se expandir dentro do próprio continente. Arendt considera que este tipo de imperialismo continental será mais problemático do que o imperialismo ultramarino uma vez que “o seu conceito de expansão é amalgamador”¹¹⁶, isto é, torna-se numa pura agregação do conquistado pelo conquistador. Tendo por base a questão racial assim como o desenrolar de todo o processo imperialista, as ideologias raciais rapidamente passarão a ser utilizadas como armas políticas como forma de justificar as necessidades expansionistas de determinados povos. O que está aqui em causa já não é a expansão económica como solução para o problema das estruturas políticas do Estado-nação, mas sim a pura e concreta aplicação política das ideologias raciais. Desta forma a hostilidade demonstrada para com as instituições dos Estados não só se manterá como dará origem a uma mentalidade revolucionária.

O imperialismo continental demonstra uma compreensível incapacidade em oferecer uma solução para o problema do capital e população supérflua, já que contrariamente ao que havia acontecido com o imperialismo ultramarino, a população (e em particular a *ralé*) já não podia ser enviada para um país estrangeiro e esperar que diferenças como o seu estado origem ou a cor da sua pele lhes proporcionassem por si só uma melhoria da sua qualidade de vida. A solução para esta questão seria facilmente encontrada pela aceitação de uma ideologia capaz de oferecer uma distinção entre povos e uma unidade geral dentro do mesmo povo. Neste aspecto as ideologias raciais seriam bastante mais eficazes do que o imperialismo ultramarino. Assim pelas mãos dos intelectuais que organizavam a *ralé* sob o conceito de unidade de raça, seriam criadas as condições para um novo movimento nacionalista que no entanto, contrariamente aos anteriores movimentos nacionalistas que aspiravam à unidade nacional, viria no futuro a aspirar a um domínio inter-nacional. A este dar-se-á o nome de nacionalismo tribal.

Este imperialismo continental apresenta um maior desrespeito pelas instituições e organizações estatais do que o imperialismo ultramarino. Não só porque este carece da distância geográfica que separa a “ilegalidade de domínio de continentes estrangeiros da legalidade das instituições do país dominador”¹¹⁷, mas também pelo facto deste ter originado em países sem tradição constitucional. O modelo de governo dos países que pretendiam desenvolver o imperialismo continental assentava no sistema burocrático, onde o decreto assume lugar de destaque na administração do Estado. Aqui os partidos possuem uma participação quase que irrelevante e os parlamentos carecem de funções legislativas.

Legalmente, governar por meio de burocracia é governar por decreto, o que significa que a força, que no governo

¹¹⁶ Idem, Ibidem, p. 254.

¹¹⁷ Idem, Ibidem, p. 275.

*constitucional apenas faz cumprir a lei, se torna a fonte directa de toda legislação. Além disso, os decretos têm um aspecto de anonimato (enquanto as leis podem ser atribuídas a determinados homens ou assembleias) e, portanto, parecem emanar de algum supremo poder dominante que não precisa justificar-se.*¹¹⁸

O uso de decretos aumentava drasticamente a eficácia de governo dos Estados já que reduzia intermediários entre a entidade que o emite e os seus destinatários. O decreto revela-se extremamente útil pois a forma como este é estruturado impede a compreensão por parte da população assim como se revela eficiente em reduzir fugas de informação. Tal situação verificava-se não só na relação entre Estado e população mas também, como se viria a verificar posteriormente com os sistemas totalitários, nas próprias relações entre Estados. Não deixará de ser curiosa a mistificação do poder que surgirá com o governo burocrático dada a incompreensão suscitada por este tipo de governo nos seus governados. Esta separação da população relativamente ao poder revelar-se-á mais eficaz no caso burocrático do que no governo constitucional onde “a lei se coloca acima do poder, e o poder é apenas um meio de fazê-la cumprir”¹¹⁹, assim como no poder estatal entregue aos partidos. Tal pode ser explicado pela alienação desenvolvida pelos movimentos unitários a que a população esta sujeita, aqui o interesse da nação prevalece sobre qualquer direito individual.

Após o surgimento dos Estados-nações europeus verificou-se um abrandamento nos fluxos migratórios assim como o surgimento da consciência da nacionalidade. Ao Estado era-lhe pedido a salvaguarda dos interesses e da segurança dos seus habitantes, sendo que para tal lhe haviam sido cedidos diversos poderes. O problema que viria a surgir desta questão teria por base a atribuição de nacionalidade sendo que esta seria atribuída não pelo Estado em si pois este seria uma construção artificial do Homem, mas pela própria nação entendidas como entidades naturais. Neste ponto o Estado passa a ser instrumentalizado pela nação. Deste momento em diante o nacionalismo, “expressão dessa perversa transformação do Estado em instrumento da nação e da identificação do cidadão com o membro da nação”¹²⁰, servirá como elo de ligação entre o Estado e a nação. Nos países onde o modelo de Estado-nação não foi capaz de se impor dada a falta de um sentimento de enraizamento das populações em constante movimento migratório surgiria o nacionalismo tribal como “consciência de raça”. Esta seria promovida por um grupo de intelectuais empenhados em transformar factos históricos em reivindicações messiânicas. Politicamente este nacionalismo tribal permitia não só o apelo à unidade dos elementos de um povo sem ter em conta as suas diferenças económicas, psicológicas ou sociais,

¹¹⁸ Idem, Ibidem, p. 276.

¹¹⁹ Idem, Ibidem, p. 288.

¹²⁰ Idem, Ibidem, p. 262.

possibilitava também a identificação de povos independentemente da sua localização territorial actual. Com isto quanto mais os povos afectados por este conceito de unidade racial se unem através das teorias do seu passado comum e das conjecturas divinas acerca do seu futuro, menos aspectos consideram partilhar com os restantes povos dando origem em última instância a uma indiferença e discriminação que os afastam da humanidade que possuem em comum. “Ao apropriar-se da retórica do nacionalismo étnico, mesmo afirmando abominá-lo, o resto do mundo pode justificar a criação de nações etnicamente “limpas” como única alternativa ao genocídio.”¹²¹

No nosso entender toda a questão a questão nacionalista é em si mesma paradoxal pois se por um lado as ideologias nacionalistas clamam a uma unidade racial assente em movimentos migratórios e estudos filológicos apontando como único o passado comum do seu “povo”, por outro lado o método desenvolvido pelos intelectuais nacionalistas e a sua similaridade estrutural pode ser aplicado a qualquer povo colocando desde logo em questão o carácter singular do seu povo. Historiadores como Anne-Marie Thiesse ou Etienne François e Hagen Schulze consideram mesmo existir uma “estandardização” da definição da nação política.

*Esses mitos nacionais parecem-nos, de nação a nação, extraordinariamente semelhantes senão intercambiáveis. As diferenças de um país a outro que soariam intransponíveis aos contemporâneos, parecem-nos actualmente não mais do que semelhanças, diferenças de grau, variações de uma estrutura perfeitamente coerente.*¹²²

Como já aqui foi referido, o povo judeu sempre fora visto como um natural defensor do Estado e das suas instituições e organizações. Com o desenvolvimento deste novo tipo de nacionalismo assumidamente hostil para com as estruturas estatais, os sentimentos de antipatia que tinham por alvo os judeus irão servir para uma maior unidade promovida por estes movimentos de união racial. Será essencialmente pela sua utilidade enquanto factor de união entre os povos e não por qualquer implicação política ou social que o anti-semitismo ressurgirá. Nas palavras da autora este período marca o momento em que “o ódio aos judeus foi pela primeira vez isolado de toda experiência real – política, social ou económica –, seguindo apenas a lógica peculiar de uma ideologia.”¹²³.

¹²¹ Geary, Patrick, op. cit., p. 20.

¹²² FRANÇOIS, Etienne & SCHULZE, Hagen. Das emotionale Fundament der Nationen. *Dans Mythen der Nationen, ein europäisches Panorama*. Catálogo da exposição de mesmo nome, do Deutsches Historisches Museum, 1998, p.20.

¹²³ Arendt, Hannah, op. cit., p. 260.

Entre os movimentos de unificação étnica há necessariamente a destacar o movimento pan-eslavista formado pelas “classes culturais” russas, e o pangermanismo. O pangermanismo iniciado por Georg von Schoenerer seria o primeiro a utilizar o anti-semitismo como meio para destruir o Estado. Destaca-se do pan-eslavismo pois enquanto este revelava numa fase inicial um “nível muito alto de sofisticação literária e especulação filosófica”¹²⁴, o pangermanismo opta pela utilização de uma linguagem simples e clara de forma a poder atingir toda a sociedade. O que difere este tipo de utilização do anti-semitismo das anteriores tentativas é a perfeita fusão que se dá entre este e o nacionalismo tribal. Curiosamente os judeus possuíam uma organização em tudo semelhante à almejada pelos movimentos de unificação étnica, já que os primeiros representavam um povo sem Estado e instituições mas que no entanto sempre se revelaram capazes de se organizar em diversos países. De forma semelhante ao que acontecera na África do Sul onde a pretensão judaica de povo escolhido havia colidido com o direito divino dos bóeres em governar os outros povos, o povo judeu será uma vez mais contestado dado o conflito entre o seu carácter messiânico e a aspiração divina presente nos movimentos de unificação étnica. Enquanto o pangermanismo se encontrava completamente dependente das ideologias raciais, o pan-eslavismo só as viria a adoptar como forma de se diferenciar do já existente despotismo russo. Para tal recorreram à propaganda (adicionando a esta a violência) e às ideologias dos partidos continentais existentes utilizadas como princípios organizacionais. Ambos os movimentos ficariam marcados pelo desprezo que possuíam pelo povo russo no caso do bolchevismo e pelo povo alemão no caso nazi. Sobre esta questão o pan-eslavismo revelou-se mais tardio que o pangermanismo pois apenas com Estaline foi possível passar a discriminar todos os elementos que não aderissem às ideologias raciais. Desta forma ambos os movimentos foram capazes de destruir a individualidade. “É esse absolutismo dos movimentos que, mais do que qualquer outro elemento os separa das estruturas e da parcialidade dos partidos, e serve para justificar a sua pretensão de invalidar todas as objecções da consciência individual.”¹²⁵

A sua capacidade para diluir a individualidade humana seria a peça fundamental não só para a construção de um movimento “acima dos partidos”, dos quais se distanciavam pois o seu real interesse seria “toda a nação”, mas também para a própria consolidação das mentalidades dentro dessa mesma nação tentando promover a ideia de um “Homem acima dos homens”. Será com base nesta alienação que os movimentos de unificação, irão procurar estabelecer uma lealdade e obediência aos princípios da nação enquanto todo, por oposição aos interesses e ao carácter parcial dos partidos e do Estado. Através de tudo isto passa a ser legítima a deslealdade para com os partidos. Graças à popularidade que atingiram camuflando-se como “partidos acima de partidos” e beneficiando do seu sucesso no que toca ao descrédito com que o cunharam o tradicional sistema partidário, foi apenas uma questão de tempo até que os

¹²⁴ Idem, Ibidem, p. 270.

¹²⁵ Idem, Ibidem, p. 282.

movimentos de unificação conseguissem tomar o controlo da máquina de Estado. Assim que obtiveram poder, tanto o caso alemão como o caso russo, rapidamente tornaram Estado e Exército “funções subordinadas ao movimento”¹²⁶. Com a ascensão política dos movimentos de unificação que se viriam a tornar governos unipartidários, o sistema partidário assim como o próprio sistema de classes entrarão em colapso. Será este o momento em que os movimentos de unificação dão origem aos sistemas totalitários que passam a dissolver todos os outros partidos. Os partidos antigos mostravam-se incapazes de absorver as massas em constante crescimento depositando a sua confiança no desempenho do Exército para garantir a ordem sem no entanto terem em conta que este último se havia tornado neutro o que conferia ao Estado um poder ainda maior. O afastamento do sistema partidário e a adopção por formas de governos revolucionárias que marcará a Europa neste período é fruto do descontentamento das massas mais do que qualquer ambição política pelo poder.

Com o desfecho da Primeira Guerra Mundial as comunidades dos países europeus, sobretudo nos países vencidos, encontravam-se estilhaçadas dando origem a uma série de conflitos e ao ressurgimento de ódios antigos. Com a necessidade em devolver a estabilidade a toda a Europa são adoptados Tratados de Minorias de forma a tentar integrar as minorias e apátridas nas nações europeias como forma de conceder a estes povos Estados e leis que os representassem. Esta solução não seria no entanto eficaz dado que não só os povos assimilados não passaram a ser mais do que “povos coloniais” dentro do Estado, nunca conseguindo uma igualdade e uma verdadeira oportunidade de integração, como também não existia, contrariamente ao que teria sido o objectivo inicial, uma parceria entre os povos aglutinados e o Estado.

De acordo com os Tratados das Minorias apenas os cidadãos nacionais poderiam usufruir de cidadania e possuir protecção do Estado, todos os outros seriam forçados a viver sob a condição de excepção até que a sua naturalização estivesse concluída. Um dos inconvenientes que resultam do processo de naturalização como solução para a questão dos apátridas reside na dificuldade e na incapacidade dos serviços administrativos em naturalizar massas. Por outro lado contrariamente às minorias que optaram em diversos países pela diluição de forma a poderem defender os seus interesses, os apátridas recusavam-se a renunciar à sua nacionalidade assim como à agregação a qualquer outro povo. Desta forma os Estados europeus viram-se perante um sério problema resultado da incapacidade em naturalizar os povos assimilados o que os levou a procurar outra solução para a questão dos apátridas, a repatriação. Esta viria a revelar-se igualmente ineficaz dado que nem o país de origem nem qualquer outro país estava disposto a receber estes “fora-da-lei”, o que levou a que os Estados tivessem de optar por fazer uso do seu direito da força, através da policia, de forma a poder expulsar apátridas,

¹²⁶ Idem, Ibidem, p. 291.

contrabandeando-os para os seus países de origem. Assim sendo os Estados optavam por efectuar uma desnaturalização de todos os elementos indesejados podendo posteriormente proceder à sua expulsão do seu território. A polícia torna-se um elemento fundamental em todo este processo. A incapacidade em resolver o problema dos apátridas faz com que os Estados passem a conferir autoridade e autonomia às forças policíacas para que estas possam dar resposta a este problema.

*A sua força e a sua independência da lei e do governo cresceram na proporção directa do influxo de refugiados. Quanto maior era o número de apátridas e de apátridas em potencial (...) maior era o perigo da gradual transformação do Estado da lei em Estado policial.*¹²⁷

O absurdo de toda esta situação está patente no facto de que o crime passa a ser neste momento um elemento restaurador de igualdade mais potente do que a nacionalidade pois ao cometer um crime qualquer pessoa, independentemente da sua nacionalidade, encontra representação na lei, neste caso enquanto praticante de uma ilegalidade. Outro exemplo será a fama e o génio enquanto reconhecimento social. Através da sua exaltação pública, o indivíduo “força” a sociedade ao seu reconhecimento tornando a sua situação legal secundária.

Os judeus enquanto minoria procuraram a defesa dos Estados contra as maiorias que sempre se haviam revelado hostis para com eles. No entanto pela primeira vez na história estávamos perante um governo assente na raça e cuja prioridade não era a defesa dos interesses do Estado mas sim da nação. Com isto os judeus tornaram-se um sério problema em todos os Estados pois nenhum Estado pode permitir o constante desequilíbrio perante a lei. Este problema viria a ser agravado pelo facto de os judeus não possuírem um Estado de origem para onde voltar. Todo o clima de insegurança e instabilidade que marcaram as minorias e a população apátrida neste período tornariam claro que os Direitos do Homem, ainda que “inalienáveis”, diziam respeito exclusivamente a os indivíduos pertencentes a uma comunidade. A partir do momento em que abandonam as comunidades e tendo em conta que já não existem no mundo locais habitáveis inexplorados os homens passam a estar sujeitos ao domínio das maiorias que reclamam domínio do território em questão. Assim os Direitos do Homem e os direitos nacionais estão intrinsecamente relacionados. Esta situação viria a revelar que não somente os primeiros se aplicavam a quem podia gozar dos segundos, viria a demonstrar também que até então os Direitos do Homem nunca haviam tomado representação política.

¹²⁷ Idem, Ibidem, p. 321.

A nível interno as pessoas que se encontravam nesta situação viam serem-lhes retiradas as mais básicas condições de vida. Desalojadas e desempregadas era-lhes recusada mesmo a possibilidade de obter nova habitação ou emprego. De forma semelhante a nível nacional encontravam-se desnacionalizadas e impossibilitadas de obter uma nova nacionalidade. O poder da privação de nacionalidade e assim de uma lei que os defendesse foi adoptada pelo sistema totalitário nazi como primeiro estágio no processo de exterminação dos judeus. As atrocidades cometidas contra os judeus foram possíveis porque nenhum país os reclamava. Com isto despojados de uma comunidade os judeus haviam sido expulsos da humanidade.

Totalitarismo

Com o colapso do tradicional sistema de classes os sistemas totalitários, herdeiros das ideologias nacionalistas de cariz racial, apresentar-se-ão como os naturais defensores das massas. Conscientes do volumoso corpo social que as massas consistiam e da flexibilidade que caracterizava a sua vontade à qual teriam necessariamente de agradar, estes sistemas tornam a maleabilidade como a sua principal característica. Não será de todo por acaso que Arendt insiste em aplicar-lhes a expressão “movimento totalitário” pois a origem da sua aceitação e permanência residiu essencialmente na sua capacidade de absorver e de mobilizar tudo o que os rodeia. Será pela sua capacidade de absorção que os movimentos totalitários se vão revelar eficazes no controlo das massas uma vez que inseridos no próprio movimento os seus adeptos passam a permitir e a entender como necessário todo e qualquer crime, por mais abominável que seja, desde que realizado em nome da sua causa.

No entender da autora para além das ocorrências históricas abordadas até aqui e que permitiram o desenvolvimento dos movimentos totalitários, tal não seria por si só suficiente para que estes se insturassem enquanto poder pois para Arendt o que torna possível a aplicação dos sistemas totalitários é o desejo pela participação e representação política por parte das massas.

As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objectivos determinados, limitados e atingíveis. (...) Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a

*maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.*¹²⁸

A absorção política de elementos das massas que haviam sido rejeitados por outros partidos seria o grande trunfo dos movimentos totalitários no combate contra o governo parlamentar. Ao introduzirem no seu meio elementos que possuíam assumida hostilidade contra os outros partidos que os haviam rejeitado, os movimentos puderam tomar o caminho da violência e da força como forma de destruir os outros partidos. Tendo em conta o aspecto meramente eficaz da sua causa e da sua propaganda esta foi de facto a melhor opção a tomar pois se enveredassem pelo caminho do diálogo e da persuasão sairiam obviamente derrotados visto possuírem maioritariamente elementos sem qualquer experiência política.

Inseridos num mundo que não é totalitário foi necessário recorrer ao uso do terror e da propaganda como forma de cativar a opinião geral. Até tomarem o poder os movimentos totalitários fazem uso da violência, do terror e da propaganda como forma de espalhar a sua mensagem entre a população e de despertar o receio nos seus oponentes. Necessitam também de isolar a população de meios de informação exteriores capazes de deitar por terra o seu esforço em atribuir credibilidade à sua mensagem e à sua causa. Uma vez tomado o poder a propaganda dará origem à doutrinação como forma de controlo permanente da população em geral. Há ainda a ter em conta o carácter exterior da propaganda visto que esta se destina quase que exclusivamente a um público no qual a doutrinação não possui ainda um domínio efectivo, tal é também o caso do apelo e das relações existentes para com os países não totalitários. Neste último caso as relações entre países totalitários e não totalitários baseiam-se principalmente numa dissimulação proporcionada pela propaganda totalitária. “Quanto menor o movimento mais energia despenderá em sua propaganda. Quanto maior for a pressão exercida pelo mundo exterior sobre os regimes totalitários (...) mais activa será a propaganda totalitária.”¹²⁹ O efeito que resultou do uso da propaganda nas massas deveu-se não ao próprio conteúdo da mensagem visto que este seria ilusório e mutável mediante interesses circunstanciais, nem tão pouco do apelo ao interesse comum das massas uma vez que o que as caracterizava seria a sua dispersão enquanto corpo social ou político. O que realmente tornou possível a eficácia da propaganda totalitária foi justamente a desunião inerente das massas que seria propícia para a conexão e aderência de cada um dos seus elementos à causa totalitária.

Enquanto a propaganda seria utilizada sobretudo na fase inicial da implementação do sistema totalitário o terror por sua vez constitui um método de permanente governo sobre as populações. Se por um lado a propaganda é o instrumento utilizado para lidar com o mundo não

¹²⁸ Arendt, Hannah – *Origens do Totalitarismo*, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2007. 361.

¹²⁹ Idem, Ibidem, p. 393.

totalitário o terror “é a própria essência da sua forma de governo.”¹³⁰. A sua metodologia assente no terror assemelha-se ao que Arendt não hesita em chamar de “banditismo”, uma clara evolução dos meios utilizados pelos gangsters americanos nos quais os nazis se basearam. A principal diferença entre a propaganda utilizada antes da tomada de poder do tipo de propaganda que precede este estágio inicial do totalitarismo é a dimensão com que esta tem de ser aplicada. Enquanto numa primeira fase a propaganda se destina à “totalitarização” da população, à sua dominação e controlo, a segunda etapa totalitária implica a utilização da propaganda numa escala superior destinada ao mundo não-totalitário visto que a população do país origem do movimento se encontra já, na sua maioria, associada aos ideais totalitários e como tal inserida no mundo fictício totalitário dispensa quase que totalmente a propaganda.

O crescimento dos movimentos totalitários viriam a demonstrar que as tradicionais considerações e preconceitos existentes para com as massas eram enganadores. Estas para além de não participarem activamente até então no governo não se reviam em nenhum partido político e contrariamente ao que delas se pensava revelaram-se determinantes para o exercício do poder político quando lhes foi dada oportunidade. A vitória dos movimentos totalitários seria confirmada pela sua capacidade em organizar e absorver as massas de acordo com os seus propósitos, algo para o qual os partidos se haviam revelado incapazes ou indiferentes e que no fim se viria a revelar fatal pois traduzir-se-ia na queda do sistema partidário. Será através desta capacidade de absorção que terá início o processo de desindividualização e assimilação dos indivíduos que fazem parte das massas dando origem ao “homem de massas”. Este tipo de mentalidade característico dos sistemas de massas caracteriza-se pelo “isolamento e a sua falta de relações sociais normais”¹³¹, e aplica-se a não só aos que menos tinham acesso à cultura mas também à própria elite intelectual. Arendt considera que neste momento o indivíduo se encontra isolado não só na relação com os seus pares mas também da própria experiência. Esta posição é também partilhada pela filósofa Lisa Disch que considera que a questão do isolamento e do afastamento da vida pública promovida pela sociedade de massas resultará num afastamento, uma espécie de “cegueira voluntária”. “Um dos problemas das sociedades de massa é que as pessoas perdem tanto a privacidade como o gosto pela vida pública. (...) Não há nem introspecção, nem comprometimento activo/engajamento.”¹³²

O fenómeno totalitário revela-se eficaz em criar, por via do terror, as condições para promover um isolamento e impotência nas populações. Sobre esta temática Arendt faz questão de distinguir entre solidão e isolamento. Nas palavras da autora enquanto o isolamento diz apenas respeito ao desligamento existente entre o homem e a vida política a solidão reporta ao total abandono não só da vida política mas de toda a vida humana. O isolamento pode surgir

¹³⁰ Idem, Ibidem, p. 393.

¹³¹ Idem, Ibidem, p. 367.

¹³² Disch, Lisa – *A crise da participação política*, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 206, São Leopoldo, 27 de Novembro de 2006, p. 21.

como simples resultado da transformação temporária do ser humano em *homo faber*, isto é, no desempenho das suas actividades profissionais não impedindo a formação e realização da vida humana, embora condicione a acção humana não a destrói. Já a solidão implica uma ruptura com a vida humana, é o completo isolamento do homem dos seus pares. A solidão constitui a essência do governo totalitário.

*Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter.*¹³³

Um dos aspectos que distingue os sistemas totalitários das tiranias reside no facto de que enquanto as tiranias assentam no governo de um contra todos onde os adversários se encontram perfeitamente identificados, no caso totalitário todos são controlados pelo movimento e todos podem ser inimigos uns dos outros caso os seus líderes assim o entendam. Trata-se de uma forma de auto-alienação onde o indivíduo afastado do contacto com os outros procura acima de tudo demonstrar a sua total lealdade para com o movimento e a sua causa.

*Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalienável de cada membro individual. (...) Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais – de família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencerem ao partido.*¹³⁴

Esta lealdade é possível dada a mutabilidade ou mesmo a inexistência dos programas políticos dos movimentos totalitários. Excepto no que toca à sua ambição de domínio mundial, os sistemas totalitários optam por não se comprometer com qualquer programa político para que possam não só poderem atingir o maior número de potenciais aliados mas também como forma de evitar eventuais mudanças de opinião dentro das suas fileiras. Sobre esta questão os sistemas totalitários parecem de facto justificar a definição de Arendt quando os caracteriza como algo de novo já que enquanto sistemas como as tiranias ou sistemas despóticos se limitavam a isolar o

¹³³ Arendt, Hannah, op. cit., p 527.

¹³⁴ Idem, Ibidem, p. 373.

homem no que toca à vida pública, o totalitarismo parece aqui revelar-se bastante mais eficaz no controlo que exerce sobre a população pois para além de atomizar o homem é ainda capaz de destruir todas as teias de relações humanas que este possui.

*O chefe nazista que designou a revolução nacional-socialista como sendo uma contra-Renascença tinha mais razão do que provavelmente pensava. Ela foi o passo decisivo na destruição da civilização que o homem moderno havia construído a partir da Renascença e que era, acima de tudo, uma civilização individualista. O individualismo tem hoje má fama, e o termo é agora associado a egoísmo ou egotismo.*¹³⁵

Parece-nos importante destacar aqui duas grandes diferenças entre o fascismo de Mussolini e o totalitarismo de Hitler e de Estaline. A primeira diferença que se nos apresenta quando abordamos os dois sistemas reside no facto de que enquanto o fascismo possuía como principal objectivo o governo e o controlo dos meios de violência pela elite fascista, os sistemas totalitários jamais tomaram por final esse objectivo. Conscientes da importância de se assumirem enquanto movimento permanente, o seu objectivo seria o domínio à escala mundial almejando uma mudança radical no próprio decurso da história, para tal o controlo dos meios de violência e da população seriam apenas uma fase embrionária do seu propósito. Os sistemas totalitários jamais assumem um objectivo político concreto pois a sua sobrevivência enquanto sistema depende essencialmente da sua capacidade de conferir movimento. A segunda diferença consiste no sistema de liderança empregue nos dois sistemas. Enquanto no fascismo podemos constatar uma separação entre governados e o líder apoiado pela sua elite, os sistemas políticos totalitários caracterizam-se pela abolição da distância existente entre governante e governados. O seu líder não é mais do que um “funcionário das massas que dirige”¹³⁶, não se trata do exercício do poder de forma arbitrária e tirânica. Neste aspecto fica demonstrada uma vez mais a flexibilidade característica do totalitarismo já que o seu próprio líder pode ser substituído do seu cargo em função da sua dependência da vontade das massas. Para além disto existe uma clara relação de dependência entre líder e as massas pois se por um lado o líder se encontra ao serviço das massas estando sujeito à sua vontade, é apenas através do líder que as massas encontram representação política.

Para além da inquestionável importância das massas na ascensão dos movimentos totalitários, será através da aliança que se irá estabelecer entre a ralé e a elite intelectual que se dará a consolidação do domínio totalitário. Igualmente afectados pela queda do sistema de

¹³⁵ Hayek, Friedrich A. – *O Caminho da Servidão*, 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Globo, 1977, p. 14.

¹³⁶ Arendt, Hannah, op. cit., p. 375.

classes e impossibilitados de procurar escapar à sua situação actual pela fuga para um distante país inexplorado, a elite irá encontrar nas ideologias totalitárias o refúgio contra a individualização e a proposta de ruptura com os ideais de respeitabilidade e velhos padrões morais herdados pela sociedade burguesa que tanto desejava. Desejavam principalmente uma nova ordem social assente na completa destruição das bases da antiga sociedade assim a guerra apresentar-se-lhes-ia como a grande niveladora capaz de garantir a igualdade e a justiça. De forma a poderem combater efectivamente o reaparecimento das bases das antigas sociedades seria necessário a que cada homem se tornasse um “homem de massas” como parte integrante de uma grande máquina conquistadora. Existe o desejo de pertencer a uma ordem que supera a esfera individual, que pretende substituir o génio pelo anonimato. A sua motivação partia dos resíduos “científicos” deixados pelo imperialismo que encaravam a expansão como um direito natural e segundo os quais as leis do universo se baseiam na lei do mais forte. Será com base nestas premissas que ralé e elite passaram a interpretar a história até então como uma tentativa de enganar o povo.

Cientes da atracção que as massas nutrem por teorias que refutam o tradicional decorrer da história entendido como uma interpretação falaciosa, a propaganda totalitária irá associar o cientificismo ideológico a uma concepção histórica ludibriada pela ideia de que o verdadeiro destino do seu povo terá de ser forjado pela força e que só no futuro lhe poderão ser reconhecidos os seus méritos. Com o totalitarismo a ciência passará a ser entendida como a revelação para o glorioso futuro dos povos. Esta concepção histórica promovida pela “ciência totalitária” iria coincidir com o surgimento das massas dado o apelo histórico da glória futura enquanto povo. Para que tal seja possível a unidade e o anonimato surgiram como os substitutos para o carácter imprevisível da acção do próprio indivíduo.

O cientificismo viria também a ser associado à figura do líder como forma de passar a atribuir à ideologia totalitária uma vertente profética. Uma das marcas que viria a caracterizar não só a propaganda totalitária como o próprio líder seria a sua infalibilidade, isto é, a total concordância da sua mensagem com os efeitos futuros que estariam já determinados. Este método que viria a fazer do líder um ídolo para as massas é utilizado a partir do momento em que os regimes totalitários tomam o poder pois só daí em diante possuem o acesso aos meios de força e violência necessários para tornar verdadeiras as suas profecias. Este cientificismo profético tem por base uma destruição dos factos através da capacidade dos meios totalitários em subjugar a realidade aos seus argumentos. Na verdade a tarefa de conquistar o apoio das massas foi de certa forma facilitada pela insatisfação desta para com a sociedade e os seus assuntos incómodos que os anteriores partidos recusavam abordar.

Tal como os primeiros líderes da ralé, os porta-vozes dos movimentos totalitários tinham um modo infalível de distinguir tudo

*aquilo que a propaganda partidária comum ou a opinião pública evitava ou não ousava abordar. Tudo o que fosse oculto, tudo o que fosse mantido em silêncio adquiria grande importância, qualquer que fosse o seu valor intrínseco. A ralé realmente acreditava que a verdade era tudo aquilo que a sociedade respeitável houvesse hipocritamente escamoteado ou acobertado com a corrupção.*¹³⁷

O mistério constituía o principal critério de selecção na escolha dos temas a abordar pela propaganda totalitária uma vez que quanto maior fosse a curiosidade que este suscitasse, maior seria o interesse das massas. A imaginação assumia aqui um papel fundamental no método através do qual a mensagem era transmitida pois as massas não se deixavam impressionar pelos factos em si, haviam-se tornado incrédulas de tudo o que lhes era directamente acessível, já pela imaginação era possível aliciar o seu juízo. As massas haviam-se tornado suspeitas da própria realidade de maneira que o que interessava não eram os factos em si, independentemente da sua veracidade ou falsidade, mas a coerência e o sentido dos sistemas nos quais os factos são inseridos.

Como podemos hoje em dia compreender tudo isto acabaria por trazer aos sistemas totalitários possibilidades de propaganda e de controlo de massas quase infinitas. Tendo consciência dos “mitos” que aguçavam a curiosidade ao espírito das massas seria apenas lógico, para os regimes totalitários, que se fizesse uso de temas obscuros como forma de atingir os seus objectivos. Para tal os factos passam a ser moldados à imagem da sua ideologia numa construção que se adequará mais à imaginação e ao apelo das massas do que à realidade. Neste aspecto o totalitarismo parece de facto distinguir-se de outras formas de poderio autoritário pela perfeita fusão que efectua entre a coerção, possibilitada pelo emprego do terror e dos meios de violência, com a apatia social e política. Esta última, para além do efeito já referido que a propaganda totalitária exerceu sobre as massas, resulta não só do descrédito da própria actividade política assim como da sociedade e até mesmo da própria realidade mas também do fascínio que resulta dos novos padrões sociais pela guerra e pela violência.

Com a perda de poder dos Estados-nações e com o surgimento desta nova mentalidade de massas o mito da conspiração judaica que almejava o domínio mundial voltaria a assombrar o povo judeu. O caso Dreyfus veio a colocar os judeus em posição de destaque por todo o mundo, revelando a sua capacidade de inter-relação e a sua interdependência que viriam a servir os propósitos da propaganda nazi enquanto tentativa de demonstrar os judeus como a encarnação do mal e dos secretos conspiradores. Para o sucesso da sua propaganda viria a contribuir ainda o facto dos partidos optarem por nunca abordar abertamente a questão judaica o

¹³⁷ Idem, Ibidem, p. 400.

que a inseria numa aura de misticismo e obscuridade ao qual o interesse das massas por tudo o que é oculto e sombrio não ficaria alheio. Com efeito os judeus rapidamente passaram a ser encarados como “símbolo da hipocrisia e da desonestidade de todo o sistema”¹³⁸. Ao racismo que havia já sido aplicado ao povo judaico os nazis passaram a juntar a descendência e a genética como factores discriminatórios. Exemplo disso mesmo seria a necessária prova exigida como forma de adesão a membro do partido nazi através da qual seria provado que nenhum dos ascendentes do candidato seria de origem judaica. Com a propaganda nazi a questão judaica deixará de ser exclusivamente um assunto discutido na praça pública, como um exemplo típico de racismo ou de discriminação a nível nacional para com uma minoria, para se instaurar como assunto da mais alta importância para cada indivíduo.

Mais do que o ódio pelo povo judaico e pelo seu papel de povo escolhido, o que viria a suscitar revigorado interesse pelos judeus seria a sua capacidade de organização inter-europeia. Ainda que utilizados pela propaganda nazi como forma de mover as massas contra o povo judaico, os “Protocolos dos sábios do Sião”, suposta prova das aspirações judaicas à conquista mundial, vão despertar uma curiosidade e admiração pelos mecanismos de organização judaica que seriam copiados e adoptados pelo regime nazi. À organização “sem fronteiras” inspirada nos Protocolos a propaganda nazi irá adicionar inicialmente o conceito de povo alemão como o “povo superior” que no entanto era ameaçado pelos outros povos. Tal seria como a historia o veio a demonstrar uma ideia enganadora pois a medida que os nazis iam tomando o poder o seu desprezo pelos alemães ia proporcionalmente aumentando. O maior exemplo disso mesmo terá sido a tentativa nazi de destruir por completo o povo alemão utilizando contra este os mesmos mecanismos utilizados na exterminação dos seus alvos. Ainda que tal possa ter sido o último sopro da ideologia nazi ao tentar fazer coincidir a profecia de que com a derrota na guerra chegaria a completa destruição do povo alemão, a história recorda através dos inúmeros testemunhos recolhidos na época, que o verdadeiro objectivo nazi não seria um governo assente no povo alemão mas sim no estabelecimento de “uma sociedade racial “ariana” que, no fim, teria destruído todos os outros povos, inclusive os alemães”¹³⁹. O motivo pelo qual os seus verdadeiros objectivos nunca vieram à superfície pode ser explicado pela capacidade que a propaganda nazi possuía em motivar e iludir as massas e em construir um mundo irrereal no qual estas possuísem um lugar. A utilização dada aos Protocolos por Hitler e à suposta conspiração trotskista usada por Estaline não são mais generalizações e manipulações de pequenas partes da realidade em função de um ilusório novo mundo completamente fictício.

Para Hannah Arendt toda a organização totalitária assenta na construção de um meio no qual a sua ideologia possa ser posta em prática. Este novo meio assemelhar-se-á a “uma

¹³⁸ Idem, Ibidem, p. 403.

¹³⁹ Idem, Ibidem, p. 410.

sociedade cujos membros ajam e reajam segundo as regras de um mundo fictício”¹⁴⁰. A sua estrutura baseia-se essencialmente na distinção entre as chamadas organizações de vanguarda e os seus membros. As organizações de vanguarda são constituídas por simpatizantes que constituem o elo entre o núcleo da organização e o mundo exterior. “As organizações de vanguarda funcionam nas duas direcções: como fachada do movimento totalitário para o mundo não-totalitário, e como fachada deste mundo para a hierarquia interna do movimento.”¹⁴¹ Os simpatizantes caracterizam-se por serem indivíduos normais, completamente inseridos na sociedade, adeptos assumidos da ideologia, desempenham actividades profissionais e possuem vida privada. Em caso de conflito entre a fidelidade partidária e a sua vida privada deverão sempre optar pela segunda. Já o membro do partido encontra-se completamente integrado no partido não possuindo qualquer outra ocupação senão o compromisso para com o partido. “Assim como os simpatizantes constituem um muro de protecção em torno dos membros do movimento e representam para eles o mundo exterior, também os membros comuns envolvem os grupos militares e representam para estes o mundo exterior normal.”¹⁴²

Este tipo de organização apresentava como principal vantagem a sua capacidade em apartar os seus elementos do mundo exterior, quanto mais alto na hierarquia menor seria o contacto com o mundo exterior, protegendo-os da hostilidade deste encarada ideologicamente como algo previsto e natural. Outra das suas competências seria a flexibilidade que permitia podendo na sua estrutura ser repetida, criando novas divisões sem a extinção de antigas fileiras. Arendt denomina este procedimento de “hierarquia flutuante” na qual são copiados meios de organização semelhantes aos das sociedades secretas onde a distribuição de funções se encontra fragmentada de forma a poderem ser criadas constantemente novas divisões. Sempre que algum sector da máquina totalitária revele falta de radicalismo os seus elementos passam a desempenhar funções nas organizações de vanguarda afastando-se assim do centro do movimento enquanto são substituídos por representantes dos escalões superiores.

*O mais interessante percurso interpretativo do sistema político nazi é a sua definição como uma “poliocracia”, ou seja um sistema político construindo progressivamente vários centros de decisão, mediatizados de forma compartimentada por Hitler, com tensões variadas, por exemplo entre o partido e o seu aparelho burocrático e a administração central e local.*¹⁴³

¹⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 413.

¹⁴¹ Idem, Ibidem, p. 416.

¹⁴² Idem, Ibidem, p. 417.

¹⁴³ Costa Pinto, António – *Elites, Partido Único e Decisão Política nas Ditaduras da Época do Fascismo*, Lisboa, Revista Penélope Nr. 26, 2002, p. 174.

Parece-nos residir aqui mais uma prova de que as organizações e as estruturas totalitárias são formadas em função do próprio movimento. Para Hitler o ser humano quando se reúne em grande número vacila nas suas crenças, torna-se influenciável (exemplo disso seriam as próprias massas). Assim, para que fosse possível dar asas a estruturas capazes de fazer cumprir a vontade do líder, teriam não só de se escolher elementos completamente integrados na ideologia nazi como também limitar os seus números para que estes fossem capazes de cumprir qualquer ordem. A própria adopção da organização militar (os seus procedimentos, uniformes, etc.) parecem também servir este propósito visto que tornavam credível e aceitável a realização de qualquer ordem superior, inclusive o assassinato. O uso da violência como método de organização das suas estruturas permitia exercer um controlo não só entre a população geral e oponentes do movimento, mas também dentro das próprias estruturas visto que pelo receio às consequências em se oporem ao movimento, os seus elementos sentiam-se mais seguros integrando-o do que opondo-se contra ele.

Este modelo de organização viria a revelar-se fulcral para o controlo total da sociedade aquando a tomada de poder por parte dos nazis visto que quando conseguiram a subida ao poder foram capazes de substituir todas as existentes organizações sociais por organizações nazis. “Puderam mudar, da noite para o dia, toda a estrutura da sociedade alemã – e não apenas a vida política – precisamente porque haviam preparado o correspondente exacto de cada sector dentro dos seus próprios escalões.”¹⁴⁴

A liderança dos movimentos totalitários, tanto no caso nazi como no bolchevista, assenta naquilo que António Costa Pinto chama de “modelo de chefia carismática”¹⁴⁵. Tanto Hitler como Estaline não eram dotados de uma extraordinária capacidade demagoga, o que lhes viria a valer a sua posição foram acima de tudo as suas capacidades pessoais. Enquanto os seus oponentes revelavam superiores capacidades de oratória verificada pela atracção e fascínio que despertavam nas multidões, Hitler e Estaline demarcavam-se destes unicamente num campo, na habilidade que ambos possuíam para “manobrar as lutas intestinas do partido pelo poder”¹⁴⁶. Revelavam-se extremamente hábeis em colocar os elementos que os apoiavam em posições de destaque o que no futuro possibilitar-lhes-ia, quando chegasse o momento de escolher o líder, assumir a liderança com toda a naturalidade dado o seu poder em transformar e influenciar posições.

Embora seja visível nos dois casos totalitários o exemplo nazi destaca-se pela sua capacidade de gerar movimento mesmo em torno da figura do líder, isto é, Hitler desempenhava as suas funções enquanto líder insubstituível rodeando-se por círculo de membros que por ordem do líder se encontram em constante alternância. A agilidade com que Hitler efectua esta

¹⁴⁴ Arendt, Hannah, op. cit., p. 421.

¹⁴⁵ Costa Pinto, António, op. cit., p. 174.

¹⁴⁶ Arendt, Hannah, op. cit., p. 423.

constante substituição dos elementos que constituem um escudo entre o líder e a elite traduzir-se-á numa aura de mistificação pela figura do líder tornando-o quer dentro do próprio partido que nas massas alvo de fascínio pela sua dimensão inacessível. Quando analisado em pormenor este procedimento revela-se extremamente útil quer para o movimento totalitário atribuindo constantemente novas funções a novos elementos quer para o próprio líder que ao rodar constantemente o seu ciclo mais próximo evita que a sua liderança seja contestada assim como também impede que sejam feitos ataques pessoais contra a sua integridade à imagem de outras figuras autoritárias da história que se viram traídas pelos que lhes eram mais próximos. Enquanto elemento organizador de toda a estrutura e como motor responsável pelo movimento, o líder é insubstituível. Esta é outra razão pela qual o líder nunca é contestado dentro do movimento, pois os seus elementos têm em consciência o facto de que sem o líder todo a estrutura desabarará de imediato.

*A suprema tarefa do Líder é personificar a dupla função que caracteriza cada camada do movimento – agir como a defesa mágica do movimento contra o mundo exterior e, ao mesmo tempo, ser a ponte directa através da qual o movimento se liga a esse mundo.*¹⁴⁷

Cada elemento do movimento totalitário recebe as suas ordens como a “vontade directa do líder”, assim sendo cada funcionário representa o líder na execução das suas funções. Aqui reside uma das diferenças que Arendt aponta entre os líderes dos movimentos totalitários e os líderes das tiranias. Enquanto nas tiranias é impensável esta relação de identificação entre tirano e subordinados mesmo que seja apenas com os seus actos, no caso totalitário há uma completa identificação entre líder e subordinados enquanto representantes directos do líder. As falhas e as críticas que podem surgir das ordens dadas que no caso das tiranias seriam utilizadas para tornar os subordinados responsáveis em bodes expiatórios no caso totalitário não se podem vir a verificar. O líder totalitário detém todas as explicações para as ordens dadas de maneira que os seus funcionários não podem ser apontados como responsáveis directos pelas suas acções enquanto funcionários do movimento.

Este tipo de organização assente em graus de iniciação, na sua capacidade de dissimular o mundo exterior e na qual o seu líder se encontra envolto numa aura de misticismo assemelha-se ao modelo de organização das sociedades secretas. Partilham ainda com estas a hostilidade para com o mundo exterior estabelecendo uma clara divisão ofensiva entre o próprio movimento e tudo o que existe para além deste. Para Arendt o aspecto mais curioso que se prende com a

¹⁴⁷ Idem, Ibidem, p. 424.

estrutura totalitária será a capacidade que esta possui em manter em segredo a sua organização e ao mesmo tempo ser capaz de revelar abertamente ao mundo os seus objectivos. “Em outras palavras, os movimentos totalitários imitam todos os acessórios das sociedades secretas, mas esvaziam-nas do único elemento que poderia justificar os seus métodos: a necessidade de manter segredo.”¹⁴⁸

Graças à mentalidade já aqui referida que clamava por uma ruptura com a respeitabilidade e com os padrões morais das antigas sociedades foi possível ao movimentos totalitários criar um mundo fictício graças ao uso da mentira. Pelo uso da propaganda foi possível alimentar as esperanças das massas. A reacção que seria possível obter permitiu aos regimes totalitário estabelecer uma hierarquia dentro das próprias massas. No caso dos membros dos movimentos totalitários estes entendem toda a ideologia e a mensagem do seu líder não como algo certo ou verdadeiro mas como algo cujo desfecho será apenas revelado no futuro sendo que a sua veracidade ou falsidade apresentar-se-á sempre como algo inacessível para os contemporâneos. Apenas o Líder é capaz de estabelecer tais cálculos com base em eventos futuros. Aqui terá lugar uma vez mais o carácter profético do Líder. Quanto aos simpatizantes dos movimentos totalitários estes demonstram uma credulidade bastante superior à demonstrada pelos membros já que acreditam fielmente na mensagem e na propaganda que lhes é apresentada. Estes revelam-se extremamente importantes para o movimento pela credibilidade que lhe atribuem no seu contacto com o mundo exterior. Relativamente à elite esta diferencia-se dos restantes elementos do movimento pela sua capacidade de “transformar imediatamente qualquer declaração de facto em declaração de finalidade”¹⁴⁹. Parecem assimilar de imediato os objectivos finais patentes na mensagem do Líder. A sua importância para o movimento reside na sua total integração com o movimento e na lealdade que possuem para com o seu Líder, tornam possível por em prática o mundo fictício totalitário. Estão inseridos de tal forma no mundo fictício criado pelo movimento que revelam já um afastamento do mundo real, isto é, são indiferentes aos factos pois através do Líder a mentira e a ficção triunfa sempre sobre a realidade.

A lealdade que a elite demonstra para com o Líder assenta na compreensão não de que se trata de um verdadeiro profeta ou um talismã mas sim da peça motriz por detrás de todo o movimento. Esta consciência da importância do Líder para o movimento por parte da elite é também ela um dos motivos que permitiram aos movimentos totalitários governar ininterruptamente. Por outras palavras a função desempenhada pelo Líder do movimento totalitário revela-se como factor imprescindível para o bom funcionamento do sistema totalitário.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 428.

¹⁴⁹ Idem, Ibidem, p. 435.

É da própria natureza do movimento que, uma vez que o Líder assume o posto, toda a organização se identifica com ele de modo tão absoluto que qualquer confissão de erro ou remoção do cargo quebraria a magia de infalibilidade que envolve a posição de Líder e arruinaria a todos o que estivessem ligados ao movimento. A base da estrutura não está na veracidade das palavras do Líder, mas na infalibilidade dos seus actos. Sem ela (...) todo o reino da carochinha do totalitarismo se esboroa, esmagado imediatamente pela verdade do mundo real que somente o movimento, guiado pelo Líder numa direcção infalivelmente certa, é capaz de evitar.¹⁵⁰

Contrariamente a outros sistemas políticos despóticos onde poderia existir uma sucessão dado que o poder é exercido pelas elites, o líder ocupa apenas o lugar representativo do poder, no sistema totalitário não pode existir sucessão dado que todo o modelo organizacional quer da ideologia quer da própria estrutura assenta e é moldada em função do Líder e dependem, no que toca à consistência do mundo fictício por este criado, da sua infalibilidade sem a qual todo o mundo totalitário desmorona. A sobrevivência dos movimentos totalitários assenta não só na capacidade que o Líder possui em construir um novo mundo capaz de suprir a realidade mas fundamentalmente na sua habilidade em evitar a estagnação do sistema totalitário pois a estabilidade representa a maior ameaça para o mundo totalitário.

Após a tomada de poder o grande desafio com que o totalitarismo se depara prende-se com o perigo da fatal paralisação do seu movimento. Como já aqui foi referido tanto o caso nazi como o caso bolchevista diferem do fascismo de Mussolini pela sua ambição que ultrapassa a mera conquista da máquina estatal. Conscientes da incessante necessidade de movimento da máquina totalitária quer Estaline com a sua “revolução permanente” quer Hitler com a “selecção racial que não pode parar” irão por em prática o segundo estágio dos movimentos totalitários, isto é, a conquista e o domínio global. O controlo do “país original” que funciona unicamente como sede do movimento representa o primeiro estágio onde são postos em prática meios experimentais para organizar as populações. Uma vez no poder este estágio dará origem a uma nova fase onde os processos e mecanismos postos em prática na etapa anterior poderão ser aplicados à escala mundial.

Tomando controlo do Estado o aparelho totalitário terá também de resolver a questão do relacionamento com o mundo não-totalitário. Nesta questão será visível um dualismo existente dentro dos Estados totalitários entre o poder real, o partido, e o poder aparente, o Estado. Tal como Arendt refere, a única conclusão que podemos tirar com toda a certeza de todo este

¹⁵⁰ Idem, Ibidem, p. 437.

sistema “amorfo” (recorde-se que se trata de uma organização semelhante à adoptada pelas sociedades secretas) é a de que o verdadeiro poder é aquele que se encontra oculto. “A única regra segura num Estado totalitário é que, quanto mais visível é uma agência governamental, menos poder detém; e, quanto menos se sabe da existência de uma instituição, mais poderosa ela é.”¹⁵¹ Este aspecto é por si só original visto que enquanto as anteriores ditaduras partidárias visavam apenas a obtenção das posições governamentais, deixando intacta a relação entre partido e Estado, os movimentos totalitários procuram por sua vez manter a distância entre Estado e o movimento. Apenas os seus elementos secundários irão transferir-se para o governo funcionando como representantes do partido enquanto as suas figuras principais se encontram no movimento, o verdadeiro centro de poder. Contrariamente ao que sempre fora adoptado até então, o poder do partido parecia ultrapassar o próprio poder do Estado. “Sob o ponto de vista da ruptura e/ou continuidade com o passado, a elite ministerial do nazismo representou claramente a segunda.”¹⁵² Esta situação permitiu não só lidar com o mundo exterior através de uma estabilidade aparente, garantida pelos representantes nazis que funcionavam como actores ao serviço do Estado, mas também satisfazer as massas que haviam apoiado o movimento nazi na sua caminhada para o poder e que procuravam uma ruptura com a tradicional estrutura política e com os normais padrões de autoridade.

Sobre esta questão temos ainda que referir que enquanto Arendt destaca a aceitação do totalitarismo como ideologia política na Alemanha realçando a concordância ideológica entre os movimentos e as massas e os meios de terror e violência utilizados como forma de consolidar o seu estatuto enquanto governantes, Friedrich Hayek na sua obra *O Caminho da Servidão* realça a importância da frágil situação económica em que a Alemanha se encontrava neste período como um dos mais importantes factores de integração dos movimentos totalitários. O que nos parece aqui ser digno de referência é o facto de que para além da instabilidade social e política temos também de ter em conta que as massas procuravam não só segurança política mas também segurança e económica e que para tal, nas palavras de Hayek, estariam dispostas a sacrificar a sua liberdade.

Embora seja duvidoso que o espírito da liberdade possa ser em qualquer parte extirpado pela força, não é certo que algum povo pudesse resistir com êxito ao processo pelo qual esse espírito foi lentamente sufocado na Alemanha. Onde a posição e as honras são conquistadas quase exclusivamente com o tornar-se servidor assalariado do governo, onde o cumprimento do dever prescrito é considerado mais louvável do que a escolha do seu próprio campo de

¹⁵¹ Idem, Ibidem, p. 453.

¹⁵² Costa Pinto, António, op. cit., p. 175.

actividade, onde todas as ocupações que não conferem um lugar na hierarquia oficial ou o direito a um rendimento fixo são consideradas como inferiores ou aviltantes (...) Nessas condições, não é muito surpreendente que um número cada vez maior de pessoas pense que sem segurança económica a liberdade “não vale a pena”, dispondo-se a sacrificar a liberdade pela segurança.”¹⁵³

A cisão promovida pelo totalitarismo com os padrões antigos é visível na própria abolição da tradicional noção de hierarquia. Dentro do sistema governamental totalitário quanto mais alto um representante dos movimentos totalitários se encontra face ao reconhecimento público, menor poder e responsabilidade terá no exercício das suas funções. No caso do total reconhecimento público (distinções, reconhecimentos, atribuições de méritos) tal significará a estagnação da sua carreira dentro do sistema totalitário. O mesmo princípio era também aplicado às instituições totalitárias pois caso passassem a ver tornadas públicas as suas funções rapidamente eram substituídas e perdiam a sua importância. Esta situação levava a que muitas vezes diversos órgãos rivalizassem no cumprimento das funções que lhes eram atribuídas, qualquer publicidade ou falha no cumprimento das suas ordens seriam aspectos inaceitáveis que se traduziriam na sua imediata substituição. O facto da organização totalitária abominar quase totalmente as hierarquias é facilmente compreensível se tivermos em conta que todos os padrões hierárquicos nos quais as tradicionais estruturas se baseavam deram lugar ao completo domínio totalitário possibilitado pelo isolamento dos indivíduos. O sistema totalitário é nada mais do que a representação do Líder e como tal não são necessários intermediários mas sim executantes da sua vontade e das suas ordens. Tudo isto acabaria por se reflectir numa máquina administrativa ineficaz do ponto de vista da sua produtividade mas altamente eficiente no que aos propósitos totalitários dizem respeito. Enquanto as constantes rotações de pessoal e as sucessivas criações de novos departamentos impediam por um lado a criação de grupos de trabalho experientes e treinados para o exercício das suas funções, toda esta flexibilidade estrutural e rotatividade permitiam ao Líder não só o monopólio do poder possibilitavam também eventuais conflitos com a autoridade e de desobediência ou incumprimento de ordens. Esta estrutura assente na rotatividade quer de funcionários quer de instituições tornava todo o movimento dependente do seu Líder.

No que toca à sua política económica nacional temos necessariamente de destacar o caso nazi cujo plano económico seria assimilado pela sua ambição de “radicalização totalitária” mundial. Embora os nazis tenham numa fase inicial optado pelo uso de funcionários qualificados nos sectores produtivos como forma de garantir um crescimento económico a

¹⁵³ Hayek, Friedrich A. op. cit., p. 124.

verdadeira ascensão económica seria possibilitada pela guerra através das pilhagens aos países invadidos. Arendt considera claro que neste momento “as normas do domínio totalitário passaram a prevalecer sobre tudo, mesmo sobre a economia.”¹⁵⁴. O facto de que o plano económico da nação estava assimilado às ambições do movimento constitui mais uma prova de que o verdadeiro interesse dos nazis pelo povo e nação alemã não se faziam representar em termos de um “povo escolhido” mas sim de um povo entre outros que deviam ser governados pelo movimento nazi. O verdadeiro interesse nazi seria a selecção e transformação racial cujo ponto evolutivo máximo seria representado vários séculos depois pela raça “ariana”. No entender da autora este total desinteresse pela nação, a sua despreocupação pelas consequências imediatas das suas acções e o desenraizamento apresentam-se como novidades para os sistemas políticos.

*O motivo pelo qual os engenhosos expedientes do governo totalitário, com a sua absoluta e inaudita concentração do poder nas mãos de um só homem, nunca haviam sido experimentados antes é que nenhum tirano comum foi jamais suficientemente louco para desprezar todos os interesses limitados e locais – económicos, nacionais, humanos, militares – em favor da realidade puramente fictícia de um futuro distante e indefinido.*¹⁵⁵

Seja no exercício da sua política nacional ou na prática da sua política externa os sistemas totalitários agem sempre como se a obtenção do seu objectivo final fosse algo de inevitável mesmo que este pareça condicionado pelos factos. Com base nesta premissa e independentemente do país que ocupam, os movimentos totalitários agem sempre como conquistadores nunca tendo um país “seu” mas sim países que fazem parte do seu território. Este desapego a qualquer país que ocupem parece-nos coincidir não só com a necessária atribuição de movimento da causa totalitária mas surge também como concordante com o objectivo proposto pelos movimentos totalitários cujo objectivo seria apenas alcançado em gerações vindouras e como tal a conquista será apenas mais uma etapa no seu processo evolutivo. Uma vez conquistados os países oprimidos passarão a reger-se pelas leis nazi e soviética como forma de dar início à expansão totalitária entre a sua população. Economicamente todas as riquezas adquiridas pela conquista de novos países serviam como meios para alimentar a máquina de guerra preparando-a para uma nova conquista.

Arendt considera que terá sido este carácter inovador que levaram à passividade com que o mundo não-totalitário demonstrou ao lidar com os regimes totalitários. Para a autora era

¹⁵⁴ Arendt, Hannah, op. cit., p. 460.

¹⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 462.

até então impensável que um Estado se pudesse basear numa organização política indiferente aos interesses nacionais e ao bem-estar do seu povo. A organização e a metodologia demonstrada pelos dois regimes conhecidos, nazi e bolchevista, traduziram-se numa imprevisibilidade política para a qual o resto do mundo não estava à espera.

*Aqueles que compreendem correctamente a terrível eficiência da organização e da policia totalitárias tendem a subestimar a força material dos países totalitários, enquanto aqueles que compreendem a esbanjadora incompetência da economia totalitária tendem a subestimar o potencia de poder que pode ser criado à revelia de todos os factores materiais.*¹⁵⁶

Esta incapacidade demonstrada pelos países não-totalitários em compreender e lidar com os sistemas totalitários parece-nos resultar também de uma certa incompatibilidade entre sistemas assim como do desinteresse totalitário em estabelecer relações duradouras com o mundo não-totalitário. Por um lado todos os esforços realizados por parte dos países não-totalitários iriam inevitavelmente revelar-se infrutíferos, dado que estes eram dirigidos ao Estado que como já aqui referimos seria apenas o instrumento de fachada para lidar justamente com o mundo não-totalitário.

*É lamentável que as democracias, ao tratar com os ditadores antes da guerra, não menos do que em suas tentativas de propaganda e na discussão dos objectivos de guerra, tenham mostrado uma intima insegurança e incerteza quanto ao seu escopo, o que só pode ser explicado pela confusão em torno dos seus próprios ideais e pela natureza das diferenças que as separam do inimigo. Fomos enganados tanto por nos termos recusado a acreditar que o inimigo era sincero ao esposar algumas crenças das quais compartilhamos, como por termos acreditado na sinceridade de algumas das suas afirmações.*¹⁵⁷

Por outro lado os movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder revelavam já uma intenção de conquista mundial por via da força ao fazer valer desde essa altura a sua principal arma de domínio e controlo, a polícia secreta. Esta estabelece-se secretamente em vários países a partir do momento que o movimento começa a ganhar força e importância no

¹⁵⁶ Idem, Ibidem, p. 469.

¹⁵⁷ Hayek, Friedrich A., op. cit., p. 7.

interior da nação que “acolhe” a sua ideologia. “Mesmo antes de galgar o poder, o movimento dispõe de polícia secreta e de serviço de espionagem com ramificações em vários países.”¹⁵⁸ Esta preferência totalitária pelo uso da polícia em detrimento do exercito não deixa de ser também curiosa e merecedora de uma nota. Aos olhos dos movimentos totalitários o exercito, normalmente caracterizado como a derradeira força militar ao serviço do seu Estado, seria um instrumento inflexível e por si só ineficaz para a obtenção do seu objectivo de conquista mundial visto que este se destinava a combater inimigos estrangeiros tendo por base o seu Estado original. Assim para os sistemas totalitários a polícia e não o exército apresentava-se como a principal força militar uma vez que possibilitava não só uma defesa contra o exterior mas possibilitava também exercer controlo dentro de qualquer país, indo desta forma ao encontro da mentalidade de “conquistador estrangeiro” característica do totalitarismo. De semelhante importância para o controlo dos países conquistados terá tido a formação de elites cuja utilidade reside na sua graduação enquanto elementos capazes de gerir territórios conquistados tendo por base a ideologia e a metodologia totalitária. Este último exemplo terá sido um dos resíduos deixados pela experiência imperialista e da sua gestão de territórios distantes.

A principal contribuição da polícia secreta na fase inicial dos movimentos totalitários, isto é, antes destes terem tomado o poder, passa pela criação de ramificações dentro dos países onde os serviços secretos se vão localizar como forma de influenciar a vida política local assim como lançar desde aí as bases para o domínio totalitário tendo em conta a inevitável conquista do país onde se encontram. A sua função efectiva, a tarefa que desempenham quer na fase anterior à tomada de poder quer posteriormente, passa por denunciar e terminar com toda a oposição. Nos primeiros estágios totalitários a sua função é a de eliminar a oposição secreta organizada e a resistência aberta, uma vez tomado o poder terão a seu cargo banir os “inimigos objectivos” do regime totalitário. Enquanto os primeiros opositores dos movimentos se podem caracterizar pela sua ambição em derrotar e extinguir o movimento totalitário os inimigos ou oponentes objectivos serão “alvos” tácticos do regime totalitário. Estes últimos não revelam particular desejo em derrubar o sistema ou mesmo em se oporem ferozmente contra este, são sobretudo indivíduos que aos olhos do totalitarismo se apresentam como potenciais obstáculos, “portadores de tendências”¹⁵⁹ vistas como possíveis impedimentos para o movimento totalitário. Qualquer indivíduo pode incluir-se neste grupo tendo em conta que os seres humanos dada a sua capacidade de pensar mudam frequentemente e para o totalitarismo “todo o pensamento que se desvia da linha oficialmente prescrita e permanentemente mutável já é suspeito”¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Arendt, Hannah, op. cit., p. 471.

¹⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 474.

¹⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 481.

Na fase posterior à tomada do poder surgirão os “indesejados” onde se incluirão todos os indivíduos que por não se incluírem nos padrões de normalidade serão excluídos por representarem um entrave à ideologia totalitária baseada no selectivo aperfeiçoamento racial. Aqui temos necessariamente de destacar a exclusão da sociedade totalitária de todos os que possuísem moléstias físicas ou mentais assim como todos os indivíduos cuja sexualidade não coincidissem com os tradicionais padrões sexuais como o caso dos homossexuais. Este último grupo parece-nos demonstrar uma vez mais o carácter utilitarista totalitário assente na selecção humana dos espécimes que poderiam contribuir para um futuro aperfeiçoamento da espécie humana. Todos os que não se inserissem nos padrões de normalidade seriam excluídos e eventualmente conduzidos ao seu extermínio. Tudo isto demonstra uma vez mais que existe de facto um desligamento dos responsáveis totalitários, sobretudo do seu Líder, não só das consequências imediatas das suas acções mas também da própria dimensão humana.

Graças à capacidade que a polícia detinha de transformar todo e qualquer individuo em inimigo objectivo era possível ao sistema totalitário executar justificadamente (por via da propaganda) não só potenciais ameaças ao movimento como também seria possível criar autênticos “bodes expiatórios” que fossem necessários quer para fins da propaganda totalitária quer para conferir maior dimensão à dimensão infalível do Líder. “Só depois do completo extermínio dos reais inimigos e após o início da caça aos inimigos objectivos” é que o terror se torna o verdadeiro conteúdo dos regimes totalitários.”¹⁶¹

Um dos aspectos que os serviços policiais secretos totalitários parecem partilhar com os de outras formas de ditadura é o uso da provocação e da cooperação que despertam entre a população. Tendo em conta o princípio assente no medo e no terror segundo o qual quem não está assumidamente associado ao regime está automaticamente contra ele, são frequentes os casos de denúncias de populares que acusam os seus conhecidos de conspirarem contra o regime ou de serem seus opositores. Exemplos deste tipo são frequentes nas ditaduras europeias que marcaram o período em discussão sendo que o caso português e a ditadura salazarista não constituem excepção à regra. Este tipo de comportamento viria a generalizar-se por toda a população numa dimensão que tornou o trabalho policial de tal maneira facilitado que o uso de especialistas ou de métodos de espionagem e provocação como forma de atrair eventuais conspiradores ou opositores se tornou quase desnecessário. Com isto torna-se claro que enquanto no primeiro estágio do totalitarismo onde o poder ainda não se encontra nas mãos do movimento a polícia ocupa uma posição de destaque e de grande poder dentro daquilo que são os planos totalitários visto que é através deles que a informação é controlada e os mecanismos secretos de preparação para a expansão da maquina totalitária são activados. Nesta fase a polícia encontra-se encoberta por uma aura de secretismo fundamental para o sucesso dos planos

¹⁶¹ Idem, Ibidem, p. 472.

totalitários. Com a tomada de poder por parte dos movimentos totalitários a sua situação altera-se impreterivelmente, isto é, deixam de funcionar completamente em segredo vindo assim o seu prestígio aumentado e conseqüentemente, à imagem de todas as estruturas totalitárias que funcionam à clara luz do dia, o seu poder diminuído ainda que lhes seja confiado todo o tipo de informação relevante. Enquanto o movimento não exercia controlo sobre o Estado “sede”, os serviços secretos possuíam grande poder dentro do próprio movimento, uma vez tomado o Estado o poder é transferido para o Líder e o cargo que passam a deter quase que se poderá resumir ao de meros executores e transmissores das ordens do Líder ou carrascos.

O que tornou possível a eficiência de todo o aparelho administrativo totalitário foi o seu completo domínio sobre a liberdade humana. Enquanto que nas tiranias o combate contra a oposição seria um combate individual entre a força do tirano contra qualquer indivíduo que disposto a sacrificar a sua vida contra ele se opusesse, nos sistemas totalitários a situação não é tão elementar. O que torna o terror totalitário tão poderoso é o facto de que não existe punição individual nos sistemas totalitários, por outras palavras, sempre que alguém procura opor-se ao regime totalitário terá de ter em conta que não é apenas a sua vida que coloca em risco mas sim a de todos os indivíduos com quem este tenha laços sociais ou familiares. A pena totalitária passa por eliminar completamente os vestígios dos seus opositores, todos aqueles que detenham memória da sua existência serão tidos como “indesejáveis” para a máquina totalitária. Toda a submissão e cooperação demonstrada pelas sociedades dos Estados totalitários dever-se-ia não só às tentativas de vários indivíduos que pela sua colaboração com a polícia e serviços secretos almejavam a benefícios nas suas carreiras, mas também ao pavor em serem considerados inimigos ou mesmo indesejáveis para o regime totalitário pois sabiam que se tal acontecesse seriam, tal como os seus relativos, “banidos” do mundo.

*Nos países totalitários, todos os locais de detenção administrados pela polícia constituem verdadeiros poços de esquecimento onde as pessoas caem por acidente, sem deixar atrás de si os vestígios tão naturais de uma existência anterior como um cadáver ou uma sepultura.*¹⁶²

Estes procedimentos nunca seriam contestados quer pelo mundo não-totalitário que se mostrava incrédulo de que a loucura de tais métodos pudesse ser empregue por um Estado contra o seu próprio povo quer pela própria população envolvida num mundo fictício dominado pelo terror e pela propaganda.

¹⁶² Idem, Ibidem, p. 485.

Uma das questões que a autora deixa em aberto seria a de se passividade das massas perante estes métodos de controlo e domínio não iriam de encontro aos seus próprios desejos, o que no nosso entender parece de facto acontecer. Já aqui referimos que as massas assumem manifestamente o anseio por pertencerem a um movimento de tal dimensão que seja capaz de as integrar colectivamente e deixar a sua marca na história. Para tal, e indo uma vez mais de encontro com os seus anseios, entendem como fulcral a destruição da individualidade que seria no seu entender um entrave para o seu objectivo. Tendo em mente esta “auto-alienação” parecem-nos claro que os métodos totalitários de opressão nunca seriam entendidos como um desmedido abuso de poder ou de uma cruel vingança contra outros seres humanos mas sim como uma justa punição daqueles que estariam a colocar o desejo e o interesse colectivo em causa pelos seus próprios interesses pessoais. Desta forma todos os opositores dos regimes totalitários seriam naturalmente encarados e aceites como indesejados quer pela própria máquina totalitária quer pelas massas. “Estamos marchando nessa direcção porque quase todos o desejam. Não há nenhum facto objectivo que torne essa marcha inevitável. Mais tarde teremos alguma coisa a dizer sobre a pretensa inevitabilidade do “planejamento”.”¹⁶³

O exemplo máximo do controlo totalitário sobre a vida e a liberdade humana apresenta-se sob a forma dos campos de concentração. Mais do que lugares destinados ao extermínio em massa os campos de concentração viriam a servir de laboratório para uma série de experiências destinadas a levar ao extremo a capacidade de desumanização do ser humano. Inseridos num ambiente dominado pelas normas e padrões ideológicos totalitários, as formações de elite põem em prática o processo de formação de um ambiente desligado do mundo dos vivos onde tudo passa a ser possível. Apenas neste ambiente condicionado e irreal é possível eliminar a espontaneidade que de outra forma estaria sempre, em maior ou menor grau, latente no pensamento dos homens. Pelo completo desligamento dos prisioneiros não apenas do mundo real mas também entre si e até consigo mesmos, será possível reduzir o ser humano a uma mera coisa passível de ser manipulada, generalizada e banida com toda a facilidade.

Esta situação viria a apresentar-se como uma situação perturbadora para o mundo não-totalitário que se mostrou incrédulo às primeiras descrições feitas acerca do funcionamento e da finalidade dos campos de concentração. Esta reacção não foi surpresa para o regime nazi uma vez que Hitler, no seu livro “Mein Kampf”, havia referido que “para ser bem sucedida, a mentira deve ser enorme”¹⁶⁴. Dada a dimensão das atrozes práticas cometidas pelos nazis contra os prisioneiros, o mundo exterior apenas conseguia tomar como mentira o sofrimento dos oprimidos perante a descrita impiedade dos opressores.

Dentro de todas as instituições e órgãos administrativos ao serviço da máquina totalitária nenhum outro representa melhor a ideologia e a causa totalitária do que os campos de

¹⁶³ Hayek, Friedrich A., op. cit., p. 6.

¹⁶⁴ Arendt, Hannah, op. cit., p. 490.

concentração a ponto que Arendt os defina como “a verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário”.¹⁶⁵ Nestes mais do que em qualquer outro lado a sua lei é absoluta e o seu mando é total. Aqui a selecção racial é controlada mediante os seus padrões, as suas ordens são eficientemente cumpridas pelas formações de elite e exerce-se um total domínio sobre os seres humanos de tal forma alienados que perdem mesmo o desejo de viver e que passivamente aceitam qualquer tipo de punição que lhes seja atribuída. A própria forma de eliminar as suas vítimas parece ser reflexo da sua ambição visto que não se limitam a um mero assassinio mas sim a uma completa extinção. O assassinio que fora até então considerado um acto vil e desonrado mas sempre capaz de conferir uma marca emocional e/ou psicológica para quem o realiza torna-se um mero processo. A vida e a morte tornam-se instrumentos da gestão dos campos de concentração cujo ritmo de gestão populacional determina o castigo a aplicar aos seus prisioneiros. Caso seja necessário um ritmo mais lento é aplicado o trabalho forçado, se for necessário libertar o campo do excedente de prisioneiros estes são executados ou abandonados destinados a morrer à fome. O uso do terror que nos estágios que antecedem a tomada do poder tinha como finalidade terminar permanentemente com qualquer forma de oposição para o movimento totalitário é agora utilizado sem uma finalidade definida. Os movimentos totalitários rapidamente tomaram consciência de que pelo uso do terror como princípio organizacional “tudo é possível”.

Economicamente os campos de concentração serviam unicamente para a sua manutenção e para financiar os seus gestores. O seu sucesso produtivo estaria condenado desde logo à partida visto que o trabalho que permitia manter o campo em funcionamento dependia do trabalho forçado dos seus prisioneiros.

No que toca ao tratamento dado aos seus prisioneiros Arendt considera existem diferenças significativas entre o sistema totalitário bolchevista e nazi. Enquanto que os nazis dividiam o seu grupo de inimigos entre inimigos raciais que seriam exterminados de imediato como os judeus e os seus opositores para os quais não haviam ainda encontrado uma “solução final” como os franceses e belgas, na Rússia existiam três sistemas distintos.

Primeiro, há os grupos condenados a autêntico trabalho forçado, que vivem em relativa liberdade e cujas sentenças são limitadas. Depois, há os campos de concentração nos quais o material humano é impiedosamente explorado e o índice de mortalidade é extremamente alto, mas que ainda assim são organizados fundamentalmente para fins de trabalho. E, finalmente, existem os

¹⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 489.

*campos de aniquilação, onde os internos são sistematicamente exterminados pela fome ou pelo abandono.*¹⁶⁶

Arendt considera que as diferenças existentes entre os diversos campos de concentração permitem estabelecer com clareza os diversos modos como os prisioneiros eram “geridos” pelo sistema totalitário. Será com base nestas mesmas diferenças que a autora irá comparar os três tipos distintos de campos ao Limbo, ao Purgatório e ao Inferno.

*Ao Limbo correspondem aquelas formas relativamente benignas, que já foram populares mesmo em países não-totalitários, destinadas a afastar da sociedade todo tipo de elementos indesejáveis – os refugiados, os apátridas, os marginais e os desempregados –: os campos de pessoas deslocadas, por exemplo, que continuaram a existir mesmo depois da guerra, nada mais são do que campos para os que se tornaram supérfluos e importunos. O Purgatório é representado pelos campos de trabalho da União Soviética, onde o abandono alia-se ao trabalho forçado e desordenado. O Inferno, no sentido mais literal, é representado por aquele tipo de campos que os nazistas aperfeiçoaram e onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente, de modo a causar o maior tormento possível.*¹⁶⁷

Embora existissem marcadas diferenças entre os diversos campos de concentração, todos eles demonstram um igual tratamento assente na completa desumanização dos seus prisioneiros. Para além das barreiras que os impedem de comunicar com o mundo exterior, aos prisioneiros dos campos de concentração é ainda negada qualquer esperança fazendo com que estes renunciem à sua vida ainda antes desta lhes ser tirada. Tal é possível graças aos momentos que antecedem a sua ida para os campos, isto é, a um processo de desumanização que tem início na destruição da pessoa legal tornando o indivíduo algo que existe à parte das sociedades desprovido de nacionalidade e de protecção perante a lei. Uma vez destruída a pessoa legal segue-se a pessoa moral do homem cuja capacidade de destruição assenta na completa remoção da esperança de que a sua existência possa de qualquer forma ser salva ou merecedora de memória. Os campos de concentração tornaram possível a inexistência da condição de mártir uma vez que ao roubarem a identidade dos seus prisioneiros, tornando as suas mortes anónimas não só impediram a atribuição de significado à morte do indivíduo, como também foram

¹⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 493.

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 496.

capazes de conferir credibilidade ao mundo fictício totalitário no qual aquele indivíduo nunca existira.

O que se revela particularmente macabro em toda a organização e funcionamento dos campos de concentração é a extrema frequência com que os prisioneiros são forçados a tomar o papel dos executores. Impedidos de qualquer tipo de demonstração de vontade própria ou manifestação do seu pensamento uma vez que estas acarretariam graves consequências para as famílias e entes próximos dos prisioneiros estes seriam muitas vezes forçados a tornarem-se carrascos e por vim à vida de familiares, amigos ou outros prisioneiros. O que torna esta situação absolutamente cruel e desumana é, para além da negação da individualidade aos prisioneiros e até da sua existência, a impossibilidade destas escaparem imunes aos crimes totalitários. Ao forçarem os prisioneiros a tomarem momentaneamente o seu papel os nazis tornam as suas vítimas parte da máquina totalitária, exemplares do modelo do homem totalitário.

No nosso entender a expressão “laboratório” aplicada pela autora aos campos de concentração não é de todo inadequada. Os campos de concentração permitiram aos sistemas totalitários a destruição do verdadeiro homem político, substituindo-o por um ser conformado com o seu destino. Este último encontra-se inserido numa gigantesca máquina construtora de um mundo irreal e fictício e devoradora do mundo real e dos seus habitantes. Tendo em conta que um dos aspectos mais importantes dos sistemas totalitários para a consolidação do seu domínio, senão o ponto mais importante da sua ascensão, é a destruição da individualidade. Para Hannah Arendt a individualidade encontra-se inevitavelmente associada à espontaneidade entendida como “a capacidade do homem de iniciar algo novo com os seus próprios recursos, algo que não possa ser explicado à base de reacção ao ambiente e aos factos.”¹⁶⁸. Morta a individualidade humana, o ser humano torna-se um ser conformado e uniformizado passível de previsibilidade assemelhando-se ao cão de Pavlov, um ser desnaturado, cujas reacções eram elementares. A perda da espontaneidade representa o verdadeiro triunfo não só sobre o ser humano mas também sobre a política já que sem a espontaneidade, sem a capacidade humana de iniciar algo de novo, o homem renuncia à sua liberdade e entrega-se ao conformismo tornando-se supérfluo.

Os sistemas totalitários conscientes de que a neutralidade seria o primeiro passo para a sua destruição baseiam-se na força e no terror como forma de motivar e manter populações inteiras sob o seu controlo. Apenas pela apologia da força seria possível aos regimes totalitários despertar o fanatismo das suas tropas e conduzi-las à vitória, assim como somente pelo temor e receio que a brutalidade da punição totalitária encerrava seria possível controlar o seu povo. O domínio total sobre a vida humana não diz respeito aqui ao controlo sobre todos os aspectos

¹⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 506.

básicos da vida humana em sociedade mas sim da destruição da imprevisibilidade humana. A previsibilidade é um factor necessário pois as estruturas totalitárias encontram-se totalmente assentes numa ideologia que é totalmente aceite e que procura a sua confirmação na destruição do mundo real desta forma verificando-se como válida e realizável. A previsibilidade faz parte do objectivo destas ideologias de alterar a própria natureza humana e de “tornar o mundo coerente, para provar que o seu super sentido estava certo”¹⁶⁹.

Para além das diferenças até aqui abordadas que permitem diferenciar o fenómeno totalitário como algo de novo no meio dos sistemas políticos temos ainda a realçar o facto de que, contrariamente a outras formas de governo arbitrário, o totalitarismo não dispensa uma orientação segundo as leis. Ainda que coloque em causa as leis positivas o totalitarismo enquanto sistema político não opera “sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma obedecer rigorosa ou inequivocamente àquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis.”¹⁷⁰. Por esta razão o totalitarismo enquanto sistema político parece marcar uma ruptura com a tradição que até então sempre se baseara numa oposição entre sistemas de governo leal e ilegal, entre poder legítimo e poder arbitrário. Os regimes totalitários parecem apelar a uma forma superior de legitimidade, baseada na própria lei da História e/ou da Natureza, podendo assim dispensar qualquer tipo de legalidade menor. Compreensivelmente esta abordagem permitia aos regimes totalitários apelar a uma “causa superior” assente num glorioso futuro comum, tornando legítimo o uso da força e do terror como método e justificando todos os sacrifícios em função da sua causa. Note-se aqui uma vez mais o apelo à unidade. De outra forma a prevalência dos interesses de um só homem não só colocaria em causa a legitimação do seu poder como também reduziria o fenómeno totalitário a outro sistema político de poder arbitrário.

As leis positivas baseadas na Natureza ou na Divindade funcionavam até então como forças estabilizadora na vida dos seres humanos. Estas possuíam uma versatilidade compatível com a mutabilidade da vontade e da acção humana. A lei totalitária irá por sua vez alterar esta situação tornando as próprias leis em movimentos. As leis da Natureza para os nazis e as leis da História no caso bolchevista irão deixar de funcionar como factores estabilizadores da autoridade na vida do ser humano para passarem a ser elas próprias movimento. A lei passa a ser aplicada directamente ao ser humano sem ter em conta a acção humana, isto é, ainda que nunca se deixe cair na ilegalidade, o totalitarismo garante o cumprimento da lei aplicando-a directamente à humanidade evitando assim o pensamento e reflexão humano, o certo e o errado.

A política totalitária afirma transformar a espécie humana em portadora activa e inquebrantável de uma lei à qual os seres humanos

¹⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 509.

¹⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 513.

*somente passivamente e relutantemente se submeteriam. (...) Pode dispensar o consensus iuris porque promete libertar o cumprimento da lei de todo acto ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei.*¹⁷¹

A lei totalitária assenta na pretensão de que eventualmente será a base do governo global, daí esta ser em si mesmo um movimento. A estabilidade que nos governos não-totalitários e não-tirânicos é proporcionada pela lei, no caso totalitário é resultado do uso do terror como forma fazer valer a lei. Este procura tornar possível e real a lei do movimento. De forma a poder atingir o seu objectivo procura eliminar a espontaneidade e imprevisibilidade da acção humana de forma a tornar possível o avançar da natureza e da história.

*O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as “partes” em benefício do “todo”.*¹⁷²

O terror executa a vontade da Natureza e da História quando, acelerando o seu processo, põe fim aos que naturalmente ou historicamente não possuem direito de viver. Não existe “nem a favor nem contra os homens”¹⁷³, procura apenas fazer valer a força sobre-humana da Natureza ou da História. Tal significa a destruição da individualidade e liberdade humana pois apenas quando estas forem eliminadas pode realmente ser criado o “homem totalitário”. Tal como a lei nos governos não-totalitários o terror não é capaz por si só de motivar e guiar o comportamento humano nos regimes totalitários. O verdadeiro instrumento de controlo de pensamento empregue pelos governos totalitários foi a educação cuja função não era a de influenciar o pensamento das populações mas sim evitar o seu próprio uso. Nos governos totalitários a acção humana é substituída pela ideologia, a política dá lugar ao planeamento. “O “planejamento” deve em parte a sua popularidade ao facto de todos, sem dúvida, desejarem que os nossos problemas comuns sejam tratados o mais racionalmente possível e que, assim, sejamos tão previdentes quanto possamos.”¹⁷⁴

Indiferentes à vida humana, as ideologias ocupam-se com o estudo da história enquanto processo coincidente com os cálculos das suas ideias. As ideias são o instrumento a partir do qual as ideologias podem calcular o resultado do movimento histórico, para tal é utilizada a lógica e o processo de dedutivo. Através do processo argumentativo desenvolvido pela dedução

¹⁷¹ Idem, Ibidem, p. 514.

¹⁷² Idem, Ibidem, p. 517.

¹⁷³ Idem, Ibidem, p. 518.

¹⁷⁴ Hayek, Friedrich A., op. cit., p. 33.

a ideologia adquire o estatuto de “filosofia científica” pela coerência demonstrada que evita qualquer tipo de contradições. Desde a sua formação as ideologias totalitárias mostram-se desinteressadas quer da experiência quer da formação de novas ideias o que significa que o seu interesse prende-se unicamente com processo histórico e não a actualidade ou mesmo com a realidade. Liberto da experiência e da realidade as ideologias totalitárias vão enveredar por uma realidade “mais verdadeira”¹⁷⁵, fechada ao conhecimento e à aprendizagem, que requer um sentido especial para que seja possível aceder a esta. O papel da propaganda totalitária passa justamente pelo objectivo de despertar o sentido em que através do desligar da experiência e da realidade passa a ser compreensível a ideologia totalitária.

Incapaz de ser aceite por si só, a ideologia totalitária irá recorrer a meios de demonstração, que organizam convenientemente os factos a seu favor, como forma de tornar a sua premissa automaticamente aceite e em consequência disso toda a sua posterior argumentação. Uma vez aceites as bases da ideologia totalitária o homem encontrar-se-á sob o domínio daquilo a que Arendt denomina de “tirania da lógica” que representa o oposto da acção humana.

*A tirania da lógica começa com a submissão da mente à lógica como processo sem fim, no qual o homem se baseia para elaborar os seus pensamentos. Através dessa submissão, ele renuncia à sua liberdade interior, tal como renúncia à liberdade de movimento quando se curva a uma tirania externa.*¹⁷⁶

O triunfo da ideologia totalitária verifica-se não perante a convicção dos seus elementos mas sim na suscitada incapacidade de distinguir factos e ficção, certo e errado, o verdadeiro e o falso.

O que é realmente preocupante na questão das ideologias é que qualquer ideologia pode ser adaptada para uso totalitário. Para Arendt, “todas as ideologias contêm elementos totalitários, mas estes só se manifestam inteiramente através de movimentos totalitários – o que nos dá a falsa impressão de que somente o racismo e o comunismo são de carácter totalitário.”¹⁷⁷. A ameaça totalitária não se limita exclusivamente aos países afectados. No entender de Friedrich Hayek as bases que motivaram o desenvolvimento dos regimes totalitários não são algo de raro e único que afectaram unicamente a Rússia e a Alemanha, são algo de comum e que dada a oportunidade poderão ser utilizadas para fins totalitários.

¹⁷⁵ Arendt, Hannah, op. cit., p. 523.

¹⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 525.

¹⁷⁷ Idem, Ibidem, p. 522.

*Agora é um tanto difícil pensar na Alemanha, na Itália ou na Rússia, não como mundos diferentes mas como produtos de uma evolução de ideias que temos compartilhado; é mais fácil e mais confortável, pelo menos no que se refere aos nossos inimigos, pensar que eles são inteiramente diferentes de nós e que aqui não pode acontecer o que lá aconteceu. Contudo, a história destes países nos anos anteriores ao surgimento do sistema totalitário mostra poucos aspectos com os quais não estamos familiarizados.*¹⁷⁸

O triunfo da ideologia totalitária verifica-se não perante a convicção dos seus elementos mas sim na suscitada incapacidade de distinguir factos e ficção, certo e errado, o verdadeiro e o falso.

¹⁷⁸ Hayek, Friedrich A., op. cit., p. 12.

Capítulo III

A Herança Totalitária

“O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente.”

Lorde Acton

As ideologias totalitárias do século XX irão marcar o triunfo da razão sobre a experiência, sobre a história enquanto processo autónomo e sobre a própria vida humana em todas as suas dimensões. Embora seja essencialmente finita, a razão humana será tida pelos movimentos totalitários que surgiram neste período como ilimitada, possível criadora da história, o que resultará num afastamento do homem da vida política e até social, reduzindo-o a um mero espectador do movimento histórico determinado pela lei totalitária. Em função de tudo isto, Arendt considera que a unicidade totalitária não se prende unicamente com o funcionamento e metodologia do próprio sistema político em si, demonstrando também uma ruptura com a tradição quando apuradas as consequências que advêm do totalitarismo.

Tal como ficou patente no final do capítulo anterior, o grande triunfo dos sistemas totalitários dá-se com a destruição da natureza humana, isto é, pela transformação do ser humano numa sombra de si mesmo privando-o da capacidade de agir. Para Arendt agir e pensar andam necessariamente juntos, tal como refere M. J. Cantista, “o pensar não é senão uma acção reflectida”¹⁷⁹. Sob a promessa de um futuro auspicioso onde residem apenas os povos escolhidos, o ser humano reduz-se perante o movimento histórico, deixando de parte a sua condição naturalmente política.

Ainda que com a queda dos sistemas totalitários se tornasse possível ao ser humano retomar a vida humana, tornou-se claro que a experiência totalitária, baseada na ideia de que “tudo é possível”, havia retirado ao ser humano uma inocência que jamais poderia ser recuperada. Este capítulo destina-se a abordar as consequências que resultaram do domínio totalitário e que representam, ainda hoje, uma séria preocupação e um constante problema latente nas sociedades actuais.

¹⁷⁹ Cantista, M.J. – *O Político e o Filosófico no pensamento de Hannah Arendt*, Revista de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II serie Volume XV-XVI Porto 1998-99, p. 50.

Do Mal Radical à Banalidade do Mal

A origem do conceito remonta já a Kant e à primeira parte da sua obra *A religião dentro dos limites da simples razão*. Nesta obra Kant estabelece o mal radical como algo indissociável da noção de liberdade encarando-o como uma predisposição natural do homem resultado da sua inclinação para si mesmo. Para Nádia Souki, a questão do mal radical em Kant tem início no egoísmo humano, na paixão não refreada que surge no isolamento e na solidão.

*Para Lutero, como para Kant o homem é egoísta; é como um galho que se curva sobre si mesmo retornando a seu ponto de origem. Por outro lado, como o mal, a curvatura é radical, mas não é definitiva, desde que os homens se endireitem no jogo das paixões. Para Kant, o homem é curvo por natureza, mas pode ser reparado através da sociabilidade. O homem é curvo como ponto de partida.*¹⁸⁰

Com isto Kant demarca-se da tradição filosófica ocidental segundo a qual o mal seria ausência de bem, a negatividade. O mal pode derivar de vários estágios, não podendo assim ser reduzido a uma única condição, ou seja, mesmo o pior ser humano possui uma disposição natural para o bem, “a lei moral como princípio objectivo do agir em todo o ser racional”¹⁸¹, o mal resulta da fraqueza da própria natureza humana. Para Kant o mal encontra-se dentro dos limites da própria razão, resulta não da ausência de bem mas da oposição ao bem possibilitada pelo uso da razão.

*A filosofia prática de Kant rompe, também, com a tradição moral do Ocidente ao fundar a moral a partir da razão pura, na medida em que esta, enquanto faculdade legisladora, isto é, uma faculdade que dá a si mesma sua lei, dá, assim, ao homem, uma lei universal (a lei moral), uma lei que tem a forma de um imperativo categórico. Ao fundar a moral nestes termos, Kant procura ressaltar a autonomia da vontade.*¹⁸²

¹⁸⁰ Souki, Nádia – *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, 1998, 1ª Edição, Editora UFMG, Belo Horizonte, p. 18.

¹⁸¹ Correia, Adriano – *O conceito de Mal Radical*, Revista Trans/Form/Ação Vol. 28 Nr. 2, São Paulo, 2005, p. 90.

¹⁸² Souki, op. cit., p. 19.

Segundo o pensamento kantiano a essência do mal encontra-se inscrita na própria natureza humana. Embora exista uma predisposição para o bem, esta poderá ser ultrapassada pela inclinação humana, em outras palavras, está presente a vontade boa mas falta a realização. Este será o primeiro estágio do mal radical, marcado pela fragilidade da natureza humana. Esta propensão para o mal existente na natureza humana relaciona-se desde logo com a liberdade do acto em si que permite o desvio das máximas da lei moral. Dentro das inclinações ou propensões da natureza humana Kant considera existirem três variantes. O primeiro e mais baixo grau é justamente o da fragilidade humana que já aqui referimos, este é caracterizado pela natural fraqueza humana verificada perante as tentações que influenciam a capacidade de decisão humana. O segundo nível diz respeito à impureza do coração descrita como a tendência para adicionar motivos não morais aos motivos morais. A acção é, neste segundo estágio, desempenhada conforme o dever mas não pelo dever como se a lei moral por si só não fosse suficiente. A máxima da acção não é puramente moral. O último grau é constituído pela maldade, corrupção ou perversidade do coração humano. Neste nível existe uma inversão da ordem moral adoptando uma máxima que coloca a lei moral subordinada a motivos não morais que resultam de inclinações ou desejos. Sobre este aspecto Kant deixa claro que uma acção neste sentido pode até ser concordante com a lei, no entanto, será sempre má uma vez que a sua origem, assente na auto-satisfação, estará corrompida.

O que distingue um homem bom de um homem mau não é propriamente o conteúdo do que cada um admite em suas máximas, mas a ordem de subordinação que um ou outro admite como princípio supremo de determinação de todas as máximas; ou seja, um homem só é verdadeiramente mau quando reverte a ordem dos motivos, quando submete a lei moral a uma lei do amor-próprio ou da felicidade.¹⁸³

O mal nunca é absoluto pois não é capaz de destruir a lei moral nem de suprimir totalmente a disposição para o bem. Para Kant não existe no homem uma vontade má simétrica à vontade boa, existe sempre um limite do qual o mal não é capaz de transpor. “Para Kant, o mal radical está aderido à nossa existência ordinária, não sendo jamais um abismo de malignidade.”¹⁸⁴ Será justamente na questão do limite da maldade do ser humano que reside o ponto de discordância com Kant e Arendt, já que a autora considera que o horror totalitário foi capaz de quebrar todas as barreiras denunciadas no pensamento kantiano.

¹⁸³ Correia, op. cit., p. 91.

¹⁸⁴ Souki, op. cit., p. 27.

*Ao tornar-se possível, o impossível, passou a ser o mal absoluto, impunível e imperdoável, que já não podia ser compreendido nem explicado pelos motivos malignos do egoísmo, da ganância, da cobiça, do ressentimento, do desejo do poder e da covardia; e que, portanto, a ira não podia vingar, o amor não podia suportar, a amizade não podia perdoar.*¹⁸⁵

Para Arendt o fenómeno totalitário iria revelar um novo tipo de mal que não pode ser explicado pela tradição filosófica, pela teologia cristã nem mesmo pelo pensamento kantiano uma vez que este “mal absoluto” representava uma nova forma de perversidade que rompe com tudo o que existia até então. Este mal radical tem origem no sistema através do qual todo o ser humano se torna “supérfluo”. Com o totalitarismo, o ser humano abandona a sua natureza humana tornando-se uma peça do movimento cuja absorção neste último ultrapassa qualquer padrão moral ou social. Como repórter do *New Yorker*, Arendt tem a oportunidade de assistir ao julgamento de Eichmann, um oficial nazi que participou activamente no processo que hoje conhecemos como “a solução final”. Nas diversas sessões do julgamento a autora verifica que não está perante um ser particularmente malévolo, Adolf Eichmann não seria a representação do monstro que a imprensa da altura passava para o mundo. Invés disso tratava-se de uma pessoa aparentemente normal cuja principal particularidade seria a sua “banalidade”, isto é, o seu “afastamento de pensamento”.

*Sua personalidade destacava-se unicamente por sua extraordinária superficialidade. Por mais extraordinários que fossem os actos, neste caso, o agente não era nem monstruoso, nem demoníaco; a única característica específica que se podia detectar em seu passado, bem como em seu comportamento, durante o julgamento e o inquérito policial que o precedeu, afigurava-se como algo totalmente negativo: não se tratava de estupidez, mas de uma curiosa e bastante autêntica incapacidade de pensar.*¹⁸⁶

O que Arendt passa a ter em conta é que Eichmann seria apenas um dos muitos modelos de “homem totalitário” produzidos pelo totalitarismo, a base deste novo tipo de mal radical baseava-se na política.

¹⁸⁵ Arendt, Hannah – *Origens do Totalitarismo*, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 510.

¹⁸⁶ Souki, op. cit., p. 88.

Convém aqui referir que, de acordo com Nádia Souki, não existe uma incompatibilidade entre o conceito de mal radical kantiano e a versão de Arendt. Será a própria Arendt a deixar claro que Kant, embora não pudesse depreender o mal radical em toda a sua plenitude devido a condicionantes históricos e temporais, terá suspeitado que tal mal pudesse tornar-se possível. Nas próprias palavras da autora Kant terá sido “o único filósofo que, pela denominação que lhe deu, ao menos deve ter suspeitado de que tal mal existia”¹⁸⁷.

*Em uma obra de 1797, Doutrina da virtude, cinco anos após ter escrito o Ensaio sobre o mal radical, Kant interroga se é possível o homem mentir para si mesmo e conclui que isso é fácil de se constatar, mas difícil de se explicar. Este facto nos leva a afirmar que o homem, ser noumenal, pode servir de si mesmo como ser fenomenal, assim como de uma simples máquina que fala, sem colocar sua fala de acordo com os seus pensamentos.*¹⁸⁸

Com isto parece de facto haver já em Kant uma aproximação ao homem supérfluo descrito por Hannah Arendt, existe já uma preocupação com a capacidade humana de se ficar alheio ao pensamento e à própria realidade. Em ambos pensadores o mal não possui a sua origem ser humano, trata-se de algo possível pela sua liberdade, bem e mal são possibilidades humanas radicais.

Para Arendt o mal diz respeito ao isolamento ou à “ignorância acerca de si próprio e do mundo”¹⁸⁹. Trata-se justamente da covardia de não pensar que tal como vimos foi o principal objectivo totalitário tornando os homens em seres supérfluos, não pensantes.

A banalidade do mal (...) não significa que o mal cometido seja banal, mas que, infelizmente, o mal não é cometido por grandes criminosos, havendo excepção, mas por aqueles que se podia crer serem pessoas honestas, honestos pais de família, como ela o diz, e potencialmente por cada um de nós, se ele/ela não exerce completamente sua vigilância e sua faculdade de julgar. (...) O crime não está somente no facto de abster-se de julgar e de decidir, de tomar partido. A banalidade do mal é o mal da covardia, que nos leva a afastar-nos do assassinato dos nossos próprios vizinhos como se

¹⁸⁷ Arendt, op. cit., p. 510.

¹⁸⁸ Souki, op. cit., p. 35.

¹⁸⁹ Cantista, M. J. – *O mal: Sua banalidade e radicalidade em Hannah Arendt*, Revista da Faculdade de Letras: Filosofia, série II, Vol.18, Porto, 2001, p. 21.

*não nos dissesse respeito. E mais, que se “deixe fazer”, fechando-se sobre o único cuidado de si.*¹⁹⁰

Em Arendt o mal é antes de mais o resultado da privação da vida pública ao homem. A banalização deste mal e a sua consequente radicalização chegam pelas mãos de um sistema político empenhado em terminar com a capacidade humana de começar algo de novo e desta forma com a própria liberdade. O totalitarismo como já aqui referimos no capítulo anterior procura destruir o mundo real substituindo-o progressivamente pelo seu mundo ilusório e fictício, onde o homem, como forma de garantir o sucesso dos ideais do movimento, é transformado num ser apático, não pensante, um simples executor das suas funções, em outras palavras desumanizado.

*O mal anda assim de mãos dadas com o reino da necessidade, seja porque esta não permitiu ainda o acesso ao mundo (na sua condição de zoé), seja porque também ela assinou o veredicto da sua exclusão, tornando-o supérfluo no totalitarismo. Mal e não-mundo são, portanto sinónimos para H. Arendt.*¹⁹¹

Recorrendo uma vez mais ao período da Antiguidade Grega, Arendt estabelece as condicionantes impostas pela própria Natureza como o primeiro mal com o qual todo o ser humano se depara. Segundo Maria J. Cantista, Arendt possui a este respeito uma visão pessimista sobre a Natureza considerando-a uma opressora do homem no sentido em que lhe impõe constantemente a necessidade. Esta segue o seu percurso indiferente ao ser humano, sujeitando-o às suas condicionantes desde o seu nascimento até à morte, limitando desta forma a vida e a liberdade humana. Existe assim no pensamento arendtiano uma clara oposição entre a Natureza e a necessidade que esta impõe ao homem, e a vida humana da qual a liberdade é condição indissociável.

De acordo com a tradição política grega, o trabalho tido como necessário, isto é, o *labor* que resulta da necessidade de subsistência é escravizador do homem no sentido em que impede que este possa usufruir da sua condição de homem naturalmente político. Seria justamente em função deste tipo de pensamento que os gregos atribuíam aos escravos o trabalho associado à manutenção da vida. Garantida a superação das necessidades impostas pela Natureza o homem estaria livre para aceder à vida humana. A autora deixa claro que mesmo no caso do trabalho imprescindível para a sobrevivência do homem é possível encontrar vestígios da liberdade que se revelam aquando a satisfação das necessidades vitais. Para Arendt a Natureza não constitui o

¹⁹⁰ Collin, Françoise – *A banalidade do mal é o mal da covardia*, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 206, São Leopoldo, 27 de Novembro de 2006, p. 14.

¹⁹¹ Cantista, M.J. op. cit., p. 20.

ponto intermédio entre o homem e o mundo pois a natureza funciona como limitadora da dimensão essencialmente humana, isto é, a política. No entanto a autora considera existirem casos onde a Natureza se torna o único refúgio do Homem. Este é o caso do *pária* que se vê excluído da sociedade.

Esta concepção acabrunhante de natureza patenteia-se na noção arendtiana de pária. Destituído de todos os direitos jurídicos, sem nação, nada resta mais ao pária senão a natureza como consolo. Mas, se o pária cede à tentação deste exclusivo refúgio, cava a sua auto-alienação, a privação de todos os direitos humanos, isto é, a sua vigência público-política. Daí que, para a autora o primeiro dos direitos humanos seja o direito de pertença a uma Nação.¹⁹²

A sociedade revela-se fundamental para a realização plena da vida humana que depende sempre do contacto com outros seres humanos. Sem esta o ser humano acaba por perder a sua identidade, mesmo podendo procurar estabelecer uma relação com a Natureza, esta acabará por se mostrar indiferente pois segue inevitavelmente o seu curso sem se deixar alterar por qualquer circunstância decorrente da vida humana.

O segundo tipo de mal que segundo Maria José Cantista podemos encontrar no pensamento de Arendt está directamente relacionado com o fenómeno totalitário. No seu entender, e contrastando assim com o pensamento de Popper, o totalitarismo embora possua algumas semelhanças com as tiranias, marca uma total ruptura com a tradição política pelo seu esforço em destruir totalmente o pensamento e como tal o próprio discurso intrinsecamente associado ao pensamento segundo os padrões arendtianos. “Se é certo que a tirania moderna lhe prepara o terreno, também é certo existir entre elas uma diferença qualitativa abissal.”¹⁹³

Para Arendt este mal é resultado de um processo filosófico que, de Platão até Heidegger, exalta o abstracto e a verdade lógica em detrimento da acção. Tudo isto reflectiu-se no próprio desempenho filosófico que passou a enveredar pelo cumprimento de procedimentos previamente estabelecidos, reduzindo cada vez mais a importância do pensamento e sua autonomia, aspectos característicos da natureza humana. Desta forma, os processos de “verdades lógicas” que viriam a culminar o processo de afirmação totalitária representam o mal da ausência de pensamento que caracterizava o modelo do “homem totalitário”. Tal como ficou presente no relatório feito por Arendt a Adolf Eichmann, o efeito do totalitarismo no ser humano manifestava-se pela inexistência de vontade e pensamento que, sob o domínio da lógica totalitária, realizavam qualquer tipo de função, por mais atroz que fosse, sem a mínima

¹⁹² Idem, Ibidem, p. 24.

¹⁹³ Idem, Ibidem, p. 25.

hesitação ou questionamento. Como já aqui referimos no final do capítulo anterior, a educação totalitária não se preocupava com a formação de indivíduos fervorosos na defesa dos ideais totalitários, a principal função do seu domínio era evitar que os indivíduos pensassem.

Parece-nos importante voltar aqui a realçar a novidade que este tipo de mal representa. A originalidade do mal descrito por Arendt assenta no facto deste residir na esfera política. Desde a criação do mito de Pandora ou de Eva e do “pecado original” onde o mal é reflexo da vontade divina que se estabelece como uma escolha possível entre os seres humanos, passando pela explicação do mal como a ausência de bem utilizada pela tradição filosófica anterior a Kant (Agostinho, Leibniz) e por ele rejeitada por considerar que o mal não podendo ser reduzido apenas à negatividade deveria ser entendido como algo que se encontra dentro dos limites da razão, a questão da origem e natureza do mal nunca havia sido considerada como um assunto de natureza política. O mal que resulta do totalitarismo, assim como o próprio fenómeno totalitário, não pode ser explicado através da tradição pois representa uma ruptura com todas as anteriores concepções, no nosso entender ao denominar o mal totalitário de “radical” Hannah Arendt pretende não só chamar à atenção para a quebra com a tradição pretende também realçar a motivação extrema que se encontra associada a este novo tipo de mal. Contrariamente a todas as outras abordagens da noções de mal que se revelavam passageiras, isto é, possuíam motivações concretas e limitadas, o mal totalitário enquanto condutor da causa totalitária não assume um limite estabelecido, existirá enquanto existir movimento totalitário como forma de governo e de conquista que não terminará com o fim do mundo não-totalitário, invés disso acabará, em última instância, por destruir a vida humana.

Tal como já aqui referimos apenas Kant havia suspeitado que tal mal pudesse existir, mesmo considerando insustentável uma acção moralmente indiferente (*adiaphoron morale*) por entender que esta seria “uma acção resultante simplesmente de leis naturais, sem nenhuma relação, portanto, à lei moral como lei da liberdade”.¹⁹⁴ O que parece separar este novo tipo de mal de todos os outros que haviam sido descritos é o facto deste assentar num mecanismo ideológico capaz de suprimir o pensamento humano a tal ponto que os seus intentos e desígnios serão praticados livremente por homens “comuns” sem qualquer tipo de motivação pessoal, reflexão dos seus actos ou consideração pelas suas vítimas. Para estes indivíduos o facto de se considerarem inseridos num movimento que pretende construir a história dos povos e do mundo é justificação mais do que suficiente para a sua abstenção de pensamento e para que estes considerem que não lhes possa ser imputada qualquer parte de culpa, uma vez que apenas o Líder é detentor da capacidade de discernir entre o que é favorável e desfavorável para o movimento, escolher entre o bem e o mal.

¹⁹⁴ Kant, Immanuel – *A Religião nos limites da Simples Razão*, ed. da Universidade da Beira Interior, trad. Artur Morão, Covilhã, Lusosofia, 2008, p. 27.

Após terem sido sujeitos a toda uma série de exames destinados a determinar o seu estado mental, os indivíduos responsáveis pelos mais malévolos actos cometidos contra seres humanos não constituem exemplares particularmente sádicos ou maldosos, assim como não reflectem quaisquer princípios de insanidade. Durante todo o julgamento de Eichmann foi testemunhada a sua dedicação à família, a sua boa conduta social e a sua obediência à lei o que não seria de esperar de uma pessoa capaz de planejar tão malévolos ardil como o plano de genocídio conhecido como “solução final”. As suas acções, assim como as de qualquer exemplar de “homem totalitário”, não se baseiam nem no seu fanatismo nem na sua moral mas sim no cego e automático cumprimento de ordens. Se por um lado podemos considerar relevante para a discussão os argumentos da punição por assumida oposição, ou da simples desobediência ao sistema totalitário, estes argumentos não justificam a total ausência de remorso e consciência verificados nos representantes totalitários. O que se procura aqui destacar é a aceitação inquestionável de ordens e do seu cumprimento sob o signo da coerência lógica, a superfluidade do homem totalitário.

Relativamente a esta questão podemos ainda concluir que esta incapacidade de pensamento representa uma confirmação da singularidade totalitária. Ainda que o mal totalitário, caracterizado como necessitarismo ideológico imposto ao ser humano pelo próprio movimento, possua a sua origem na importância e no prestígio que a abstracção e a verdade lógica vieram gradualmente a conquistar desde a ruptura entre Filosofia e Política, não podemos deixar de ter em conta que o mal da ausência de vontade e pensamento dever-se-ão também ao facto de estarmos perante algo até então desconhecido do qual não havia qualquer registo. Por outras palavras nunca até então havia sido possível proceder à completa destruição do espaço naturalmente humano, o campo político onde a identidade humana e a liberdade se revelam completamente. Pela primeira vez na história um sistema ideológico voltava-se contra o próprio ser humano mostrando-se indiferente, à semelhança da descrição arendtiana de Natureza. O seu resultado, como o de qualquer novidade, quando inserido no processo histórico só é totalmente visível na sua realização e não antes. Desta forma o vazio de pensamento de que foram alvo as populações dominadas pela ideologia de cariz totalitário foi também capaz de afectar o próprio mundo não-totalitário que, embora não fosse directamente afectado pelos métodos totalitários, não foi capaz de reagir prontamente em defesa do ser humano, dada a ausência de tradição e sua consequente inexplicabilidade. Todo o processo totalitário é marcado pela novidade não apenas enquanto sistema político mas também, e principalmente, como fenómeno devastador do pensamento humano.

A terrificante originalidade do totalitarismo não se refere a uma nova “ideia” que apareceu no mundo, mas a actos de ruptura com toda a nossa tradição. (...) O mais assustador, pois, na ascensão

*do totalitarismo não é a novidade do fenómeno, mas o facto de que ele põe em evidência a ruína de nossas categorias de pensamento e de nossos critérios de julgamento.*¹⁹⁵

O retorno à política

Independentemente das diferenças existentes entre as noções de mal radical de Kant e Arendt, parece-nos claro que em Arendt, tal como no pensamento kantiano, as questões do mal radical e da sua superação estão indissociavelmente relacionadas com o próprio ser humano no sentido em que ambas derivam dele. Podemos encontrar em ambos os pensadores o apelo à superação colectiva do mal pela transformação do próprio querer, isto é, a uma revolução da mentalidade que todo o ser humano tem o dever de realizar. “Esse dever é, portanto, é especial não de homens diante de homens mas do género humano diante de si mesmo.”¹⁹⁶ O mal, entendido como uma degeneração, uma perversão da natureza humana, é um problema inerente a todo o ser humano e como tal jamais poderá ser reduzido ao plano individual.

*Para combater o mal não é possível enfrentá-lo como a um objecto, mas, como estamos envolvidos no processo de superá-lo, temos que procurá-lo dentro de nós mesmos. (...) O sentido do mal radical não se limita somente à sua descoberta, mas também à revelação de sua função positiva. Sua dialéctica, que mostra apoio sólido, radical, no optimismo histórico de Kant.*¹⁹⁷

Hannah Arendt parece aqui partilhar do optimismo demonstrado por Kant quando este considera que o esforço demonstrado pelo ser humano em vencer o mal representa a humanização, o regresso à origem. Para a autora o triunfo sobre a herança totalitária só será possível através do pensamento, tornando-se essencial estabelecer um “diálogo consigo mesmo” tal como Sócrates havia proposto. É da responsabilidade de cada ser humano, inserido no mundo com outros seres que partilham da sua condição, refutar a “necessidade, a irreabilidade e a desaparecimento do pensamento”¹⁹⁸, problemas legados pelo fenómeno totalitário.

¹⁹⁵ Souki, Nádia – *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, 1998, 1ª Edição, Editora UFMG, Belo Horizonte, p. 44.

¹⁹⁶ Idem, Ibidem, p. 29.

¹⁹⁷ Idem, Ibidem, p. 30.

¹⁹⁸ Cantista, M.J. op. cit., p. 28.

A principal sugestão apontada por Arendt, na tentativa de solucionar os problemas do mundo pós-totalitário, passa por um regresso do homem a si mesmo, à sua condição de ser naturalmente político. Esse retorno à política só poderá ser bem sucedido através da adopção de uma atitude inconformista perante os problemas com que o homem se depara no quotidiano visto que o campo político, espaço da acção tida pela autora como irreversível e imprevisível, é ao mesmo tempo fonte de grandeza e miséria. Em outras palavras o que nos é aqui proposto é o retorno ao momento anterior à passagem da acção, previamente entendida como *agere* (pôr em movimento), a *archeim* (começar, governar). Esta transformação que almejava à redução do carácter imprevisível e irreversível da acção através da criação de limitações para a esfera do negócios humanos marca o instante a partir do qual a acção, que até então dizia respeito a todo o ser humano, passa a ser função do governante. O que se encontra aqui em causa não diz respeito ao estabelecimento de corpos políticos, uma vez que estes são segundo a autora fundamentais para a “estabilidade dos negócios humanos”¹⁹⁹, a questão centra-se na “exclusividade” da acção voltada apenas para o “especialista” que à imagem do exemplo do rei filósofo de Platão é tido como o mais capaz para o seu desempenho.

Relativamente à questão da imprevisibilidade e irreversibilidade, Arendt considera que estes dois aspectos da acção humana podem ser atenuados por via do perdão e da capacidade de prometer e cumprir promessas. O perdão permite ao ser humano não só desfazer actos passados, mas também libertar a própria acção de um evento passado que de outra forma nunca nos conseguiríamos desatar. Trata-se de uma reacção inesperada, o oposto da violência, é a capacidade de recomeçar. Segundo a autora o perdão é pela primeira vez associado à esfera dos negócios humanos por Jesus de Nazaré que considera que o ser humano que perdoa pode esperar ser perdoado. Já a promessa atende ao carácter da imprevisibilidade permitindo conferir à acção humana continuidade e durabilidade. Corresponde à impossibilidade de prever todas as consequências da acção uma vez que esta é realizada no seio de comunidades habitadas por elementos todos eles detentores da capacidade de iniciar algo de novo. Ambas as faculdades dependem naturalmente da pluralidade.

Em Arendt a política é o exercício da acção comum, “reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma”²⁰⁰, é a coragem de agir como directa oposição à banalidade do mal entendido como o mal da covardia. No pensamento arendtiano a Política já não possui como objectivo a sobrevivência como acontecia com Hobbes. O projecto político de Arendt adopta claramente uma ambição de retomar o “viver bem” originário da antiguidade grega sendo para isso necessário contrariar a despolitização do mundo moderno. Ainda que a solução proposta por Arendt tenha início na interioridade através do pensamento e da vontade, a autora deixa

¹⁹⁹ Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1ª Edição, Lisboa, Relógio d’ Água Editores, 2001, p. 241.

²⁰⁰ Torres, Ana – *O sentido da política em Hannah Arendt*, Revista Trans/Form/Ação, Vol. 30 Nr. 2, São Paulo, 2007, p. 236.

claro que estes são por si só insuficientes sem a revelação do agente no discurso e na acção. Em outras palavras é unicamente no espaço público que o ser humano pode aspirar à liberdade e ao reconhecimento.

*Compreende-se, então, porque Arendt considera a liberdade e acção política como sinonimas, haja vista que não é enclausurando-se em si mesmo, utilizando-se unicamente da capacidade de pensar ou de querer, que um individuo passa a ser livre, a liberdade existe onde a condição plural do homem não seja desconsiderada, sendo nada mais que a acção, em outras palavras, o individuo só é livre quando está agindo, nem antes nem depois.*²⁰¹

A pluralidade humana no sentido arendtiano possui o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se os homens não fossem diferentes não seria necessário o discurso e a acção para estabelecer entendimento, se não fossem iguais não seriam capazes de compreender-se entre si ou fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. A acção sem revelação do agente no acto passa a ser um meio de atingir um fim passa a ser comparada à fabricação. Revelando-se o ser humano é capaz de mostrar quem realmente são, revelam *quem* são (por oposição a *o que*). Sobre esta questão Arendt considera que embora a revelação torne visível e inconfundível para os outros “o quem”, este permanece invisível para o agente revelador à semelhança do *daimôn* da religião grega que seguia atrás de cada homem durante toda a vida olhando-lhe por cima do ombro de modo que só era visível para os que estavam à sua frente.

A liberdade e acção dependem da pluralidade, o homem é livre agindo entre os homens. Daqui podemos concluir que acção e liberdade se relacionam pois para Arendt a liberdade resulta da capacidade humana de começar, do agir. De acordo com Nádia Souki, esta noção de liberdade terá sido influenciada pelo pensamento de Santo Agostinho para quem “Deus criou o homem para introduzir no mundo a faculdade de começar: a liberdade.”²⁰². Casos como os de Oskar Schindler, que fazendo uso dos meios à sua disposição foi capaz de em plena Segunda Guerra Mundial salvar cerca de 1200 judeus do extermínio, ou do movimento anti-nazista Rosa Branca constituído por Sophie e Hans Scholl e Cristoph Probst que se manifestou activamente contra o regime nazi, demonstram que mesmo em situações onde a liberdade parece impossibilitada de atingir toda a sua dimensão (a política), esta encontra-se presente ainda que oculta. Para Souki a liberdade “permanece presente, mesmo quando a vida política se tornou

²⁰¹ Idem, Ibidem, p. 238.

²⁰² Souki, op. cit. , p. 41.

petrificada e a acção política impotente para interromper processos automáticos.”²⁰³. Realçando a importância dos valores éticos e religiosos, a principal crítica que M. J. Cantista dirige à análise arendtiana diz respeito justamente a este tipo de comportamentos que no seu entender demonstram que a vida humana pode ser considerada tendo por base princípios que não sejam necessariamente os políticos.

*Isso significa que a subjectividade pode exibir uma vida animada por valores mais altos do que os políticos – concretamente os religiosos –, não apartados, mas comprometidos no mundo; valores capazes de se opor ao mal e de remar contra os seus horrores.*²⁰⁴

Influenciada pelo pensamento de Nietzsche e de Heidegger, Hannah Arendt procura rejeitar a apatia generalizada nas sociedades de massas, assim como a transformação do ser humano em “matéria-prima”. Segundo André Duarte a influência nietzschiana passa pela recusa do conformismo e do determinismo impostos ao homem nas sociedades de massa.

*É impossível não referir tais teses nietzschianas às críticas de Arendt à apatia conformista das sociedades administradas de massa, nas quais a capacidade humana para agir espontaneamente foi substituída pelo mero comportamento, em sua monótona previsibilidade repetitiva e normalizada.*²⁰⁵

Quanto a Heidegger a sua presença fica marcada pela denúncia da instrumentalização da qual o ser humano é alvo na modernidade. André Duarte considera que o grande contributo de Heidegger para a análise formulada por Arendt da herança totalitária pode ser encontrado no texto *Die Überwindung der metaphysik*²⁰⁶.

Nele, Heidegger já afirmava que o trabalho alcançara no presente “o estatuto metafísico da objectivação incondicional de

²⁰³ Idem, Ibidem, p. 41.

²⁰⁴ Cantista, M.J. op. cit., p. 31.

²⁰⁵ Duarte, André – *Hannah Arendt e a Modernidade: Esquecimento e Redescoberta da Política*, Revista Trans/Form/Ação, Vol. 24 Nr. 1, São Paulo, 2001, p. 261.

²⁰⁶ Texto de 1951 publicado posteriormente em *Vorträge und Aufsätze* em 1954 composto de material escrito entre 1936 e 1946.

*tudo”, transformando o homem em matéria-prima ou mero recurso humano para os mais diversos agenciamentos tecnológicos.*²⁰⁷

Para a autora mesmo no “deserto” da modernidade é possível vislumbrar ilhas de esperança. Arendt destaca as revoluções como o maior exemplo de esperança uma vez que estas representam a reapropriação da política por parte dos cidadãos através de actos e palavras. A proposta que Arendt nos deixa assenta na participação “horizontal” da política, em outras palavras a política enquanto actividade humana de todos os seres humanos por directa oposição ao sistema “vertical” onde apenas alguns participam da actividade política. Não se trata da eliminação das democracias parlamentares, o que Arendt propõe é criação de um sistema de conselhos, um alargamento do espaço político. “Não se trata de incluir a todos directamente, o que seria impossível, mas de multiplicar os espaços públicos a fim que mais pessoas possam participar da política em diversos níveis.”²⁰⁸ Consciente da dificuldade que tal proposta representa, Arendt deposita a sua esperança na capacidade iniciadora humana como dissipadora da escuridão que se abateu sobre o ser humano no passado. Para a autora será através da consciência do seu potencial político e da responsabilidade que cada ser humano possui para consigo mesmo e para com os outros seus semelhantes em participar activamente do espaço publico que poderão dissipar-se as nuvens do terror e da opressão.

²⁰⁷ Idem, Ibidem, p. 263.

²⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 268.

Epílogo

A originalidade do seu pensamento e a sua visão inconformista são aspectos que projectam Hannah Arendt para a esfera dos mais importantes pensadores políticos do século XX. Ainda que no seu tempo não lhe tenha sido imediatamente reconhecida a importância e a originalidade da sua análise, sendo mesmo criticada pelas suas observações políticas controversas, as suas reflexões sobre os eventos políticos da altura e do impacto que estes tinham nas sociedades viriam a garantir-lhe o respeito e a admiração das mais importantes elites intelectuais. Contrariando a tendência da sua época em analisar os fenómenos atendendo à sua derivação económica e social, Arendt opta por uma abordagem crítica e singular, reafirmando a importância da Política considerada em si mesma. O carácter inovador do seu pensamento ficaria demonstrado na análise que traça para o fenómeno totalitário assim como para o mal radical que dele deriva. Independentemente das críticas de que o seu pensamento foi alvo, consideramos ser fundamental para o entendimento da sua posição acerca do totalitarismo ter em conta a sua obra como um todo visto que a grande maioria das críticas que lhe foram dirigidas demonstram derivar de leituras parciais e supérfluas dos seus textos.

A sua reflexão acerca da novidade totalitária tem início na crítica da concepção moderna de história enquanto processo autónomo dotado de sentido à qual Arendt contrapõe a sua interpretação do conceito de história separando a acção humana da narração da história em si mesma. Para a autora a acção humana pela sua capacidade inovadora, é criadora das condições para que sejam criados relatos dos seus feitos. Arendt considera que a originalidade do movimento totalitário reside na substituição da possibilidade da acção humana pela lei do movimento. Até então as análises políticas que se haviam ocupado da questão totalitária consideravam o Totalitarismo como uma outra forma autoritária de governo situando-o entre os demais numa hierarquia de sistemas conhecidos, diferenciados pelas suas variações ao nível da organização política mas sobretudo pelo seu grau de coerção. Arendt rejeita esta simplificação do fenómeno totalitário considerando que estaríamos perante um sistema sem precedentes que ameaçava por fim à própria experiência política. No seu entender trata-se do culminar de um processo que teve início no julgamento de Sócrates e na consequente tentativa de substituir a espontaneidade pela fabricação, a experiência pela ideia.

Na sua tentativa em demonstrar a novidade totalitária Arendt defende que ao contrário do que acontece com os tradicionais sistemas políticos autoritários o poder não se encontra separado do corpo político mas sim fragmentado. Enquanto nos sistemas despóticos a liderança encontra-se isolada no topo, já no caso totalitário o poder deriva do próprio movimento representado pela figura do Líder que estabelece o seu domínio através de uma teia que envolve

todas as camadas do movimento. Embora este modelo adoptado pelos sistemas totalitários reduza significativamente a eficácia no que ao cumprimento de ordens diz respeito, revela-se importante para fazer valer o controlo totalitário junto da sociedade, atribuindo credibilidade ao ilusório mundo totalitário.

No entender da autora é justamente através deste mundo fictício onde o ser humano desprovido das relações humanas obedece à lei do movimento, entendida como encarnação da lei histórica ou da natureza. Para Arendt será esta manipulação da realidade, substituindo o mundo real pela ilusão, a origem daquilo a que ela chama de mal radical, isto é, o efeito totalitário no Homem, a capacidade de o desprover da capacidade de agir, reflectir, julgar e sentir envolvendo-o no movimento enquanto supérfluo executor da vontade totalitária. Rejeitando a inocência proclamada pelos exemplos dos oficiais nazis levados a julgamento após a Segunda Grande Guerra, Arendt procura deixar claro que a superação do mal radical apenas poderá ser conseguida através do exercício do juízo e da responsabilidade aos quais nenhum ser humano se deverá mostrar indiferente mesmo sob o domínio de um sistema tão eficaz no uso do terror como foi o caso totalitário.

Esta tomada de posição vai de encontro à posição inconformista de Arendt e ao apelo à participação política que procura promover. Arendt procura demonstrar que as catástrofes que assolaram a humanidade no século XX não são fruto da Política mas sim o resultado do seu descrédito. O grande objectivo das reflexões políticas arendtianas passa pelo persistente destaque da importância da liberdade e responsabilidade política e pelo esforço em desmistificar a falaciosa imagem da Política, entendida nas sociedades modernas como o domínio de uns sobre os outros tendo por base o interesse privado em detrimento do interesse comum. Mantendo-se coerente com a sua proposta, Hannah Arendt não coloca em evidência um sistema de pensamento político em favor de outros. Invés disso procura realçar e justificar as condições básicas e fundamentais da Política enquanto actividade essencial humana, tais como a pluralidade, a liberdade ou a responsabilidade, deixando ao leitor a tarefa de realizar, por si mesmo, uma reflexão sobre a Política.

As suas obras, redigidas numa linguagem clara e directa levam o leitor a questionar-se sobre a importância e responsabilidade que cada um possui no mundo que ocupamos em conjunto. Talvez por esta razão os seus textos fossem já no seu tempo tidos como “incómodos” visto que não se limitam a informar visando também a reflexão por parte de quem os lê. Esta tarefa que nos parece pretender retomar o diálogo interior defendido por Sócrates, é já a acção entendida no seu termo arendtiano, é o primeiro passo para que seja possível ao ser humano combater a apatia e retomar a felicidade e a liberdade resultado da participação no espaço comum entre os homens, a vida política, que passou a ser subestimada a partir da separação entre a Filosofia e a Política e que se viu ameaçada de extinção pelo fenómeno totalitário. Mais do que uma singular e inovadora reflexão sobre o sistema totalitário, Hannah Arendt destaca-se

também pelo seu inspirador apelo à acção enquanto forma de combater o carácter depreciativo normalmente associado à Política que ainda hoje assola a nossa sociedade, tornando todo o pensamento arendtiano actual.

Referências Bibliográficas

Obras:

Arendt, Hannah – *A Condição Humana*, 1ª Edição, Lisboa, Relógio d' Água Editores, 2001;

Arendt, Hannah – *Origens do Totalitarismo*, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2007;

Arendt, Hannah – *Eichmann em Jerusalém – Uma reportagem sobre a banalidade do mal*, 2ª Edição, Lisboa, Tenacitas, 2004;

Arendt, Hannah – *Da Violência*, trad. Maria Drummond, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985;

Aurélio, Diogo Pires – *Razão e Violência*, 1ª Edição, Lisboa, Editora Prefacio, 2007;

Geary, Patrick – *O Mito das Nações – A Invenção do Nacionalismo*, 1ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2008;

Thiesse, Anne-Marie – *Criação das Identidades Nacionais*, 1ª Edição, Lisboa, Memórias do Mundo, 1999;

Hayek, Friedrich A. – *O Caminho da Servidão*, 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Globo, 1977;

Souki, Nádia – *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, 1998, 1ª Edição, Editora UFMG, Belo Horizonte;

Popper, Karl R. – *The Open Society and its Enemies*, vol. 1, tr. It., di Renato Pavetto a cura di Dario Antiseri, La Società Aperta e i suoi Nemici, Roma, Armando Editore, 2002;

Kant, Immanuel – *A Religião nos limites da Simples Razão*, ed. da Universidade da Beira Interior, trad. Artur Morão, Covilhã, Lusosofia, 2008;

Artigos:

- Costa Pinto, António – *Elites, Partido Único e Decisão Política nas Ditaduras da Época do Fascismo*, Lisboa, Revista Penélope Nr. 26, 2002;
- Disch, Lisa – *A crise da participação política*, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 206, São Leopoldo, 27 de Novembro de 2006;
- Milovic, Miroslav – *Arendt. O optimismo pensando a dignidade da política*, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 206, São Leopoldo, 27 de Novembro de 2006;
- Collin, Françoise – *A banalidade do mal é o mal da covardia*, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 206, São Leopoldo, 27 de Novembro de 2006;
- Cantista, M.J. – *O Político e o Filosófico no pensamento de Hannah Arendt*, Revista de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II serie Volume XV-XVI Porto 1998-99;
- Cantista, M. J. – *O mal: Sua banalidade e radicalidade em Hannah Arendt*, Revista da Faculdade de Letras: Filosofia, série II, Vol.18, Porto, 2001;
- Losurdo, Domenico – *Para uma crítica da categoria de totalitarismo*, Revista Crítica Marxista, Nr. 23, Brasília, 2003;
- Mann, Golo – *Vom Totalen Staat*, in *Die Neue Zeitung-Die amerikanische Zeitung in Deutschland*, Nr. 247, 20/21 de Outubro, 1951;
- Torres, Ana – *O sentido da política em Hannah Arendt*, Revista Trans/Form/Ação, Vol. 30 Nr. 2, São Paulo, 2007;
- Aguiar, Odílio – *A Política na sociedade do conhecimento*, Revista Trans/Form/Ação, Vol. 30 Nr. 1, São Paulo, 2007;
- Correia, Adriano – *O conceito de Mal Radical*, Revista Trans/Form/Ação Vol. 28 Nr. 2, São Paulo, 2005;
- Duarte, André – *Hannah Arendt e a Modernidade: Esquecimento e Redescoberta da Política*, Revista Trans/Form/Ação, Vol. 24 Nr. 1, São Paulo, 2001;

Fioratti, Jane – *Os direitos do homem e a condição humana no pensamento de Hannah Arendt*, Revista de Informação Legislativa, Nr.142 Abr. / Jun., Brasília, 1999;

FRANÇOIS, Etienne & SCHULZE, Hagen. *Das emotionale Fundament der Nationen. Dans Mythen der Nationen*, ein europäisches Panorama. Catálogo da exposição de mesmo nome, do Deutsches Historisches Museum, 1998;

Dicionários:

Mora, José Ferrater – *Dicionário de Filosofia*, 4ª Edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978;

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. – *Dicionário de Política* Vol. 1, 11ª Edição, Brasília, Editora UnB, 2007;